



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
Programa de Pós-graduação em História

Maraisa Medeiros Nascimento

**O “Correio Paulistano” e as Representações das Políticas de Mão de Obra:
projeções sobre escravidão e imigração (1882-1888)**

São João del-Rei
2021

Maraisa Medeiros Nascimento

**O “Correio Paulistano” e as Representações das Políticas de Mão de Obra: projeções sobre
escravidão e imigração (1882-1888)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Cultura e Identidade

Orientador: Prof. Dr. Danilo José Zioni Ferretti

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N244" Nascimento, Maraisa Medeiros.
O "Correio Paulistano" e as Representações das
Políticas de Mão de Obra: projeções sobre escravidão e
imigração (1882-1888) / Maraisa Medeiros Nascimento ;
orientador Danilo José Zioni Ferretti. -- São João
del-Rei, 2021.
111 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
História) -- Universidade Federal de São João del
Rei, 2021.

1. Imprensa. 2. Escravidão. 3. Partido
Conservador. 4. Antônio Prado. I. Zioni Ferretti,
Danilo José , orient. II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

OUTROS Nº 1936 / 2021 - PGHIS (13.19)

Nº do Protocolo: 23122.033892/2021-87

São João del-Rei-MG, 15 de setembro de 2021.

Este exemplar da dissertação intitulada "O CORREIO PAULISTANO E AS REPRESENTAÇÕES DAS POLÍTICAS DE MÃO DE OBRA: PROJEÇÕES SOBRE ESCRAVIDÃO E IMIGRAÇÃO (1882-1888)", de MARAÍSA MEDEIROS NASCIMENTO, corresponde à redação final aprovada em 14 de setembro de 2021 pela banca examinadora composta pelos Professores Doutores Danilo José Zioni Ferretti, (UFSJ - orientador), Silvana Mota Barbosa (UFJF - examinadora externa) e Luiz Francisco Albuquerque de Miranda (UFSJ - examinador interno).

(Assinado digitalmente em 15/09/2021 17:13)
DANILO JOSE ZIONI FERRETTI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
COHIS (12.63)
Matricula: 2486230

(Assinado digitalmente em 16/09/2021 11:11)
LUIZ FRANCISCO ALBUQUERQUE DE MIRANDA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DECIS (12.13)
Matricula: 1673656

(Assinado digitalmente em 16/09/2021 16:00)
SILVANA MOTA BARBOSA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 154.967.438-26

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1936**, ano:
2021, tipo: **OUTROS**, data de emissão: **15/09/2021** e o código de verificação: **aed9092ab2**

AGRADECIMENTOS

Sem a contribuição de familiares, amigos, mestres, profissionais e instituições acadêmicas, certamente esta dissertação não teria sido possível.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, que me deram o apoio incondicional e o incentivo necessário para me manter firme durante toda esta jornada.

Às amigas: Isabella, Tayná, Madrick, Lívia, Ju, Simone e Cáthia, agradeço pela rede de apoio formada, o companheirismo, almoços, cafés e todos os encontros, que deixaram a vida acadêmica mais leve em São João del-Rei.

Dentre os mestres com os quais tive o privilégio de poder participar e aprender nas disciplinas da pós-graduação, não poderia deixar de agradecer ao professor Danilo José Zioni Ferretti, pela primorosa orientação durante estes anos. Sua presença e colaboração foram essenciais desde a construção até as etapas finais da pesquisa.

Também, agradeço ao professor Luiz Francisco Miranda e à professora Silvana Barbosa, pelas valiosas contribuições feitas na qualificação deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), que, além do suporte intelectual, me concedeu bolsa de pesquisa durante a maior parte do desenvolvimento deste estudo.

RESUMO

Este trabalho examina o jornal *Correio Paulistano*, no contexto do fim do Império no Brasil, quando o periódico passa a ser o órgão e porta-voz oficial da União Conservadora na província de São Paulo. Propriedade do fazendeiro e chefe da União Conservadora paulista, Antônio da Silva Prado, de 1882 até 1888, o *Correio* assume lugar de destaque no cenário da imprensa nacional, promovendo um importante arsenal de opiniões e embates com os demais grupos políticos do Império. Foram analisadas sua posição diante da escravidão e do processo imigratório no momento de intensa discussão na arena política acerca das possibilidades para a transição da mão de obra no Brasil. Diretamente ligado aos interesses da ala escravagista da província, o *Correio Paulistano*, proferiu artigos e opiniões que defendiam a manutenção dos privilégios senhoriais, incluindo a escravidão, até 1887. A partir desta data, houve uma mudança de posição. Diante dos fatores agravantes na crise da hegemonia escravista e dos desdobramentos positivos das iniciativas imigrantistas de Antônio Prado, passou a defender o fim próximo da escravidão em São Paulo, forjando a imagem “aboliconista” da folha e de seu proprietário, que prevaleceria na memória posterior à abolição.

Palavras-chave: Imprensa; Escravidão; Partido Conservador; Antônio Prado.

ABSTRACT

This work examines the journal *CorreioPaulistano* in the context of the end of the Empire in Brazil, when it becomes the official voice of the Conservative Union in the province of São Paulo. It was the property of the farmer and chief of the Conservative Union of São Paulo, Antônio da Silva Prado, from 1882 to 1888. The journal takes a prominent place in the scenery of the national press, promoting an important arsenal of opinions and contestations with the other political groups of the Empire. It was analyzed the journal's position regarding slavery and the migratory process at the moment of intense discussion in the political arena about the possibilities of transition of the labor force in Brazil. Directly linked to the interests of the slavery wing of the province, the *CorreioPaulistano*, issued articles and opinions that defended the maintenance of lordship privileges, including slavery, until 1887. As of this date, there was a change of position. Before the aggravating crises of the slave hegemony and positive consequences of Antônio Prado's immigrant initiatives, it began to defend the approaching end of slavery in São Paulo, forging the "abolitionist" image of the journal and its owner, which prevail in the subsequent memory after abolition.

Keywords: Press; Slavery; Conservative Party; Antônio Prado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1: O SURGIMENTO DO <i>CORREIO PAULISTANO</i> E SEU PAPEL NA IMPRENSA DO BRASIL OITOCENTISTA	12
1.1 A imprensa no Brasil	12
1.2 <i>Correio Paulistano</i> : o primeiro diário de São Paulo	20
1.3 Antônio Prado: família e política no Oeste Paulista	23
1.4 A imprensa na ruptura política dos conservadores em São Paulo	26
1.5 O <i>Correio Paulistano</i> de Antônio Prado: aspectos materiais	36
1.6 Cafeicultura e escravidão em São Paulo	38
CAPÍTULO 2: O <i>CORREIO PAULISTANO</i> E A “MAGNA QUESTÃO”: A LEI DOS SEXAGENÁRIOS E SEU PROCESSO PERANTE AS FORÇAS ESCRAVOCRATAS	42
2.1 O reformismo de Dantas e a crítica da emancipação escrava pela União Conservadora paulista através do <i>Correio Paulistano</i>	42
2.2 O <i>Correio Paulistano</i> e a imigração como solução da questão da mão de obra	63
2.3 O Gabinete do movimento e a última chamada para a luta abolicionista no Governo	71
CAPÍTULO 3: MUDANDO O DISCURSO: A NOVA CONFIGURAÇÃO DA POSIÇÃO POLÍTICA DO <i>CORREIO PAULISTANO</i> A PARTIR DE 1887	
3.1 O <i>Correio Paulistano</i> e a criação da “Sociedade Promotora de Imigração” como solução da questão da mão de obra para a lavoura	80
3.2 O contexto da mudança no discurso do <i>Correio Paulistano</i> : fundação e representação da “Sociedade Libertadora” e do “Movimento Emancipador” em São Paulo	87
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

Na historiografia brasileira dos últimos 30 anos, uma série de trabalhos se comprometeu a estudar o período entre as décadas de 1870 e 1880, quando ocorreu, mais intensamente, a discussão pública, que conduziu ao fim da escravidão, e as perspectivas para o futuro do trabalho no País. Esses estudos, pesquisas, monografias e obras gerais trouxeram à tona as diversas possibilidades de encaminhamentos da questão da força de trabalho e projeções de futuro apresentadas na sociedade brasileira do fim do século XIX, elencando e criando consideráveis correntes historiográficas para dar conta desse processo histórico.¹ Outro ponto foi o aumento e a diversificação das fontes históricas, permitindo uma renovação metodológica na análise dos eventos políticos. Nesse contexto, os jornais (e a imprensa como um todo) são vistos como importantes documentos, que refletem e intervêm no cenário cultural da sociedade, abrindo espaço para interpretações dos modelos, sujeitos e perspectiva políticos em uma determinada época.²

No entanto, no que tange ao processo de reorganização do mercado de trabalho no Brasil, muitas pesquisas se concentraram em estudar órgãos da imprensa liberal ou republicana, ou, mesmo, como liberais e republicanos pensaram esse processo de transformação da mão de obra.³ O Partido Conservador, por estar ligado tradicionalmente à manutenção das estruturas fundamentais do Império e do *statu quo*

¹Os autores representativos dessa renovação historiográfica procuraram ampliar seu foco de análise, marcado até então por interpretações muito centradas nas relações entre metrópole e colônia. Buscaram, assim, caracterizar e compreender questões internas e as experiências relativas aos agentes históricos em detrimento das estruturas econômicas e dos conceitos explicativos, não negando, porém, suas relações com o meio externo. Alguns exemplos são os trabalhos de: GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 3. ed. São Paulo, Ática, 1980; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites – Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987; MACHADO, Maria Helena Toledo. *O Plano e o Pânico. Os movimentos sociais na década da abolição*. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2010; DOHLNIKOFF, Miriam. As elites regionais e a construção do Estado Nacional. In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; FAPESP; Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

²Sobre renovação metodológica e utilização de jornais como fontes, ver: CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-119; BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

³ Alguns exemplos são: FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os Republicanos e a Abolição. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 27, p. 181-195, nov. 2006; AMBROSINI, Diego Rafael; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. “Elite política, abolicionismo e Republicanismo – 1850-1889”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Coord.). *Os juristas na Formação do Estado-nação brasileiro (de 1850 a 1930)*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 199-217; ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*, n. 28, Porto Alegre, p. 166-199, 2011.

imperial (como a monarquia centralizada e a escravidão)⁴ foi dispensada menos importância pela historiografia ao longo do tempo, não havendo muitos estudos, que refletiram o peso e a importância dos grupos políticos conservadores nas etapas políticas e sociais, que foram adotadas no período imperial e que culminaram na abolição da escravatura no País.

Entendemos que esta característica do Partido Conservador, de se ligar às principais estruturas monárquicas, é justamente o que demonstra a importância da participação dos seus membros nos principais temas políticos imperiais, especialmente nas leis escravistas e da emancipação de escravizados ocorrida no século XIX. Além disso, com o apoio e encaminhamento de líderes conservadores, das suas diversas vertentes, as principais reformas no regime de escravidão foram aprovadas. Dentre elas, as Leis de 1850, da proibição do tráfico negreiro, de 1871, do Ventre Livre, de 1885, dos Sexagenários, e mesmo em 1888, a Lei Áurea, foram medidas, que somente lograram êxito quando apoiadas e conduzidas por chefes do Partido Conservador no Império.⁵ Assim o fazendo, os conservadores imprimiram sua marca no encaminhamento efetivo das questões em pauta, restando, significativamente, suas dimensões emancipadoras.

A presente dissertação se faz, portanto, da necessidade de colaborar para o preenchimento de algumas dessas lacunas na historiografia, que se propôs a tratar da dimensão partidária do processo de transformação do trabalho e da abolição no Brasil, entendendo que podem ser mais bem estudados seus partidos bem como os personagens políticos envolvidos.

Por isso, como objeto de pesquisa deste estudo, temos o jornal *Correio Paulistano*, representante da imprensa conservadora no período em que estava sob propriedade de um dos principais representantes da elite cafeeira paulista e líder da União Conservadora em São Paulo, Antônio da Silva Prado, entre os anos de 1882 e 1888. Antônio Prado e sua ala de apoiadores são, muitas das vezes, figuras reconhecidas na historiografia pela visão favorável à manutenção da ordem escravista no País. Assim, será possível compreendermos o que representava a abolição naquele momento para os membros dessa ala da elite política e econômica e seus projetos em torno da

⁴Esta definição do *statu quo* imperial está em: ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração de 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, out.2000, p. 35-55, p. 43.

⁵De fato, havia, entre os conservadores e a própria monarquia, no período imperial, a ideia de que era esse partido aquele capaz de conduzir e encaminhar da melhor forma as grandes reformas políticas na Nação. Ver: AMBROSINI, Diego Rafael; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Op. cit.*, p. 201.

substituição da mão de obra; da mesma maneira, os interesses envolvidos nesses debates, pensando os motivos que os levaram posteriormente ao apoio definitivo da abolição e incentivo da imigração europeia como alternativa de mão de obra e de obtenção de um ideal de desenvolvimento, progresso e construção da nacionalidade, numa época em que esses assuntos, também, haviam aflorado no debate público.

A escolha da fonte e o recorte de tempo foram determinados para a compreensão das opiniões acerca da mão de obra por parte de certa ala do Partido Conservador paulista, no momento em que um dos principais órgãos de imprensa da província, o *Correio Paulistano*, se tornou propriedade e porta-voz do presidente da maior facção do Partido Conservador em São Paulo, Antônio da Silva Prado. Este foi responsável, também, pela redefinição das bases do Partido na província, ocorrida em dezembro de 1881, após reunião feita com correligionários na capital da província. A partir de então, observamos uma nova configuração política apresentada no jornal e iniciada em janeiro de 1882, que se voltou aos interesses dos conservadores pertencentes, sobretudo, à economia cafeeira paulista. Entendemos, nesse contexto, as políticas de trabalho e mão de obra intrinsecamente ligadas a um projeto reformador e político encaminhado pelas elites política e econômica do século XIX brasileiro. Tal projeto não foi homogêneo, como será perceptível a partir das análises feitas através das fontes.

Tendo em vista que este trabalho se insere no contexto de renovação metodológica e de abordagem da história, as fontes não serão colocadas como dignas de representação fiel da realidade de uma dada época ou situação, mas sim tratadas como problema histórico, em que a busca por respostas se faz de maneira investigativa e crítica dos documentos de que se dispõe.⁶

A utilização da imprensa como principal fonte e objeto de estudo e pesquisa é relativamente recente no interior da historiografia brasileira. Tania de Luca levanta que, até 1970, salvo algumas exceções, prevalecia no Brasil a escrita histórica, que privilegiava os “documentos oficiais” e a tradição pela busca da verdade, característica de uma história dita positivista. Foi somente com a influência da terceira geração dos Annales na França que surgiram maiores transformações nas práticas historiográficas

⁶Elencar a história como problema é característica trazida pelo movimento historiográfico fundado por Marc Bloch e Lucien Febvre no desenvolvimento da Escola dos Annales. Tal discussão é bastante representada em: BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

produzidas, responsável, também, por abarcar maior possibilidade temática dessas pesquisas.⁷

O propósito, portanto, de incorporar jornais para integrar um objeto de pesquisa histórica foi em conta seus aspectos de intervenção na vida social, sobretudo ao distinguir de onde vinham seus discursos e para quem eram proferidos. Nesses termos, seguimos a reflexão de Roger Chartier em relação ao caráter das representações do mundo social⁸ e, assim, dos discursos veiculados nesses documentos históricos, nos quais, embora estes se pretendam colocar como fatos universais, suas representações são sempre tributárias dos interesses do grupo que as compõem. Segundo Chartier:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.⁹

Diante disso, buscamos refletir o papel que o *Correio Paulistano* teve no cenário político e social e sua importância em momentos históricos decisivos, pensando a história política na contramão de uma hegemonia¹⁰, apresentada por grupos heterogêneos e opiniões diversas, ainda que estejam presentes seus pontos de permanência, mas que serão possíveis de serem analisados nos conflitos, que os exemplares do periódico abordam.

Levando em conta que esta pesquisa se fundamenta no estudo de discursos veiculados por um órgão de imprensa do século XIX, o primeiro capítulo tem como fundo o cenário geral de surgimento da imprensa nacional e quais eram os objetivos desses órgãos informativos. A partir de então, buscamos tratar como o *Correio Paulistano* foi se consolidando no cenário da imprensa brasileira além de demonstrarmos de onde vinha seu financiamento durante os momentos de mudanças administrativas pelas quais passou até se tornar órgão oficial do Partido Conservador em São Paulo, em 1874, e posteriormente ser comprado por Antônio Prado, em 1882, compreendendo alguns dos aspectos culturais e posições que o *Correio Paulistano* passou a sinalizar a partir daquele momento.

⁷ LUCA, Tania Regina de. *Op. cit.*, p. 111-119.

⁸ CHARTIER, Roger. *Op. cit.*.

⁹ *Idem*, p. 17.

¹⁰ Sobre aspectos da renovação da história política, ver: REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da FGV, 2003.

Ao fim dessa primeira parte da pesquisa, analisamos os pontos de mudança no jornal de propriedade de Antônio Prado, que representou uma nova configuração política e material da folha no momento em que existiu a intensificação da ordem escravista na província de São Paulo. Essa intensificação foi fomentada pela produção de café do oeste paulista e determinou grande parte do tráfico interprovincial de escravizados para essa região nas décadas de 1870 e 1880.

Em seguida, no segundo capítulo, são analisadas as circunstâncias sociais dos anos 1880, a intensificação do movimento abolicionista e a consequente agitação de escravizados diante do sistema de regime de escravidão. Foi nesse contexto que, em 1884, começou a ser pensada, no cenário político, uma nova lei para a escravidão, proposta, inicialmente, pelo Gabinete Liberal de Manuel Dantas, afluindo novos debates sobre essa questão no *Correio Paulistano*. O objetivo deste capítulo está, portanto, na observação do modo como o jornal tratou tanto o abolicionismo quanto a nova reforma, que se colocava no cenário público, refletindo as propostas pensadas pelo grupo conservador em torno do jornal, composto por grandes proprietários rurais e escravocratas.

Ainda que os conservadores da província paulista pensassem e discutissem, na arena política e na imprensa, a respeito das possibilidades de mudança de regime de trabalho, substituindo-o para o livre, a abolição imediata e definitiva foi, até o ano de 1887, representada pelo *Correio Paulistano* como um dos grandes perigos para a sociedade por diversos fatores, dentre eles o colapso econômico e a desordem social, que poderiam ser causados pela abolição. No ano de 1887, entretanto, houve grande mudança nessa posição e o *Correio* transformou seu discurso, passando, naquele momento não só a defender a emancipação definitiva de escravizados como também a promover esse movimento na província, que pode ser observado através das notícias e sessões, que foram inauguradas no próprio jornal.

É este o objetivo da análise do último capítulo desta pesquisa: investigar o cenário em que tal mudança de posição política ocorreu no jornal e quais as motivações e os interesses do grupo que a promove. Da mesma forma, buscamos elencar, também, a importância da “Sociedade Promotora de Imigração”, criada em 1886, por Prado e sua ala de apoiadores em São Paulo com o objetivo de inserir em grande escala imigrantes para mão de obra nas fazendas de café, demonstrando como o sucesso da Promotora foi essencial para a transformação do discurso do jornal.

Assim, de acordo com as sinalizações que o próprio jornal nos fornece, essa modificação para uma posição que pode ser considerada mais progressista em relação à liberdade de escravizados foi, hegemonicamente, calcada na preservação dos interesses políticos e econômicos da classe senhorial. O fim do regime de escravidão, o qual o *Correio Paulistano* propagandeava, pretendia uma realocação de campos de trabalho relativos à mão de obra, um maior controle da população liberta e maior uso da força de trabalho do imigrante europeu, que se tornava lucrativa com a inserção em massa desses trabalhadores no território.

Além disso, utilizamos artigos do *Correio Paulistano* e, ainda, de outros documentos do período, para demonstrar a posterior aproximação ocorrida entre Antônio Prado e os republicanos paulistas. Esse fato demonstrou, inclusive, o momento em que o Partido Republicano em São Paulo passou a se posicionar, também, a favor da abolição na província. A partir de então, procuramos apontar esses desdobramentos, terminando no momento imediato ao pós-abolição e pensando como o *Correio Paulistano* se posicionou diante da situação dos libertos, se demonstrou ou não propostas mais incisivas a respeito do controle de circulação, uso de coerção policial ou alguma forma de detenção ou custódia de ex-escravizados.

Da mesma forma, expor de que maneira o plano de apoio à liberdade de escravizados, ovacionada pelo líder da União Conservadora em São Paulo a partir de 1887, buscou criar, por meio da imprensa, uma imagem abolicionista de Antônio Prado.

CAPÍTULO 1:

O SURGIMENTO DO *CORREIO PAULISTANO* E SEU PAPEL NA HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL OITOCENTISTA

1.1 A imprensa no Brasil

A história de uma imprensa brasileira, aqui produzida e divulgada, remonta oficialmente à primeira década do século XIX, em 1808, com a chegada da família real portuguesa e a criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro. Ainda assim, alguns autores consideraram outros tipos de publicações não regulares que surgiram antes dessa data como componentes para uma análise de imprensa no Brasil, já existindo mapeamentos que apontam a circulação de outras diversas folhas informativas que circularam no Novo Mundo desde o século XVI.¹¹ É verdade que, do aspecto político, esses materiais se configuraram, por finalidade, em um instrumento informativo no período em que a imprensa, propriamente dita, era ainda escassa ou inexistente no continente americano. No entanto, do aspecto cultural, pelo caráter restrito das suas publicações, muitas vezes não acessadas por uma camada popular, ou por serem destinadas apenas a um pequeno grupo, torna-se difícil compreender esses impressos como materiais capazes de fazer jus ao sentido carregado pela imprensa ou de denotarem um material representativo desse tipo de atividade.

De acordo com Marialva Barbosa, só existe imprensa a partir do momento em que há uma regularização dessa atividade, que, por sua vez, traz, também, uma regularidade de publicações que são irrestritas, ou seja, não são feitas apenas no interior de um grupo reduzido, mas sim estabelecendo relações diretas com a esfera pública no seu sentido amplo. Barbosa proporciona uma visão das transformações culturais para se estudar o surgimento e desenvolvimento da imprensa brasileira, que “ultrapassa as fronteiras das razões mais evidentes de natureza política ou econômica.”¹² Assim, o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil é um marco que traz, de fato, mudanças de percepções nos âmbitos dos costumes e da cultura pela vontade, a qual se estabelece

¹¹Na perspectiva de Marco Morel: “Foi possível inventariar mais de trezentas obras de autores nascidos no território brasileiro [...]. Eram textos variados: desde narrativas históricas até poesias, passando pela agricultura, medicina, botânica, discursos, sermões, relatos de viagem e naufrágios, literatura em prosa, gramática e até polêmicas”. MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 23-43, p. 24.

¹² BARBOSA, Marialva. *Op. cit.*, p. 20.

na elite política, que se forma e se estende à população em construir no Novo Mundo um local onde houvesse circulação de novos conhecimentos e ideias.

O ano de 1808, com os empreendimentos da realeza feitos no Brasil, abriu portanto, uma gama de novos espaços públicos de sociabilidade, sobretudo na capital do Império. O Rio de Janeiro expandiu, significativamente, suas livrarias e, com o advento da criação dos Correios, também o número de jornais estrangeiros circulando na cidade (dentre estes, o principal foi o londrino *Correio Braziliense*, produzido por Hipólito José da Costa).¹³ Após o surgimento e circulação desses poucos, e ainda simples, jornais no início do século XIX, os órgãos de imprensa foram, gradualmente, tomando forma, ganhando público e conquistando seu espaço.

Chegada a década de 1820, a ocorrência de mudanças expressivas nos cenários políticos na Península Ibérica, com as revoluções constitucionalistas na Espanha e em Portugal, repercutiu, diretamente, em seus domínios na América, trazendo, ainda, mudanças significativas no cenário jornalístico e da imprensa como um todo, principalmente no que diz respeito ao órgão oficial de censura até então amplamente utilizado pelo governo absolutista português em relação aos impressos divulgados e circulantes no Brasil.

Essas revoluções tiveram como base o liberalismo político e:

Entre as primeiras medidas da Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa estava o decreto estabelecendo a liberdade de imprensa, datado de 21 de setembro de 1820. Em seguida, a 13 de outubro, as mesmas autoridades liberaram a circulação dos impressos portugueses fora de Portugal. Enterravam, assim, a censura prévia.¹⁴

A década de 1820 é, então, permeada por acontecimentos que impactam a imprensa e sua atividade de maneira geral. Outro elo fundamental que se prorroga nesse mesmo contexto é o da independência brasileira. Conforme Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins, no Brasil, a história da imprensa segue diretamente associada à história de surgimento da própria nação. As duas nascem juntas e se autoexplicam, sendo uma necessária para o estudo da outra. Segundo as autoras, nesse espectro:

¹³ Sobre a presença de jornais diversos e a ampliação dos espaços de sociabilidade após a instalação da Corte no Brasil, ver: YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1822-1850). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. p. 57-68.

¹⁴ *Idem*, p. 34.

[...] muitas vezes, os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional.¹⁵

De fato, a partir desse momento, a imprensa passaria a se ligar ainda mais aos atores sociais e políticos, bem como seria utilizada por eles como instrumento para o ofício público, já que todo esse contexto do constitucionalismo vintista português, que engloba o fim da censura prévia e a independência do Brasil em 1822, caracterizou-se, também, por ser fundamental para o surgimento de uma opinião pública aqui. Isso porque a ideia de opinião pública surge justamente através dos impressos, que, de algum modo, serviram e ainda são utilizados como instrumento político para legitimação de demandas públicas que podem requerer posicionamento distinto do governo vigente. A abordagem de uma opinião pública, portanto, se relaciona diretamente à história da imprensa, mas, sobretudo, a partir do momento em que há liberdade de imprensa.¹⁶ Assim, quando se retira do plano de análise o fator da censura prévia instalada pelo governo, podemos pensar que, nesse momento, é instaurada nesses periódicos impressos relativa liberdade para publicação e difusão de notas, anúncios, posições políticas e espaço para o debate público efetivo.¹⁷

Obviamente, há vasta discussão a respeito do conceito e da expressão “opinião pública” pensados em outros contextos, e não só através dos jornais. Todavia, não nos deteremos a eles. Interessa-nos, aqui, justamente buscar sua ligação com os impressos; também, levar em conta seu caráter plural e multifacetado no Brasil nesse momento, responsável por permitir, através da comunicação entre diversos grupos por meio da ampliação de espaços de sociabilidade e de jornais circulantes no território após o fim da censura, a formação de uma opinião pública ampla e heterogênea. Isso ocorreu pelo fato de a comunicação e transmissão de informações no território brasileiro ter

¹⁵ MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *Op. cit.*, p. 8.

¹⁶ Seguimos, aqui, alguns pontos da visão colocada por Jean-Jacques Becker a respeito do “lugar da imprensa”, pensando o momento de liberdade da imprensa como aquele em que os aspectos da opinião pública podem estar refletidos nesses jornais. BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René. *Op. cit.*, p. 195-200.

¹⁷ Essa liberdade de publicação, sem haver um órgão nomeadamente oficial de censura, ou seja, um filtro pelo qual necessariamente passaria antes que suas folhas chegassem ao público leitor, permitiu, também, um crescimento de jornais circulando no território. Porém, ao mesmo tempo, entendemos que essa liberdade foi relativa, como aborda Marco Morel, já que ela não foi progressiva, havendo momentos instáveis em relação ao controle da atividade de imprensa ainda no Brasil oitocentista. MOREL, Marco. *Op. cit.*, p. 34.

ultrapassado os limites das leituras individuais dos assinantes desses jornais, mantendo as tradições coloniais de leitura em grupo, especialmente em espaços públicos (como nas ruas, cafés, igrejas etc.) e possibilitando o contato com as notícias, que vinham de outras partes da América ou mesmo da Europa, por uma grande parcela da população que era analfabeta ou que, por razões de ordem financeira, não podiam acessar diretamente esses impressos. Esta diversidade de modos de leitura e de utilização dos espaços públicos foi, então, a base de legitimação e consolidação da opinião pública no Brasil Império.¹⁸

Além disso, na utilização de jornais nestes estudos em que são objeto de pesquisa histórica, é possível ter um lugar privilegiado de abordagem da opinião do público por trazer relatos e notícias de manifestações diversas representadas através da visão política dos grupos em competição.¹⁹ Sendo assim, ao passo em que se abrem as portas para a criação de novos jornais após o fim da censura, os assuntos políticos mais discutidos no período se sobressaem nas páginas, permitindo aos historiadores, além do estudo da imprensa propriamente dita, também um estudo de abordagem da história política renovada.²⁰ Não por acaso, desde meados do século passado, esses materiais vieram sendo usados como fonte histórica em trabalhos historiográficos, que buscam refletir o período de escravização negra no Brasil (que foi, também, um momento de intensos debates e transformações sociais, marcado pelas várias disputas entre grupos e ideologias heterogêneas dos partidos políticos), nas suas mais variadas temáticas e modos de operação dessas fontes impressas.²¹

¹⁸ YOUSSEF, Alain El. *Op. cit.*, p. 60.

¹⁹ Segundo Becker, a opinião pública se encontra em tudo que “juntarmos”. Sendo assim, a imprensa é uma “[...] produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos”. BECKER, Jean-Jacques. *Op. cit.*, p. 196.

²⁰ Sobre a recuperação da história política e os aspectos da sua renovação metodológica, ver: REMOND, René. *Op. cit.*

²¹ É verdade que a consolidação e reconhecimento dos jornais como fonte histórica ocorreu a duras penas. Somente após a superação da ideia de “verdade histórica”, desde o século XIX, veio sendo colocada pelo viés da história positivista. É com a renovação dos métodos e das temáticas, saindo do plano de uma história oficial, feita pelo Estado e por meio de seus documentos ditos oficiais, que a imprensa consegue se inserir como objeto de pesquisa para análises de aspectos diversos da sociedade. Cf.: LUCA, Tania Regina de. *Op. cit.*, p. 111-153. Como exemplo dos trabalhos do século XX que utilizaram a imprensa brasileira na análise do período de escravidão, o de Gilberto Freyre foi um dos precursores da área, analisando anúncios de jornais do século XIX para dar conta das experiências de escravos de diversas localidades do País e a relação com seus proprietários: FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1979. Após o sociólogo ter lançado luz a respeito da importância da utilização de jornais bem como do estudo do cultural como fonte histórica, outros historiadores, ainda no século XX, elaboraram suas análises a partir dos periódicos ou elencando-os junto a outras fontes, buscando, também, superar alguns dos problemas encontrados na metodologia freyriana. É o caso de: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. cit.*, 1987; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São

Os jornais brasileiros se estabeleceram, pois, com fortes ligações ao debate público da escravidão. Sendo o Brasil um país escravista, a relação entre a imprensa e o mundo do trabalho escravo acabou estando presente por quase todo o século XIX, em menor ou maior grau, estabelecendo, ainda, a conjunção dos jornais ao mundo das letras em geral, relativo a toda intelectualidade da época (jornalistas e redatores, advogados, escritores, literatos, políticos e o próprio público leitor), que, por meio desses periódicos, se encarregavam de transmitir informações e suas opiniões ligadas à organização social, política e de trabalho. Assim, a partir do momento da proclamação da independência, já começou a surgir o questionamento na imprensa a respeito da permanência do cativo. Quem estreou nas páginas o primeiro artigo argumentando a respeito do tema foi Hipólito da Costa, do *Correio Braziliense*, em 1822. O jornalista precursor alegava a incongruência entre o regime de independência que se instalara e a manutenção da ordem escravocrata no País, defendendo uma gradual extinção do cativo, que seria possível com a aprovação da medida primeira do fim do tráfico negreiro. Após sua manifestação na imprensa, de acordo com Alain El Youssef, os jornais oficiais no Brasil seguiram o debate sobre a aprovação da lei de alguma forma concordando com o argumento de Hipólito.²² Segundo Youssef, que estuda o caso a partir da imprensa do Rio de Janeiro, o principal motivo das duas folhas (*Diário do Governo* e *O Espelho*) ligadas ao regime monárquico veicularem artigos de apoio ao fim do tráfico, naquele momento, se deveu a preparar o terreno da opinião pública para a função empreendida pelo ministro da Corte, José Bonifácio de Andrada, de posição antiescravista, em levar a discussão acerca do cativo para a Assembleia Constituinte. Pode-se dizer que, a partir de então, a discussão em relação ao fim da escravidão, fosse ela imediata ou gradual, estava instituída na imprensa, perpassando praticamente por todo o período imperial. Naquele momento, a discussão dividiu opiniões entre os que acreditavam na eficácia do abolicionismo e quem pensava que a medida impactaria negativamente a sociedade e a economia brasileiras altamente dependentes da mão de obra escrava. O momento de início do debate sobre o fim do tráfico, também, significou a primeira forma de contestação do regime de escravidão promovido pela imprensa no Brasil.

Paulo: Companhia das Letras 1987; e CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, dentre outros.

²² YOUSSEF, Alain El. *Op. cit.*, p. 75-82.

Ainda assim, foi no Segundo Império que a relação entre imprensa e escravidão se tornou ainda mais estreita, podendo ocorrer de diversas formas: fosse tratando do valor do escravizado (que aumentou de custo após a aprovação da lei que findou o tráfico negreiro em 1850), nos anúncios de fuga, compra ou venda de escravos, poderia ser citando as várias projeções para o futuro da mão de obra ou, também, não só de uma maneira discursiva, pois era, muitas vezes, mediante o trabalho de negros escravizados ou livres que essas folhas chegavam às ruas e eram vendidas.²³ Nas discussões entre parlamentares e pensadores da época sobre as políticas para o regime de escravidão então aprovadas, a primeira e uma das principais foi, sem dúvidas, a aplicação da Lei Eusébio de Queiróz, da proibição do tráfico de escravos para o Brasil, aprovada em 1850, mas que já vinha sendo discutida desde meados dos anos 1830. Em um momento seguinte, o início das discussões sobre o Ventre Livre tomou o cenário político, aprovada pelo Gabinete de Rio Branco em 1871, mas já pensada entre a elite política desde o final dos anos de 1860. O Ventre Livre, também, foi responsável por fomentar diversos debates acerca do abolicionismo e da interrupção do regime de escravidão no Brasil, saltando dessas discussões figuras importantes como as de André Rebouças, Luis Gama, Joaquim Nabuco e o próprio Visconde do Rio Branco.²⁴

Em relação às folhas representativas da imprensa nesse período, poderiam se divergir politicamente em relação à causa da escravidão ou da abolição. Contudo, entre o antiescravismo e o abolicionismo propriamente dito, havia uma distância significativa, e os jornais, declaradamente abolicionistas ou representantes da chamada “imprensa negra”, ganharam verdadeiro impacto somente nos anos 1880 com o avanço mais acentuado do movimento abolicionista no País.²⁵

Todo esse debate a respeito da escravidão, também, alimentou, nos cenários político e social, novos projetos de substituição da mão de obra. Desse modo, no que tange ao outro lado do mundo do trabalho, o período iniciado com a vinda da família

²³ “Os jornais e o mundo dos escravos” é tema de Marialva Barbosa. *Op. cit.*, p. 79-116.

²⁴ A respeito da Lei Eusébio de Queiróz e sua representação na imprensa, ver: YOUSSEF, Alain El. *Op. cit.* Sobre os trâmites da Lei do Ventre Livre aprovada em 1871, o movimento abolicionista e seus diversos espaços no Brasil, ver: ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 70-91.

²⁵ Como exemplo desses trabalhos sobre a imprensa negra e abolicionista, há a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De Pele Escura e Tinta Preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1889)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2006; e PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes Laços Em Linhas Rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2014.

real ao Brasil, também, marca as primeiras investidas nas políticas imigrantistas no País nos seus mais variados moldes. A Regência representou, efetivamente, esse marco, pois concentrou as primeiras políticas articuladas de colonização e incentivo ao trabalho livre. Segundo Melendéz, que analisa essas políticas na contramão do estruturalismo, a imigração e a colonização fizeram parte de toda a história política do Brasil Império e devem ser vistas, de acordo com o autor, como respostas frente a momentos nacionais de instabilidade. Dessa forma, uma vez que acontecimentos externos geravam crises imprevistas as quais se instalavam internamente, as atitudes de legisladores se voltavam, muitas das vezes, à colonização como resposta a essas crises:

A colonização, exaltada como uma panaceia para todos os problemas nacionais, tornou-se incrivelmente popular entre legisladores e ministros durante a Regência. Entre os muitos preceitos da colonização, a crença de que empresas privadas especializadas, e não o governo, eram o melhor veículo para a realização dos planos de colonização angariou um número particularmente grande de seguidores naqueles anos tão cruciais para a formação do governo. E, mesmo diante dos muitos fracassos futuros dessas empresas, esse princípio se mostraria durável.²⁶

Conforme Melendéz, nunca houve, portanto, uma política estatal de colonização no Brasil imperial. A instalação de trabalhadores livres contou com a soma do financiamento privado de empresas junto ao apoio do Governo, que, por sua vez, se responsabilizaria em adequar concessões e assentamentos de terra para a vinda de estrangeiros que se destinavam a diversas finalidades no novo território, como comporem a mão de obra ou se instalarem em áreas estratégicas e ainda pouco povoadas do País.²⁷

Naquela época, Nicolau Vergueiro, que se tornou bastante conhecido na historiografia por suas iniciativas imigrantistas nos anos 1850, participava como imprescindível acionista na criação, em 1836, da *Sociedade Promotora de Colonização*: “a primeira empresa brasileira de colonização especializada no recrutamento e importação de trabalhadores estrangeiros, especialmente açorianos, para o Brasil.”²⁸ No período seguinte, em 1847, o então senador Vergueiro era reconhecido por introduzir

²⁶ MELENDÉZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo. Tradução Luiz M. Sader. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 35-60, 2014. Citação da p. 38.

²⁷ Além disso, as colônias de imigrantes serviam para o fornecimento de soldados e como ferramenta política ao angariarem novos eleitores por intermédio de colonos naturalizados. TRAMONTINI, 2003 *apud* MELENDÉZ, José Juan Pérez. *Op. cit.*, p. 41.

²⁸ *Idem*, p. 42.

grupos de famílias alemãs para a produção de café em sua fazenda, Ibicaba,²⁹ localizada na província de São Paulo. Nos anos que se seguiram, ele se tornou responsável, por meio da sua companhia de imigração, pela vinda de centenas de outras famílias europeias (entre alemães, portugueses e suíços). É verdade que o esforço do então senador após a metade do século já vinha se adequando a outra realidade da política de colonização que se tornava, aos poucos, distinta da época da Regência. Suas iniciativas, enquanto liberal e defensor do trabalho livre, fizeram de sua empresa, nesse momento pós-regencial, uma grande propulsora de viagens de imigrantes e famílias europeias voltada, particularmente, a testar novos regimes contratuais de trabalho livre com imigrantes na produção cafeeira, que, nesse período, iniciava seu crescimento no oeste paulista. Já em 1854, o *Correio Paulistano* divulgaria a notícia, vinda de Santos, sobre a entrada na cidade de 171 colonos suíços “engajados por conta da casa *Vergueiro & C.*” aguardando mais “trezentos e tantos”, que, provavelmente, chegariam durante aquele mês.³⁰

Apesar disso, nos anos 1850, os investimentos com imigrantes europeus destinados à produção de café eram iniciantes e ainda pouco promissores. Somente no decorrer do Segundo Reinado, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, insere-se, no imaginário político e social, a noção do progresso em direção ao fim da escravidão, aumentando as iniciativas imigrantistas para a finalidade de substituição da mão de obra escrava.

É o Segundo Reinado, portanto, um momento essencial do debate sobre a questão da escravidão e do futuro da mão de obra, sendo, também, responsável pelos órgãos de imprensa, que já vinham crescendo, ganharem foros de civilidade, passando a ser enormemente apreciados pela elite dirigente e letrada. Nesse sentido, a produção tipográfica, por também ser uma atividade bastante reconhecida em Portugal e na Europa, se liga diretamente a um projeto de inserção do Brasil como nação na cultura ocidental e, acima de tudo, europeia, devido tanto à descendência do então monarca e imperador, Pedro II, quanto ao modelo cultural hegemônico consagrado da representação deste continente como berço da civilização. A essa altura, a palavra impressa já se consolidava majoritariamente no modelo de periodismo, voltada a tratar dos assuntos políticos e reservando certo espaço para a literatura. Tendo como pano de

²⁹ Sobre o cenário das experiências com colonos estrangeiros no Oeste paulista, ver: HALL, Michael M.; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, p. 81-83, set. 1983.

³⁰ As citações são do *Correio Paulistano*, de 26 de junho de 1854, p. 3.

fundo uma sociedade escravista e estamental, ela deixa, em alguns casos, seu caráter artesanal de outrora e se torna, de fato, uma empresa prestadora de serviços diversos e local de grande circulação de dinheiro. Financiada pelos principais grupos políticos ligados às famílias de elite, inseridos no regime monárquico e que controlavam também a produção econômica baseada na monocultura, a imprensa foi se expandindo mais incisivamente para outras províncias e localidades. Somente no período compreendido entre 1840 e 1849, havia pelo menos 380 títulos em todo o País, número que subiu para 444 na década seguinte.³¹

Dessa forma, associamos as descobertas que se fazem na imprensa e seus sentidos como objeto de uma pesquisa histórica, sendo estes sempre muito significativos do tempo em que estão inseridos. Os textos, imagens e colunas nesses jornais, além da maneira como são distribuídos e impressos nas folhas, se desenlaçam trazendo perspectivas políticas, sociais e culturais, imprescindíveis para o trabalho historiográfico. Ademais, para este estudo, é mesmo elementar o Brasil oitocentista, pensando que foi aí onde tudo oficialmente se iniciou. É o século XIX o ponto de partida, referência e, também, de chegada. As folhas impressas circulantes tiveram papel importante para a constituição do que viria ser o cenário da imprensa brasileira, sobretudo para a compreensão do seu caráter empresarial, além das proposições e das representações do mundo do trabalho que esses materiais passaram a debater naquele momento.

1.2 *Correio Paulistano*: o primeiro diário de São Paulo

Na grande expansão de títulos que se iniciou nos anos 1830 no Brasil, um novo jornal foi inaugurado em São Paulo. Esse periódico, de nome *Correio Paulistano*, surgiu na província paulista em 1831. Todavia, pouco tempo depois, desapareceu do cenário jornalístico, regularizando novamente suas publicações somente após 20 anos de afastamento delas. Apenas nos anos 1850 que o *Correio Paulistano*, gradativamente e ainda com momentos de crise, foi tomando forma, tendo maior número de tiragens, e

³¹ A respeito da funcionalidade adquirida pela imprensa no período imperial, ver: MARTINS, Ana Luiza. *Op. cit.*, p. 45-47. Os dados sobre o número de jornais no Segundo Reinado foram retirados da plataforma *on-line* da Biblioteca Nacional. No entanto, a grande explosão de títulos ocorreu na década de 1830, com a maior abertura dos jornais para o debate público, quando os números colocados pelo arquivo saltaram de 129 títulos (entre 1820 e 1829) para 264 (entre 1830 e 1839). Esses números são, ainda, maiores se pensarmos que existem títulos que não estão presentes na coleção digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 20 mar.2020.

se consolidando como uma das principais e mais completas fontes de informação do período imperial.

Durante sua existência, o *Correio Paulistano* contou com várias fases, desempenhando posições políticas diferentes. Da busca pela imparcialidade até a forte defesa ligada aos valores das facções políticas dos seus respectivos proprietários, o *Correio* representou papéis diversos. De acordo com os apontamentos feitos por Lília Schwarcz, na sua primeira aparição no ano de 1831, a folha era propriedade do sogro de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, futuro dono do jornal, categorizado como importante jornalista do século XIX e principal redator do *Correio* durante grande parte de sua existência.³² Com o sogro de Azevedo Marques, a folha paulistana se manteve apenas até outubro de 1832 circulando, sendo poucas as referências que evidenciam seu surgimento nesse período. Apenas um significativo trabalho da época enquadra o *Correio* no grupo de jornais que surgiram na década de 1830.³³ É realmente possível que nosso objeto de pesquisa tenha surgido 20 anos antes da data que foi elencada pela grande historiografia relacionada à imprensa e, também, pelos arquivos.³⁴ Ademais, nos primórdios da imprensa no Brasil, os momentos de instabilidade eram rotineiros e os precursores do ramo contaram com graves problemas de ordem financeira além de um enorme desconhecimento ainda da prática jornalística no Brasil. Assim, entre um contratempo e outro, esses pioneiros do jornalismo brasileiro buscaram trazer e difundir informações, ganhar público e se arriscar numa sociedade marcada pelo intenso analfabetismo.

Passado o hiato de afastamento, em 1854, retomou Azevedo Marques, com a ajuda de seu irmão, para reinaugar o jornal, com o exemplar catalogado de número 01 do *Correio Paulistano*, que se prorrompe no cenário jornalístico, nesse momento, como uma folha isenta e independente do financiamento político; por isso, dita imparcial. Embora o *Correio* tenha, a partir desse ano, iniciado uma série de formas modernas no ofício da imprensa do século XIX brasileiro, como a publicação diária (até então

³² SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit.*, p. 65.

³³ Esse é um vasto trabalho, elaborado por Affonso Antonio de Freitas (historiador do IHGB, do fim do século XIX e início do XX), no qual se baseou Schwarcz para afirmar sobre a data citada de surgimento do *Correio*. Cf.: FREITAS, Affonso Antonio de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1915. Ver especialmente p. 4-16. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26185>>. Acesso em: 20 mar.2020.

³⁴ O que ocorre, também, é o fato de que o registro no exemplar do *Correio*, de 26 de junho de 1854, está catalogado como o exemplar de número 1 do seu primeiro ano, não fazendo referências, portanto, à breve fase anterior do jornal, que foi apenas registrada pelos representantes da historiografia citada na nota anterior.

ausente nos jornais de São Paulo) e, posteriormente, o uso de maquinário em aço e a oficina a vapor (abandonado o prelo manual), os esforços de seu jornalista e redator não foram poucos para manter o jornal sem se atrelar a nenhum partido político. Joaquim Marques, segundo relatos, chegou a buscar anunciantes de porta em porta nas casas comerciais oferecendo os serviços de anúncio a serem publicados gratuitamente. O caráter “apartidário” e conciliatório que é citado por Schwarcz nesse período de existência do *Correio* nada mais era que o reflexo do momento político do Governo em meados dos anos 1850, chefiado pelo Partido Conservador durante o chamado Ministério da Conciliação, comandado pelo Marquês do Paraná.³⁵

A situação de busca pela estabilidade do Governo Conservador, que comandava o Gabinete, de fato, fez com que o jornal ora se posicionasse a favor dos liberais, ora dos conservadores, em uma espécie de apoio entre os dois partidos que, por meio do *Correio*, era vendida como sendo seu caráter de “imprensa livre” ou “imparcial”.³⁶ Porém, com a morte do Marquês do Paraná e o fim do Ministério da Conciliação, o jornal enfrentou uma forte crise financeira, o que o fez largar sua propaganda de folha imparcial e assumir, perante a opinião pública, seu partidarismo conservador. Em 1858, essa crise foi amenizada ao começar a ser pago para publicar o expediente oficial do Governo. Nesse momento, a folha se tornou um dos maiores órgãos noticiosos do Império, sempre consoante com a política conservadora e que chefiava o Gabinete Ministerial da época.

No decorrer da década de 1860, o *Correio* conseguiu normalizar sua situação econômica e foi, aos poucos, se estabilizando financeiramente, ganhando mais importância e notoriedade no cenário da imprensa paulistana e aumentando consideravelmente seu número de tiragens. Em 1869, tendo como administradores os jornalistas Américo de Campos e José Maria Lisboa, acabou por aderir ao lado dos Liberais até o término da Guerra do Paraguai (que cessou um momento de relativa tranquilidade nas outras discussões políticas), retomando questões até então pendentes, principalmente relativas às principais discussões que já assolavam o Governo Imperial

³⁵ Sobre o Ministério da Conciliação, ver: ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, especialmente o Capítulo 4.

³⁶ “Prospecto” do *Correio Paulistano*, de 26 de junho de 1854, p.1; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit.*, p. 65-68. Cf., também, THALASSA, Angela. *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna – o jornal que não ladra, não cacareja e não morde*. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 2-35.

naquela época: os rumos da escravidão e a constituição de outro modelo político para a Nação. Somada a isso, a posição política republicana de Américo de Campos o levou, em 1874, no momento posterior à Convenção de Itu (responsável por fundar o Partido Republicano em São Paulo), a deixar esse jornal para formar um novo periódico junto a outros partidários da sua mesma facção política. O novo jornal era o *A Província de São Paulo*, a partir de então a principal folha republicana da província e, mais uma vez, outro proprietário assumiu o *Correio*, que passou, momentaneamente, para as mãos do monarquista Leôncio de Carvalho.³⁷

No fim desse mesmo ano, foi feito, oficialmente, um contrato com o Partido Conservador Paulista, e o *Correio* assumiu a categoria de principal órgão desse partido na província. Esse posicionamento político ficou mais claro e o jornal adquiriu maior estabilidade a partir de 1882, após ser comprado pelo fazendeiro paulista e, posteriormente, chefe da União Conservadora em São Paulo, Antônio da Silva Prado.³⁸

1.3 Antônio Prado: família e política no Oeste Paulista

O momento de compra do *Correio Paulistano* pelo conservador Antônio Prado é de extrema importância para este estudo, que se propõe a investigar as representações do mundo do trabalho no fim do século XIX através da folha, e inaugurou uma nova configuração material do jornal, que será analisada mais adiante. Entretanto, é crucial observar e situar historicamente o perfil desse representante da elite cafeicultora e sua família, a fim de se pensarem características e ações que o próprio objeto (o jornal) passou a sinalizar de forma homogênea nos anos em que esteve sob propriedade de Antônio Prado, lançando luz às posições políticas que demonstra nos anos que se estendem durante quase toda a década de 1880 com suas rupturas e continuidades.

Assim, em decorrência da ligação do *Correio* à ala do Partido Conservador da província paulista liderada por Prado a partir de 1882, não há como deixar de tratar sobre a história de seu gestor e maior financiador naquele momento, pensando o poder e a influência de grande parte da família Prado desde o século XVIII e ao longo de todo o século XIX no Brasil. Antônio da Silva Prado (1840-1929) era o quarto desse nome na sua família, fruto da sua quarta geração (que tinha origem portuguesa), e pertenceu ao núcleo mais proeminente dos Prado, que se estabeleceu em São Paulo. Era neto do

³⁷SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit.*, p. 67.

³⁸ *Idem*, p. 68.

Barão de Iguape e filho de Veridiana da Silva Prado.³⁹ Seu avô, o Barão, já vinha, portanto, estabelecendo estreitas relações com o Governo português desde a primeira metade do século XIX. Sua mãe, Veridiana Prado, foi uma das mais importantes figuras femininas do Império pela ligação com as artes e a intelectualidade europeia e, também, por estar à frente do comando de diversas atividades comerciais de sua família, como casas de venda e exportação de café, além de fazendas de produção do produto, administrando grande parte dos negócios da família enquanto mulher divorciada (contrariando, assim, algumas das premissas conservadoras tão presentes nos Prado nessa época).⁴⁰

Com a maioria de seus integrantes masculinos inseridos na política e a relação que estabeleciam com o Governo Imperial, além de possuírem grandes propriedades de terras com larga produção cafeeira, esse núcleo dos Prados se tornou em uma das mais representativas famílias do século XIX no Brasil. Martinho foi o único irmão republicano de Antônio Prado. Os outros (Eduardo e Caio), além dos pais e o avô, fizeram forte defesa e lutaram pela manutenção da monarquia ao longo de quase todo o século XIX.⁴¹ Ademais, no que diz respeito aos embates sobre a questão da transformação da mão de obra, Antônio Prado desempenhou primordial papel no investimento em políticas de imigração para trabalhadores europeus a partir de 1870 até finais do século XIX, somado à alçada que tiveram, ele e a família, na crescente economia do café e na industrialização em São Paulo.

Pensando nessas sinalizações, Darrel E. Levi contribui para refletir uma cultura familiar e política quase sempre presente nessa geração dos Prado, caracterizada pelo conservadorismo, trazendo aspectos psicológicos de seus membros. Embora a abordagem feita pelo autor em muitos pontos já tenha sido superada pela historiografia, Levi esboça uma gama de documentos pertencentes à família analisada, nos moldes clássicos que ele mesmo denomina de “nova história da família”, preocupado por

³⁹ Sobre a história da família Prado e análise da geração à qual pertencia Antônio Prado (conselheiro), ver: LEVI, Darrell E.A *Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977, mais especificamente o Capítulo 2: “Estrutura e dinâmica da família Prado”, p. 70-100.

⁴⁰ *Idem*, p. 7. Para o autor, a família de elite, chefiada pelo patriarca e ligada a atividades normalmente agrárias, representa, no Brasil colônia e império, uma instituição fundamental do desenvolvimento social. O fato do divórcio e o caráter de uma frente matriarca nessa geração familiar dos Prado são aspectos que Levi desenvolve como individuais desta no século XIX e que se divergiam do modelo clássico das demais famílias de elite do período.

⁴¹ Ainda que Antônio Prado (e outros conservadores do período), como será observado posteriormente, tenha se ligado aos republicanos em ocasiões de estratégia e alianças políticas, como ocorreu nos momentos finais do Império, a maior parte de sua trajetória e de tradição na vida pública que levou esteve ao lado dos conservadores.

refletir não só, como dito, fatores externos, mas também as relações psicológicas e costumes internamente estabelecidos pelos membros de cada núcleo que formou essa instituição. Por sua vez, o autor entende que a estrutura familiar (de elite) no XIX foi propriamente capaz de afetar o curso histórico da sociedade, ou seja, a família enquanto instituição, não seria apenas signatária das transformações sociais, mas capaz de moldar aspectos da sociedade, como no caso do desenvolvimento econômico e social da província paulista ocorrido no fim do século XIX.⁴²

Desse modo, Levi tenta buscar na história dessa geração da família de Antônio Prado um reflexo da sociedade e do Governo no Segundo Reinado, em que um e outro conciliariam seus períodos de ascensão e, posteriormente, de declínio. No Império, esse declínio ocorreu com a crise do Governo Monárquico, que culminou na instauração do modelo republicano em 1889, mesmo período em que esse núcleo dos Prado, segundo o autor, se isolou da vida pública com o enfraquecimento da sua tradicional estrutura familiar.⁴³ Pensamos, porém, que esse afastamento temporário não significou, necessariamente, um isolamento político total dos Prado. Aliás, no caso de Antônio Prado, as alianças feitas, desde finais do período imperial, demonstraram suas concessões ao Republicanismo (ponto não explorado pelo autor), a fim de se enquadrar no novo modelo que se gestaria a partir de 1889, entrando na República como um dos maiores representantes da oligarquia paulista. Embora tenha ocorrido seu afastamento da política durante cerca de dez anos, em 1899, após o falecimento de sua esposa e irmãos, Antônio Prado foi lançado como candidato nas eleições para ser o primeiro prefeito da capital paulistana, onde foi eleito e ali se manteve por 11 anos, destacando o enorme prestígio econômico e social da família, que se manteve e se estendeu na figura de Antônio Prado durante praticamente por toda a Primeira República.

O século XIX marca, portanto, a emergência e consolidação do núcleo paulista dos Prado. Todavia, representou um momento de desprendimento entre os filhos de

⁴² De acordo com Levi, esse exemplo se encaixaria no caso dos aspectos de modernização social brasileiros, entendendo este fenômeno (a modernização) como resultado dos desejos, necessidades e esforços de grupos familiares de elite, que conseguiram, de algum modo, empreender urbanizando e modernizando áreas do País economicamente desenvolvidas, como no caso da província paulista no século XIX. LEVI, Darrell E. *A Família Prado*. p. 34-37.

⁴³ Isso se dá, sobretudo, em decorrência do afastamento político. Já sobre o desmembramento do núcleo familiar, primeiramente, Levi aponta o fato da morte do Barão de Iguape (tido como a figura patriarcal no núcleo familiar de Veridiana e Martinho Prado) ainda em 1875 e que se desdobrou, posteriormente, na separação entre os pais de Antônio Prado em 1877. Nesse contexto, a perda do Barão marcou um momento de maior liberdade dos indivíduos na família. Entre a quarta e quinta gerações dos Prado, ocorreu um maior número de casamentos exógamos, diminuindo o número das uniões endogâmicas entre primos, arranjadas pelos pais e que foram bastante praticadas até meados do século XIX, a fim de proteger o patrimônio político e econômico da família. LEVI, Darrell E. *Op. cit.*, p. 76 e 88 e p.102-103.

Veridiana e Martinho Prado, revelando uma configuração familiar menos monolítica, principalmente a partir da segunda metade do século, entre 1860 e 1870, com a entrada destes na faculdade de Direito, fato que caracterizou “a primeira contestação à dominação da tradição familiar em suas vidas”⁴⁴ além da morte do avô, o Barão de Iguape, em 1875, responsável por ser figura fundamental no elo entre essa geração da família. De toda forma, parte da extensão do poder do Barão seguiu com Antônio Prado nesse momento e no posterior. Seria o neto, portanto, a figura mais próxima das características tradicionais de seu avô, mantendo seus fortes valores conservadores, especialmente na política. Nesse campo, foi Antônio Prado, também, o membro familiar de grande influência e poder econômico. Na vida particular, valorizava tradições e aspectos culturais europeus, traços que repercutiram na sua vida pública ao longo dos anos 70 e 80 do século XIX.⁴⁵

A partir daí, Antônio Prado esteve envolvido nos cargos de Deputado Geral de 1869 a 1875, Ministro da Agricultura em 1885 a 1887, Senador entre 1887 e 1889, Ministro de Relações Exteriores em 1888 e, novamente, Ministro da Agricultura entre 1888 e 1889, todos eles pelo Partido Conservador da Província de São Paulo, do qual era, senão o principal, um dos principais líderes.⁴⁶ Em 1882, após perder uma eleição para deputado em São Paulo e, portanto, não desempenhando oficialmente nenhum cargo político, se tornou o único proprietário do *Correio Paulistano*, folha que já era, declaradamente, órgão do Partido Conservador desde 1874.

1.4 A imprensa na ruptura política dos conservadores em São Paulo

Para entender efetivamente o motivo que levou à posterior compra do *Correio Paulistano* por Antônio Prado, é necessário voltar ao período de debate do *Ventre Livre*, nos anos 1870, e à dinâmica partidária do Segundo Reinado, no momento que marcou o início de uma cisão entre membros do Partido Conservador em São Paulo.

Como dito, Antônio Prado fazia parte do Partido Conservador paulista, o qual se instaurou a partir do Grêmio Paulistano da União Conservadora no ano 1867. A

⁴⁴ LEVI, Darrell E. *Op. cit.*, p. 84.

⁴⁵ Embora não seja novidade a relação da elite brasileira do século XIX com a Europa, Antônio Prado desenvolveu um aspecto próximo com alguns países, especialmente com Portugal, fazendo diversas viagens para lá ao longo de sua vida pública e, também, após se afastar da política. *Idem*, p. 85.

⁴⁶ Texto do arquivo do CPDOC sobre Antônio da Silva Prado. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>>. Acesso em: 23 mar.2020.

princípio, os conservadores derivavam dos antigos integrantes do Partido Restaurador do período regencial somado a alguns liberais monarquistas. Após a maioria de D. Pedro II, em 1840, conjuntamente ao Partido Liberal, o Partido Conservador compôs os dois partidos políticos oficiais do Segundo Reinado, protagonizando uma dinâmica política que se sustentava na representação do Gabinete Ministerial. Nessa dinâmica, que, a seu modo, seguia os princípios do sistema parlamentarista, ficava tratado que, após o resultado das eleições para deputados, o partido com maioria de representantes eleitos indicaria o nome para compor a Presidência do Gabinete. Ainda que houvesse momentos de instabilidade e crises políticas, esse sistema representativo se manteve por boa parte do Segundo Reinado.

Ainda que, por essência, o Partido Conservador tenha se originado de uma classe de burocratas monarquistas do período regencial, isso não significou que tenha constituído um grupo politicamente homogeneizado durante sua existência. Há, inclusive, diversas correntes historiográficas, divergentes entre si, a respeito da composição e, sobretudo, ideologia dos partidos imperiais e que bem foram resumidas e elucidadas por José Murilo de Carvalho em sua obra clássica sobre o tema.⁴⁷ O próprio Partido Liberal passou por fortes mudanças em suas concepções ideológicas após lançar seu novo programa partidário em 1860. Antes dessa década, os dois partidos (Liberal e Conservador), segundo Carvalho, divergiam somente em relação “aos conflitos regenciais entre as tendências de centralização e descentralização do poder...” Nesse caso, originalmente, eram os liberais inclinados à maior autonomia dos governos provinciais, e os conservadores, ao contrário, pediam pelo fortalecimento do poder central.⁴⁸

Todavia, o período iniciado nos anos 1860 foi responsável por tornar a política imperial e os partidos mais complexos. Além da reforma do programa liberal, surgiu, nessa mesma época, a Liga Progressista (1864), partido formado por antigos liberais e, também, alguns conservadores dissidentes, como o caso de Nabuco de Araújo. No caso do Partido Conservador, esse período marcou as diferenças regionais e de atividades econômicas das províncias, aprofundadas com o crescimento e expansão do café no oeste do estado de São Paulo, que deixaram os núcleos políticos ainda mais heterogêneos e conflitantes entre os interesses da agenda imperial.

⁴⁷CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Teatro de Sombras: a política imperial. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 199-228.

⁴⁸*Idem*, p. 206.

Em 1867, houve, então, a criação de uma base única hierárquica chamada “União” no interior do Partido Conservador, até o momento não existente nessa facção política e que possibilitou sua organização entre os correligionários, fossem eles de qualquer parte da Nação. Desse modo, a partir das Bases da União (que era, portanto, nacional), formavam-se os “Grêmios” em cada província, e os municípios, por sua vez, teriam as “Juntas” do partido, respeitando a ordem e peso político de cada uma dessas categorias. Entre os conservadores do Grêmio Paulistano nas últimas décadas do século XIX, por exemplo, se encontravam, além de Prado, Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente), Antônio Joaquim da Rosa, João Mendes de Almeida e José Manuel da Silva dentre outros. Todos eles formando, junto aos demais membros conservadores das outras províncias, uma única facção política: a União Conservadora.⁴⁹

Outro acontecimento do mesmo período foi o fim da Guerra do Paraguai em 1868, responsável por retomar projetos e reformas discutidas anteriormente, mas que haviam sido deixadas de lado durante o conflito. Com o término da Guerra, as reformas já levadas para discussão no Governo central retornaram com mais força, particularmente a respeito da questão da escravidão. Naquele momento, o governo brasileiro já sofria grandes pressões externas para que caminhasse mais rapidamente no sentido da abolição dos escravizados, o que contribuiu para uma série de ações mais incisivas do chefe do Governo, D. Pedro, em tomar as rédeas desse processo. O plano era aprovar uma lei que fosse capaz de conter a pressão abolicionista ao mesmo tempo em que garantiria a propriedade escrava já existente e dava um fim gradual à instituição, possibilitando à classe dos proprietários rurais e de escravizados pensar as opções para substituir essa mão de obra. Nesse sentido, a primeira medida de Pedro II, após findar a Guerra, foi se utilizar do Poder Moderador para dissolver o Gabinete Liberal chefiado por Zacarias de Góis e colocar um representante conservador, a fim de retomar o curso da reforma. O processo foi longo e conturbado, pois, antes da nomeação do conservador Visconde do Rio Branco (que iria aprovar o Ventre Livre), o Conselho passou por outros dois gabinetes conservadores que não conseguiram concluir a empreitada da aprovação da lei devido ao dissenso e conflitos de interesses entre deputados de ambos os partidos.

⁴⁹BANDECCHI, Pedro Brasil. Bases da União Conservadora e os Estatutos do Grêmio Paulistano e os Primórdios do Movimento Republicano em São Paulo. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 14, p. 149-158, 1973.

A agitação política que culminou com a aprovação do Ventre Livre foi responsável por dar vez a uma das mais fortes crises ocorridas até então para a Monarquia brasileira. Isso porque, em 1868, o fato de o imperador já haver dissolvido outros gabinetes, agindo em desacordo ao trato firmado entre os partidos do Governo e retirando o representante liberal (então maioria entre os deputados da Câmara) do Conselho de Ministros, para levar um representante do Partido Conservador, provocou revolta entre os setores descontentes com a ação interventora do monarca no jogo político, um dos motivos que, também, serviu como justificativa para a criação do Partido Republicano. A utilização do Poder Moderador foi altamente criticada pela ala de fazendeiros e escravistas, tanto conservadores quanto liberais, que julgaram a ação como opressiva e arbitrária.

Sobre os representantes republicanos, que nesse período ainda estavam em processo de criação do Partido em São Paulo, estes acabam, também, por se juntar aos interesses escravistas. Pois, diferentemente da província do Rio de Janeiro, que abrangeu, principalmente, na sua composição setores urbanos e profissionais liberais, o Partido Republicano Paulista envolveu os grandes e emergentes homens do cenário da cafeicultura da região do oeste paulistano, sendo, assim, também defensores dos interesses de seu grupo de proprietários rurais e escravistas.⁵⁰ Daí, derivaria a falta de medidas incisivas desse Partido em São Paulo em lidar com a questão da abolição e a posição contrária ao Ventre Livre de alguns representantes, por, dessa maneira, chocar com seus próprios interesses, fato que deve ser levado em conta pensando as articulações e alianças políticas dos republicanos paulistas com outros setores sociais e políticos, incluindo conservadores como Antônio Prado.⁵¹

Nesse aspecto, quando veio à tona a discussão para aprovação de uma nova lei voltada a impedir a reprodução indefinida da escravidão, o Ventre Livre foi encarado com maus olhos pela ala de cafeicultores e políticos, que prezavam pela proteção de sua

⁵⁰*Idem*, p. 213-214

⁵¹ Sobre essa relação entre republicanos e conservadores, ver: AMBROSINI, Diego Rafael; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Op. cit.*, p.199-217, principalmente p. 208. Uma visão diferente é colocada por Galdino em sua tese de doutorado. Esse autor, também, trabalha a formação do PRP. No entanto, ao contrário de Ambrosini e Fernandes, ele trata a posição pouco abolicionista dos republicanos justificada por uma estratégia política consolidada em não se chocarem com os interesses da política monárquica hegemônica e seus partidos, além de um caráter de transformações pacíficas e não revolucionárias comuns nos membros do PRP. Para esse fim e com o intuito de se inserirem nessa mesma política, haveria um cuidado, ou mesmo omissão, desse partido em tratar de temas muito polêmicos nos cenários social e político, como o caso da solução do chamado elemento servil. Ver: GALDINO, Antônio Carlos. *Campinas, Uma Cidade Republicana: política e eleições no oeste paulista (1870-1889)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006, principalmente o capítulo 1.

escravaria como forma de mão de obra e de manutenção de seu patrimônio econômico, dentre eles Antônio Prado, que, nesse momento, se aliou aos “emperrados” conservadores, representados pelos discursos de deputados como Paulino José Soares de Souza e José de Alencar.⁵² Da mesma forma, o *Correio Paulistano*, que nessa época tinha como financiador e um dos redatores Américo de Campos (posteriormente republicano), demonstrou-se decisivamente contra a atitude do monarca no empreendimento que objetivava a aprovação da lei e a sua interferência no jogo político com as dissoluções consecutivas dos gabinetes ministeriais, encaradas pelo jornal como “simples manobra de um despotismo disfarçado”⁵³, deixando claro que, ao interferir no que fundamentava o chamado “espírito do regime” do Império brasileiro, o chefe do Governo tornava pública uma questão que julgavam ser de âmbito privado, já que, na visão dos escravistas, tais medidas seriam cabíveis apenas aos senhores decidirem.⁵⁴

Embora todos os processos comentados tenham agravado as crises ministeriais que já vinham atordoando o cenário político imperial, esse ponto do debate sobre a libertação do ventre é considerado um marco significativo pela historiografia da escravidão, já que, a partir daí, a discussão sobre a emancipação e a própria escravidão enquanto instituição foi levada a cabo pelo chefe do Governo, que, por sua vez, retirou, de algum modo, os panos para que esta se tornasse uma questão a ser debatida publicamente. Longe de acreditar no espírito abolicionista de Pedro II, pois as suas intenções com a lei derivavam muito mais de uma necessidade do Governo Imperial em se adequar à agenda internacional do processo abolicionista do que de fato numa vontade de libertação indiscriminada dos escravizados no País. Todavia, o aperreamento dos senhores e seu apelo à opinião pública em se posicionarem contra a lei denotaram, claramente, o incômodo neles causado pela atitude do imperador.⁵⁵

⁵² Alonso explica a classificação dos Emperrados sendo uma ala organizada no interior do Partido Conservador, que concentrou os escravistas, os quais representaram os discursos de defesa da manutenção da ordem escravocrata e seus privilégios no contexto de votação do Ventre Livre. Ver: ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 18.

⁵³ *Correio Paulistano*, 15 de março de 1871, p.1.

⁵⁴ GALDINO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p.26.

⁵⁵ A sessão “A Pedidos”, provavelmente redigida por Américo de Campos sob a sigla de S.R., clamava pelo despertar social sobre os problemas que seriam gerados pelo Ventre Livre, vista como injusta e desigual não só entre os senhores e seus escravizados, como também entre os grupos escravos, que, no argumento do redator, separaria mães e filhos por uma alforria inescrupulosa. Cf.: *Correio Paulistano*, 5 de julho de 1871. Joaquim Nabuco, também, elucida a reação de ministros, deputados e senhores sobre a lei no seu processo de aprovação em: NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: H Garnier, 1899. v. 2, p. 388-395. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/179441>>. Acesso em: 29 mar. 2020).

Entre os conservadores, essa discussão foi ainda mais decisiva para rupturas internas do partido. Isso porque, em contrapartida à facção dos emperrados, houve a organização do grupo de reformadores, defensores do Ventre Livre e de projetos de emancipação escrava, que incluiu políticos de ambos os partidos. Dentre os conservadores, como bem observou José Murilo de Carvalho, havia maior tendência dos deputados do Norte em apoiarem mais incisivamente os projetos reformistas, como foi o caso, nesse período, de Pimenta Bueno e do próprio Rio Branco.⁵⁶ No Sul, a tendência se invertia. Mas o deputado, e nessa época um dos principais líderes do partido que estabeleceu sua vida política em São Paulo, João Mendes de Almeida, declarou abertamente o apoio ao Ventre Livre, opondo-se às ideias do outro influente conservador paulista, Antônio Prado. No caso desses dois políticos, a disputa ficou ainda mais forte após a aprovação da lei, aumentando o conflito entre eles e seus respectivos grupos de apoiadores, e determinando o futuro do partido naquela província.

Toda essa briga política do Partido Conservador em São Paulo ganhou as páginas dos jornais e rendeu diversas notas nos exemplares do *Correio*. O processo de discussão sobre o Ventre Livre deixou clara a condição complexa do Partido Conservador além de expor a existência de uma disputa interna por sua liderança na província paulista, personificada nas figuras de Prado e Mendes de Almeida. No entanto, o antagonismo entre os dois deputados não se resumia apenas à questão da escravidão. Como aponta Antônio Carlos Galdino, suas perspectivas a respeito das reformas no Império estavam intrincadas a outras discussões de ordem religiosa e, também, em relação ao imigantismo:

A oposição entre ambos dizia respeito em grande medida às questões relativas à separação entre Igreja e Estado, casamento civil e secularização dos cemitérios, medidas favoráveis à atração de imigrantes europeus, pelas quais se inclinava Antônio Prado, posições combatidas vigorosamente por João Mendes de Almeida, católico ultramontano.⁵⁷

O *Correio*, em seção escrita por representantes da sociedade (“A pedidos”), trazia com pesar o fato da divisão do Partido Conservador já no ano de 1870,⁵⁸ que liderava Antônio Prado contra outras alas políticas em diversas reuniões da Assembleia Provincial. Esse embate entre os dois políticos se estendeu até o fim da vida pública do

⁵⁶CARVALHO, José Murilo de. *Op. cit.*, p. 222-223.

⁵⁷ GALDINO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 50.

⁵⁸*Correio Paulistano*, 6 de fevereiro de 1870, p.3.

advogado João Mendes de Almeida. Porém, seu auge esteve justamente no ano 1881, após uma derrota sofrida por Prado nas eleições para deputado geral, quando se acreditou ser fomentada por seu próprio colega de partido. Nessa ocasião, Antônio Prado era o candidato conservador, que liderava as eleições em São Paulo, e era de suma importância eleger novos membros conservadores, a fim de fazer maioria na Câmara e inverter a ordem de subordinação que se encontravam na política imperial, já que, desde 1878, o Partido Liberal era quem liderava o Gabinete e elegia mais representantes políticos para as províncias.

Entretanto, ocorreu que a ala conservadora encabeçada por João Mendes de Almeida, no segundo escrutínio, votado no dia 9 de dezembro de 1881, foi acusada de apoiar o candidato liberal, Laurindo de Brito, ao invés do representante da sua própria facção, que terminou por deixar, surpreendentemente, empatado o número de votos entre Prado e Laurindo. Por critério de antiguidade, levou o candidato liberal, dando mais uma vitória a esse partido na província e motivando uma reação do grupo pradista em São Paulo. Nos dias posteriores, o *Correio* inaugurou uma série de artigos rechaçando a suposta ação engendrada por Almeida e acusando-o de traição ao Partido Conservador.⁵⁹ Diante de toda essa situação, que movimentou as páginas da imprensa na província, o candidato vencedor, Laurindo de Brito, saiu em autodefesa dizendo que, embora o *Correio* tenha afirmado insistentemente que Mendes de Almeida tivesse tramado a favor de sua eleição, isso era falso e não passava de invenções inconsistentes daquela folha.⁶⁰ Em uma “Seção Livre”, o *Correio* rebateu a fala do político liberal expondo a relação entre ele e o conservador, João Mendes de Almeida, além de reprovar a conta dos votos feita por Laurindo no jornal republicano.⁶¹ Na realidade, o *Correio Paulistano* queria provar o favoritismo de Prado em São Paulo, buscando trazer notícias e sessões de apoio que contestavam a derrota do conservador paulista.

Na tentativa de estabelecer e buscar o controle de seu grupo político e inconformado com as últimas eleições, Antônio Prado convocou uma reunião, no Teatro S. José, em São Paulo, com a presença de todos os conservadores da capital (à exceção de seu rival político, Mendes de Almeida), a fim de estabelecerem e discutirem medidas a serem tomadas pelo grupo diante das situações ocorridas e da instabilidade que se

⁵⁹*Correio Paulistano* dos dias 12, 16, 17, 18, 22, 23 e 24 de dezembro de 1881.

⁶⁰*A Província de São Paulo*, 18 de dezembro de 1881, p.1.

⁶¹ A sessão do *Correio* vinha escrita sob o pseudônimo “Um dos taes”. *Correio Paulistano*, 22 de dezembro de 1881, p. 1.

instalara no partido.⁶² Na manhã do dia 18 de dezembro de 1881, Mendes de Almeida, que, por diversos momentos também se expressou pelo jornal republicano *A Província de São Paulo*, utilizou-se da folha para demonstrar seu descontentamento, dizendo saber que Antônio Prado estava fazendo convites a conservadores da capital e que este não havia se dirigido a ele.⁶³ A resposta de Antônio Prado, no *Correio Paulistano* naquele mesmo dia, foi objetiva e provocadora. Logo na primeira página, a sessão, que normalmente dá lugar ao editorial, vinha com o título escrito “União Conservadora”. Nela, Prado faz referência ao título da sessão escrita por Almeida na folha republicana naquela manhã, “Aos meus amigos”, esclarecendo o motivo de não ser de seu interesse convidar seu antagonista para o evento:

Na “Província de S. Paulo” de hoje, o sr. dr. João Mendes previne – aos seus amigos – que é completamente estranho á reunião conservadora, convocada para hoje, no theatro S. José, para tratar-se de assumptos partidarios.

Essa declaração do auxiliar do governo nas ultimas eleições desta província, era inteiramente excusada.

Aquelle que separou-se do seu partido para ligar-se ao governo não podia, nem devia ser convidado para uma reunião de partidários, na qual, quer a sua pessoa, quer as suas idéas, quer as suas transações, serão assumptos completamente estranhos.

Antônio Prado.⁶⁴

Na sua fala, Prado cita a ligação do deputado ao Governo, referindo-se ao Governo Liberal, que, na época, chefiava o Gabinete e estabelecia a política imperial de acordo com os interesses liberais. O *Correio* daquele dia 18 dispensou diversas sessões para abordar os acontecimentos envolvendo o advogado João Mendes de Almeida e a reunião que aconteceria naquela noite. A primeira página foi toda ocupada por tais assuntos, incluindo o “Folhetim”, que trazia certa mensagem de conforto de um padre que se dizia eleitor e amigo de Antônio Prado, atribuindo as melhores qualidades ao político conservador.⁶⁵ Além disso, a reunião era pauta importante, pois esclareceria como o grupo iria prosseguir em relação aos conflitos partidários existentes, e já estava sendo aguardada por centenas de conservadores, além de outros que aderiram a ela, posteriormente filiando-se à União Conservadora em São Paulo.

⁶² A convocatória para a reunião foi feita pelo próprio *Correio Paulistano* bem como a exclusão do deputado João Mendes de Almeida. *Correio Paulistano*, 18 de dezembro de 1881, p. 1.

⁶³ *A Província de São Paulo*, 18 de dezembro de 1881, p.1.

⁶⁴ *Correio Paulistano*, 18 de dezembro de 1881, p.1.

⁶⁵ *Correio Paulistano*, 18 de dezembro de 1881.

Essa reunião foi responsável por firmar novas bases para a União Conservadora, que se estenderia para toda a província, criando um alinhamento de interesses entre os correligionários e o conselho do partido. As novas bases incluíam a formação de um conselho diretor formado por cinco representantes, que, por sua vez, concentraria todos os poderes em relação aos interesses e negócios do partido. Também, citava, dentre tais interesses partidários, a imprensa política da capital e os alistamentos eleitorais como responsabilidade do mesmo conselho. Em resumo, ao passo que retificava as inclinações dos conservadores da capital e da província como um todo, também colocava os demais membros, que, por ventura, destoassem das ideologias partidárias, sob controle da União Conservadora e dos representantes diretores, especialmente a Antônio Prado, que, após a aprovação das bases, foi eleito presidente do conselho da União, seguido por outros quatro nomes: Duarte de Azevedo, Dutra Rodrigues, Rodrigo Silva e o Coronel Antonio Proost Rodovalho.⁶⁶

A justificativa dos diretores para a criação de novas medidas que seriam assumidas pela citada União se dava pelos episódios relativos às últimas eleições e à “[...] urgente necessidade de se rodear o Partido Conservador de garantias de unidade.”⁶⁷ Como a maioria dos representantes conservadores presentes condescendeu às bases colocadas, foram, então, decididas, nos termos da União Conservadora, as prerrogativas que direcionavam todos os assuntos partidários da província à referida União, deixando o Partido Conservador em São Paulo sob o controle do grupo presidido por Antônio Prado e o seu órgão de imprensa, o *Correio Paulistano*.

Nos dias posteriores à reunião, o *Correio* passou a expor as listas de nomes das novas adesões feitas por conservadores de diversas localidades da província paulista. A partir de então, a notificação dessas adesões passaram a fazer parte da própria estrutura do jornal, que lançou a sessão “União Conservadora”, abrangendo a lista dos novos correligionários.⁶⁸

Eram notórios a consolidação política e o grande apoio obtido (sobretudo da classe de proprietários rurais) por Antônio Prado após todos os episódios conflitantes do Partido Conservador em São Paulo e as inúmeras adesões procedentes da reunião de dezembro de 1881. Ainda assim, João Mendes de Almeida elaborou o que seria sua reação a todas essas circunstâncias, oficializada na forma de um extenso manifesto que

⁶⁶ *Jornal do Commercio*, 28 de dezembro de 1881, p.3.

⁶⁷ *Jornal do Commercio*, 28 de dezembro de 1881, p.3.

⁶⁸ Ver: *Correio Paulistano* dos dias 24 e 27 de dezembro de 1881 e 17 de janeiro de 1882.

expressava todas as suas discordâncias em relação às atitudes da União Conservadora de Antônio Prado e o papel de seu órgão oficial de imprensa, o *Correio Paulistano*, perante a opinião pública. No “Manifesto ao Partido Conservador”, publicado em 1882, o ex-deputado denuncia o que chama de armadilha política do grupo do *Correio Paulistano*, citando o fato das últimas eleições e as acusações feitas por Antônio Prado a ele como uma “velha mania dos derrotados em inventar causas diversas das que tem influído no escrutínio, afim de se apresentarem como martyres”.⁶⁹ Também, não deixa de mencionar a falta de um programa político efetivo na criação da União Conservadora, que, segundo o monarquista, apenas foi criada com o objetivo de alcançar interesses pessoais. Por diversas vezes, no manifesto, critica as alianças políticas feitas pela ala pradista com os republicanos da província.⁷⁰Essas alianças passaram a ser ainda mais comuns no cenário de ruptura dos conservadores paulistas a partir desta década de 1880.

João Mendes de Almeida, embora maranhense, estabeleceu a maior parte de sua vida pública na província paulista e, também, veiculou opiniões através da imprensa no final do século XIX. Dentre os principais jornais pelos quais esteve como redator, estão: *A Opinião Conservadora*, *A Sentinella*, *A Ordem* e *Sentinella da Monarchia*, todos em São Paulo. Curiosamente, por várias vezes, também se expressou pela folha republicana *A Província de São Paulo*, inclusive para expor suas opiniões a respeito da escravidão.⁷¹ Como redator do *Sentinella da Monarquia*, escrevendo em 1889, já na efervescência do movimento republicano no País, o político e advogado conservador demonstrava a permanência de sua oposição e briga política com Antônio Prado, que, segundo ele, fomentava ideias inconstitucionais na opinião pública a respeito da federalização do Estado nacional e suas províncias. Nessa época, sua principal repulsão com Prado se deveu às tendências “revolucionárias” seguidas pelo cafeicultor, o que, para Almeida, significava verdadeira traição aos princípios conservadores e seus valores constitucionais.⁷²

Antônio Prado, por sua vez, também vinha estabelecendo fortes relações com a imprensa paulista desde o início de sua vida pública. Essa foi, certamente, um dos

⁶⁹ALMEIDA, João Mendes de. *Manifesto ao Partido Conservador de São Paulo*. São Paulo: Typographia Seckler, 1882. p. 6.

⁷⁰A oposição de Almeida às ligações políticas entre republicanos e conservadores não eram uma novidade. Enquanto deputado e em suas falas públicas, sempre condenou essas articulações inpartidárias, declarando-se conservador não só por inclinação política, mas também por suas ambições morais. ALMEIDA, João Mendes de. *Op. cit.*, p.8.

⁷¹*Gazeta de Notícias*, 6 de agosto de 1883. É noticiada a série de artigos de título “A escravidão”, de João Mendes de Almeida, a ser publicada na folha *A Província de São Paulo*.

⁷²*Sentinella da Monarchia*, 1 de julho de 1889, p.1.

impulsos na sua carreira para angariar a opinião pública a favor de suas posições e alianças políticas. Ainda no final da década de 1860, Prado comprou o jornal *Diário de São Paulo*, permanecendo ali por cerca de um ano.⁷³ Todavia, o período em que estabeleceu relações mais estreitas com os jornais esteve, sem dúvidas, no momento em que se tornou proprietário do *Correio Paulistano*. Momento que, também, representou para essa folha uma fase de considerável estabilidade, influência e prestígio no cenário da imprensa nacional. Prado já vinha expondo suas manifestações políticas e escrevendo artigos diversos no *Correio* mesmo durante sua permanência no *Diário*. Mas, ao comprar a folha, Prado trouxe a facção dos conservadores, a qual liderava, para as páginas do jornal. A demonstração de apoio aos conservadores, feita pelo *Correio*, não era recente, pelo menos desde 1874, quando se tornou órgão oficial do partido em São Paulo. Entretanto, foi somente a partir de 1880 que os artigos de Antônio Prado passaram a aparecer com mais frequência na redação do jornal, permanecendo até momentos posteriores à abolição. Na virada de 1881 para 1882, após os eventos das eleições envolvendo Mendes de Almeida e a definitiva ruptura com esse outro grupo conservador, Antônio Prado inaugurou no *Correio* uma nova configuração do jornal, voltada, nesse momento, a uma intercessão política mais clara entre conservadores pradistas e republicanos em São Paulo, que foi se tornando cada vez mais estreita com o passar dos anos nessa década.

Acreditamos, portanto, que o mais importante motivo que levou Antônio Prado, em 1882, a inaugurar uma nova configuração material do *Correio* foi instrumentalizar seu controle sobre o Partido Conservador em São Paulo após o momento de criação das novas bases para a União Conservadora, a qual ele presidia, na mesma província, deixando claro o caráter do jornal enquanto órgão oficial daquele grupo político, conquistando, assim, no cenário da opinião pública, mais espaço de debates sobre suas demandas políticas e apoio eleitoral.

1.5 O *Correio Paulistano* de Antônio Prado: aspectos materiais

Em 4 de janeiro de 1882, uma nova configuração material surgiu nas páginas do *Correio Paulistano*. O jornal ganhou uma nova face, podendo ser observada na comparação com os exemplares de 1881. Essa nova configuração deixou mais clara a

⁷³*Correio Paulistano*, 17 de maio de 1870, p.2. Esclarece o período em que Antônio Prado esteve na direção do *Diário de São Paulo*.

posição do grupo pradista, a qual passou representar o jornal e demonstrou, também, o caráter de prestígio que a folha ganhou, com maior número de informações e colunas mais estreitas nas suas páginas, que exibiam a demanda e a “disputa” pelo espaço de cada nota na folha. Mas, além do financiamento privado do grupo político ou do seu rico proprietário, a verba potencializada com os assinantes e com os anunciantes era, também, o que mantinha o jornal circulando. Tendo observado isso, além de um maior número geral de informações e notas, no *Correio Paulistano*, foi possível registrar uma quantidade exponencialmente maior de anúncios a partir de 1882, expondo a maior renda que ganhava a folha naquele momento, com a presença de diversos anunciantes e, conseqüentemente, uma estabilização financeira e notoriedade tanto no cenário da imprensa nacional quanto da opinião pública.

Para se ter uma ideia deste papel de notoriedade do jornal no cenário público, analisamos o último mês de circulação do *Correio* em 1881, quando ainda não havia se consolidado como órgão oficial da União Conservadora de Antônio Prado. Nesse mês de dezembro de 1881, o jornal contou com um total de 499 anúncios. No mesmo intervalo de dias do ano seguinte, em 1882, a folha teve um total de 932 anúncios, um crescimento de quase 87% no número total de anúncios publicados, contando que houve no último ano analisado maior número de exemplares, visto que em 1881 o jornal não circulava as segundas-feiras e no ano seguinte passou a circular todos os dias da semana.⁷⁴ É interessante analisar, ainda, a maior presença de anúncios sobre venda de pessoas escravizadas e escravos fugidos no período iniciado em 1882. Observados esses específicos, em dezembro de 1881, houve oito ocorrências dessa categoria de anúncios, sendo todos eles de escravos fugidos. Em dezembro de 1882, houve a ocorrência de 15 desses anúncios, sendo dez de escravos fugidos e cinco de venda de escravos e escravas.

Outras sessões dividiam espaço com os anúncios nas últimas páginas. Em 1882, elas, também, ganharam maior volume de notas, como a chamada “Parte Commercial”, em 1881, com o nome de “Boletim Commercial”, que trazia notícias do movimento de entrada e saída de produtos e mercadorias do porto de Santos. Também, a seção dos “Editaes”, que se destinava a publicar sobre aberturas de processos e inscrições nos institutos de ensino da época, cresceu na comparação com os exemplares anteriores. Já a sessão de “Avisos” foi incorporada dentro da seção de anúncios, aparecendo como um

⁷⁴ Por isso, para o cálculo de número dos anúncios feitos, consideramos o número absoluto de 20 dias, e não as datas correspondentes até o dia 20 do mês, levando-se em conta que, em dezembro de 1881, os 20 primeiros dias de circulação do *Correio Paulistano* se estendem do dia 1º ao 27 do mês devido à não circulação de exemplares às segundas e em alguns feriados.

subtópico nesses exemplares do ano de 1882. Na verdade, esses avisos configuravam um tipo de anúncio mais direto, com um espaço reduzido, aparecendo em forma de listagem com informações diversas, desde escritório de advogados até conselheiros, residência de parteiras, consultórios médicos etc.

Nesses aspectos materiais, podemos, também, observar uma característica ainda mais política do jornal. Embora no ano anterior já estivessem presentes seções sobre algumas das principais reuniões políticas da Assembleia Provincial, estas não eram notas diárias no *Correio*, pois o jornal se preocupava, ainda, em definir seu grupo de apoiadores, demonstrando maior presença de artigos de defesa dos valores do Partido Conservador de São Paulo e criticando os grupos de oposição. Em 1882, já existindo maior consolidação do grupo político da União Conservadora reformulada sob a direção de Antônio Prado, a tarefa passou a se demonstrar, detalhadamente, a ação desses representantes na arena política bem como as reformas que estavam a ser discutidas. Assim, a folha passou a contar com notas oficiais das transcrições das assembleias provinciais e outras discussões parlamentares (reuniões da Câmara e do Senado e discussões dos presidentes de província), notas que estão presentes em exatamente todos os exemplares a partir de janeiro de 1882, deixando o jornal bastante denso e descritivo e tendo como objetivo expor as posições dos políticos nessas reuniões e as pautas tratadas, sobretudo as posições dos políticos filiados à União Conservadora. Em momentos de decisões importantes, o jornal, também, demonstrava apoio a Antônio Prado e ao seu grupo político em São Paulo, como ocorreu na campanha para as eleições a deputado geral em 1884 e nas discussões sobre a emancipação imediata dos escravizados em 1887, ponto que trataremos no terceiro capítulo.

1.6 Cafeicultura e escravidão em São Paulo

Todas essas mudanças nas folhas periódicas do *Correio* a partir de 1882 demonstram, portanto, um novo momento político para o jornal e para o grupo da União Conservadora em São Paulo. Mas, mais que isso, a década de 1880 é representativa, também, da ação mais efetiva do Partido Republicano no cenário da política imperial além de inaugurar uma série de transformações de ordem social e econômica, sobretudo nas regiões Centro-sul e Sudeste do País. Em São Paulo, como se pode imaginar, a produção de café para exportação possibilitou realizar reformas mais profundas na província. O capital acumulado nas mãos de cafeicultores foi, em grande parte,

investido em estradas de ferro, bancos, indústrias e sistemas de comunicação.⁷⁵ Não diferente, os indícios desse contexto apontados pela historiografia remetem a um período bastante produtivo economicamente para o núcleo paulista dos Prado, já que a produção de café era a principal atividade econômica, a qual se ligava à família. A fazenda de Antônio Prado, Santa Veridiana, recebida de presente de casamento em 1868, foi eleita, pelo perito em café e jornalista holandês, C. F. Van Delden Laren, em 1883, a terceira mais produtiva da província paulista e a sétima de todo o País.⁷⁶ Além disso, havia a cooperação econômica e política entre alguns dos irmãos Prado, em que, possivelmente, ainda que como único dono do *Correio*, Antônio Prado teria tido apoio da família, que trabalhava com ele nas funções do jornal, dentre eles Caio da Silva Prado, seu irmão mais novo, que colaborava no jornal no combate aos liberais.⁷⁷ Outro ponto importante foi o fato de que sua família passou todo este período, que se estendeu de 1870 a 1910, diversificando suas atividades e investindo, como os demais acumuladores de capital, em diversos negócios, como casas comerciais, companhias de estradas, bancos, imóveis, fazendas etc.⁷⁸

O peso das mudanças em tantos aspectos da vida dos Prado nas décadas de 1870 e 1880, em alguma medida, ocorreu no momento de crescimento da população escrava na província de São Paulo. Talvez, não seja apenas por coincidência o fato de o ano de 1874 representar o maior quantitativo de escravos em São Paulo ao passo que Antônio Prado desenvolvia sua progressão no cenário político e econômico nessa província. No período, essa era a terceira província do Sudeste com maior contingente de pessoas escravizadas, estando atrás de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Entretanto, o interessante a ser observado é justamente o *boom* contingencial na população escrava ocorrido em São Paulo no intervalo de dez anos: de 1864 para 1874, o número de escravizados na província mais que dobrou, enquanto as outras províncias do Sudeste (exceto ao contingente da Corte, que diminuiu seu número de escravos no mesmo período) seguiram um fluxo de crescimento bem mais controlado (vide o Gráfico 1). Decerto, esse volume reflete o salto econômico do café no oeste paulista em primeira instância e, conseqüentemente, do tráfico interprovincial de escravos ocorridos no

⁷⁵COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. 1. ed. São Paulo: Ed. da USP, 2013. v.5, p. 708-710.

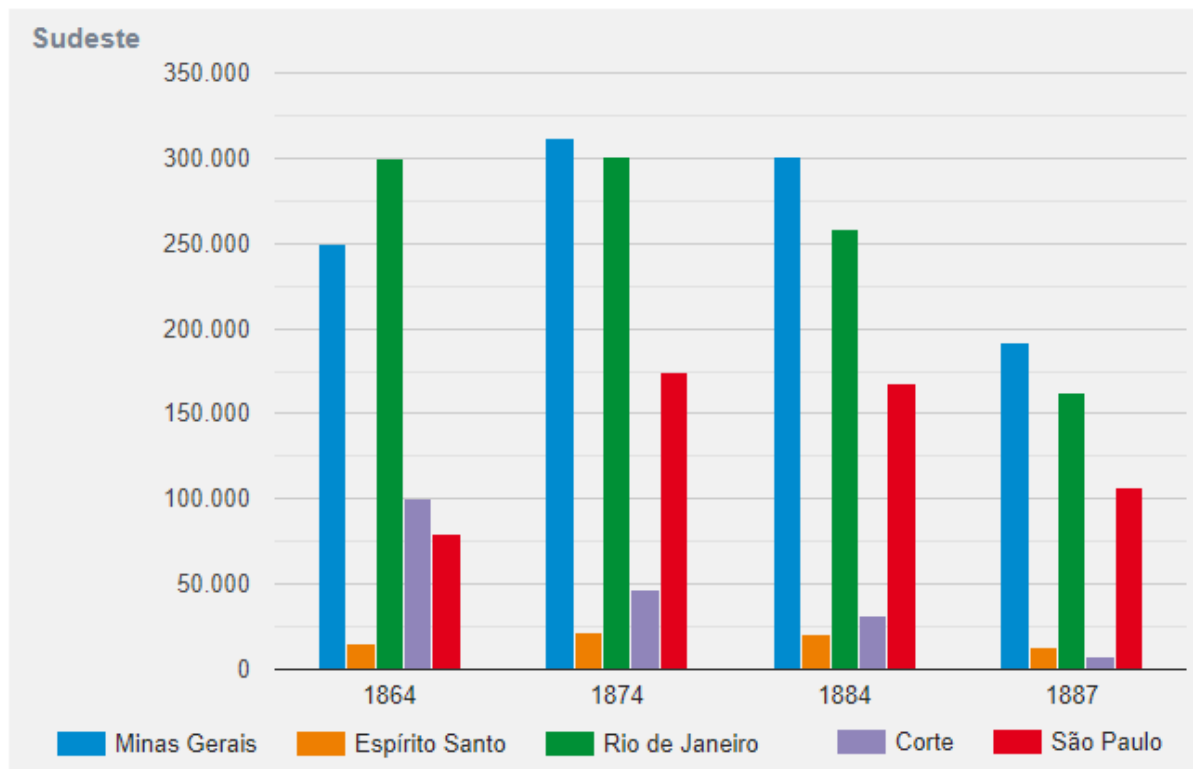
⁷⁶Texto do arquivo do CPDOC sobre Antônio da Silva Prado. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

⁷⁷*Ibidem*.

⁷⁸ WALDMAN, Thaís Chang. A São Paulo dos Prados. *Ponto Urbe, Revista do núcleo antropologia urbana da USP*, v. 13, p. 1-2, dez. 2013.

período, que intensificou um movimento de vinda compulsória dessas pessoas para o Sudeste pela necessidade de mão de obra.⁷⁹

Gráfico 1 – População escrava no Brasil (1864-1887)



Fonte: IBGE. População escrava no Brasil. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/populacao-escrava-no-brasil.html>>. Acesso em: 4 out. 2019.

Já o Quadro 1 demonstra, em números, tal crescimento da população escrava em São Paulo entre 1864 e 1874 assim como o crescimento do número total de escravos em toda a região Sudeste nesse intervalo. Ao mesmo tempo, há a diminuição progressiva da população escrava no Brasil, ocorrida após 1864, evidenciando a dinâmica do tráfico interprovincial e o remanejamento da mão de obra e dos campos de trabalho no País, com a movimentação de escravizados de outras regiões para o Sudeste, sobretudo para a província paulista.

⁷⁹A Lei Eusébio de Queiróz (1850), que proibiu a entrada de novos escravizados no território brasileiro, aumentou o movimento interno dessas pessoas. O crescimento da cafeicultura e o desenvolvimento econômico de São Paulo, no entanto, dinamizou o movimento para essa região. Sobre o tráfico interno de escravizados no Brasil, existem inúmeros trabalhos. Para São Paulo, ver: MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012. Outros trabalhos sobre esse tema: CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*; GRAHAM, Richard. Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 7, p. 121-160, 2002; e PIRES, Maria de Fátima Novaes. Travessias a caminho – tráfico interprovincial de escravos, Bahia e São Paulo (1850-1880). *Revista África(s)*, v. 4, n. 8, p. 63-78, jul./dez. 2017.

Quadro 1 – População escrava no Brasil (1864-1887)

Regiões	1864	1874	1884	1887
Brasil	1.715.000	1.540.829	1.240.806	723.419
Sudeste	745.000	856.659	779.175	482.571
Minas Gerais	250.000	311.304	301.125	191.952
Espírito Santo	15.000	22.297	20.216	13.381
Rio de Janeiro	300.000	301.352	258.238	162.421
Corte	100.000	47.084	32.103	7.488
São Paulo	80.000	174.622	167.493	107.329

Fonte: IBGE. População escrava no Brasil. Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/populacao-escrava-no-brasil.html>>. Acesso em: 4 out. 2019.

Os crescimentos da produção de café e do mercado de exportação representam, portanto, a manutenção de uma ordem mais intensa (comparada a outras províncias nessa mesma época) do escravismo em São Paulo a partir dos anos 1870 e que se estendeu ao longo dos anos 1880 até vésperas da abolição. Nesse cenário, exerceu-se a preponderância política e econômica de Antônio Prado e seus empreendimentos financeiros ligados a esse mercado cafeicultor. Obviamente, suas ações não foram únicas e contaram com o crédito de outros grandes fazendeiros, que já se inseriam no mercado cafeeiro paulista anteriormente ao período colocado aqui. Ainda assim, Antônio Prado teve fundamental papel de interferência nesse contexto, o que auxiliou na função da imprensa, materializada com o *Correio Paulistano* como ferramenta de utilização da opinião pública a seu favor. Desse modo, é notável como a imprensa reforçou seu papel no meio social e na arena política. São com esses cuidados e tendo como pano de fundo as prerrogativas de manutenção da ordem política e econômica vigentes na época que o *Correio* passou a abordar os assuntos relacionados ao mercado de trabalho da época, especialmente a respeito da questão da transformação da mão de obra, (de grande importância e preocupação para os políticos da ala pradista), estabelecendo, assim, sua relação com o mundo da escravidão.

CAPÍTULO 2:
**O CORREIO PAULISTANO E A “MAGNA QUESTÃO”: A LEI DOS
SEXAGENÁRIOS E SEU PROCESSO PERANTE AS FORÇAS
ESCRAVOCRATAS**

2.1 O reformismo de Dantas e a crítica da emancipação escrava pela União Conservadora paulista através do *Correio Paulistano*

Uma vez que o *Correio Paulistano* assumiu seu papel de órgão e porta-voz da União Conservadora paulista, oficialmente no ano de 1882, a sua função perante a opinião pública foi impulsionada. Os eventos envolvendo a disputa pela liderança do Partido Conservador na província, agravada pelos episódios das eleições de 1881, confluíram na formação desse novo grupo, caracterizado pela ala pradista e que se manteve enquanto uma organização política até, pelo menos, o fim de 1887. Tendo em vista as motivações políticas e ideológicas desse grupo, havia uma demanda central dos representantes da União Conservadora e seus respectivos apoiadores na província paulista. Essa demanda dizia respeito, como veremos a seguir, à contenção e enfrentamento a reformas do Governo, que colocassem em risco mais iminente a propriedade escrava e os privilégios senhoriais desses homens da elite cafeicultora.

Assim como ocorreu no momento precedente à aprovação do Ventre Livre em 1871, em que a ala escravocrata tentou, de diversas formas, barrar a lei que propunha estancar o compulsivo avanço da escravidão no País, no ano de 1884, de maneira similar, outra tentativa de bloqueio passou a acontecer no período de discussão do Projeto Dantas, que seria posteriormente redefinido, dando origem à Lei dos Sexagenários e que deve, também, ser tratada como fundamental no processo que aboliu a escravidão no Brasil. Há, no entanto, uma característica essencial de diferenciação entre esses dois momentos históricos citados, de 1871 e 1884: a formação e desenvolvimento do abolicionismo enquanto movimento social e político imediatista nos anos 1880.⁸⁰

Por mais que houvesse, nos anos iniciais da década de 1870, uma configuração restrita do abolicionismo parlamentar, com a presença de alguns sujeitos pontuais que defendiam a abolição gradual dentro dos grupos políticos imperiais, foi somente nos

⁸⁰ Ver: ALONSO, Angela. *Op. cit.*

1880 que o abolicionismo, de fato, se tornou imediatista e um movimento socialmente organizado e engrandecido pelo maior apoio de setores populares e de homens marginalizados da política imperial. Foi desse engrandecimento, da instrumentalização de leis anteriores, às quais os membros mais influentes recorriam em prol de libertar escravizados e, também, da própria ação engendrada por esses sujeitos, em revoltas e fugas em massa das fazendas onde viviam em cativeiro, que o abolicionismo atuou, sendo possível enxergar sua presença mais acentuada nessas frentes de ação a partir dos anos 1880.

Sobre esse tema, Célia Maria Marinho de Azevedo vislumbrou o cenário do fim da escravidão no Brasil a partir da ação desses agentes históricos envolvidos e que foram marginalizados pela própria interpretação historiográfica do momento anterior. É possível enxergar a outra face do movimento que colocou fim à escravidão do cativeiro no Brasil, agora não só pensado como um processo estruturalista em consequência de uma transformação econômica, e nem somente correspondente à ação e decisão de homens da elite dirigente monárquica.⁸¹ Para Azevedo, as etapas legais que confluíram na aprovação de leis de regime de escravidão e, posteriormente, na abolição da escravatura no Brasil não só passaram como tiveram direta influência da ação popular característica do movimento abolicionista dos anos 1880. Por ação popular, entende-se, principalmente, a ação dos próprios escravizados. Esse tipo de interpretação abriu um leque de novos estudos e pesquisas centrados na ação escrava e de abolicionistas no processo de luta pela liberdade nas décadas finais do século XIX.⁸²

Nosso objetivo neste capítulo não deixa de seguir essa vertente ao analisarmos a compreensão de certa ala da elite conservadora paulista, à qual se ligava nosso objeto de estudo, o *Correio Paulistano*, acerca do movimento de inquietação de escravizados, das atuações de grupos abolicionistas dos mais diversos matizes e das vantagens da inserção de imigrantes estrangeiros no território para uso de sua força de trabalho.

A importância de refletir sobre esses aspectos do abolicionismo no momento de discussão de um novo projeto de lei para o regime de escravidão no Brasil em meados de 1880 ocorreu, justamente, a fim de compreender o contexto histórico, social e político desse momento. Assim, é extremamente pertinente pensar a ação tanto dos

⁸¹ Uma das principais obras da interpretação estruturalista que abordou a transformação do trabalho na segunda metade do século XIX é de: COSTA, Emília Viotti da. *Op. cit.*

⁸² Ver: AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. cit.* Como exemplo de análises posteriores que privilegiaram o estudo do movimento abolicionista e da ação escrava nas últimas décadas de escravidão, ver: CHALHOUB, Sidney. *Op. cit.*; MACHADO, Maria Helena Toledo. *Op. cit.*; ALONSO, Angela. *Op. cit.*

escravizados quanto da historiografia que estudou e permite hoje expor essas conjunturas, entendendo o abolicionismo como algo gradual e que percorreu realidades distintas no território brasileiro.

Angela Alonso explica que a caracterização do abolicionismo enquanto movimento social a partir de 1880 não ocorre de forma casual ou aleatória. De acordo com parte da historiografia e com os próprios abolicionistas, essa década marcou o início do engajamento e do ativismo pela abolição nos cenários público e político. É, também, nesse momento que, segundo indicaram algumas interpretações, ocorria o início da organização de grupos e associações como a “Associação Central Emancipadora” e a “Sociedade Brasileira contra a Escravidão”. No entanto, Alonso propõe pensar o movimento abolicionista a partir de vertentes complementares em que ele se constituía, relacionado às instituições políticas, ao espaço público e à clandestinidade, e, também, pensado através da sua relação com o movimento abolicionista internacional. Esse movimento internacional influenciava e permeava o repertório dos abolicionistas brasileiros na década de 1880.⁸³

No cenário político, foi, então, a década de 1880 que marcou, também, o início de um abolicionismo parlamentar mais organizado e persistente. A demanda por novas reformas políticas no regime escravista, feitas por representantes políticos de partidos diversos, de algum modo, demonstravam o estágio de avanço das discussões sobre abolição e liberdade, que perpassavam o horizonte das sociedades nacional e internacional.⁸⁴ O *Correio Paulistano*, por sua vez, se posicionou, diversas vezes, contra esse tipo de movimento, que crescia nos palcos do Parlamento, inclusive citando e reavaliando a propaganda abolicionista estrangeira. Através dos debates que promoveu em seus editoriais no ano de 1880, deu voz aos seus aliados e defensores da manutenção do *statu quo* imperial, que defendiam uma abolição sempre lenta e gradativa, assegurando a não interferência na propriedade senhorial e se apegando à Lei de 28 de setembro de 1871.

Um exemplo foi a reprodução no *Correio Paulistano* do discurso do deputado liberal da província mineira, Martinho Álvares Campos, de posição escravista e que

⁸³ALONSO, Angela. O Abolicionismo como movimento social. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 100, p. 116, nov. 2014. Em 1880, o *Correio Paulistano*, também, começou a noticiar, nas suas páginas, a fundação da Sociedade Abolicionista de Nabuco. Ver: *Correio Paulistano*, 25 de maio de 1880, p.2.

⁸⁴*Idem*, p. 123.

denunciava a propaganda abolicionista, julgada por ele como “ameaçadora”.⁸⁵ Porém, antes de reproduzir o discurso do deputado, o redator do jornal, primeiramente, apresentou sua clara opinião a respeito dessa questão:

A abolição do elemento servil no Brazil está resolvida pela lei de 28 de Setembro de 1871; não há necessidade de outra providencia para resolver esse difficil problema, cuja solução por outro modo lança o susto e o desanimo no seio das populações laboriosas da sociedade brasileira.

Assim não pensão as sociedades abolicionistas estrangeiras, das quaes se constituem agentes alguns dos nossos mais desinteressados propagandistas da causa emancipadora.

Resistir à propaganda, desmascarando os falsos philanthropos, é dever, portanto, de todo brasileiro patriota. Tal é o mérito do discurso do illustre representante pela província de Minas, chefe da maioria da camara dos deputados.⁸⁶

Em outros momentos do ano de 1880, as falas de Martinho Campos continuavam a aparecer nos artigos de primeira página do *Correio Paulistano*, que procurava utilizar os discursos do deputado para exemplificar sua própria posição diante do abolicionismo propagado por outros estadistas nas sessões da Câmara e do Senado. Nesses casos, é interessante observar que o definidor para interlocução do jornal estava muito mais ligado a afinidades de posições e interesses que propriamente partidárias. Isso ocorria justamente pela complexidade da composição dos partidos imperiais.⁸⁷ Esse é o motivo de a política editorial do *Correio* trazer representações de parlamentares de outros partidos, mas que tinham posição política alinhada à do grupo que dirigia o jornal.

Martinho era, assim, visto pelo jornal conservador como um “liberal adiantado” comparado aos seus demais correligionários.⁸⁸ Mais do que isso, o deputado foi um político do Partido Liberal que andou na contramão das reformas, buscando a manutenção do escravismo e defendendo interesses dos proprietários de escravos⁸⁹. Daí, derivava a identificação do *Correio* com seus pronunciamentos na arena política.

⁸⁵*Correio Paulistano*, 14 de novembro de 1881, p. 1. Essa posição de Martinho Campos foi mais salientada quando ele se tornou chefe do Gabinete Ministerial. Ver: AGUIAR, Alexandra do Nascimento. O “Penacho”: os presidentes do conselho de estado e a primeira câmara dos deputados por eleição direta (1881-1884). *Fronteiras: Revista de História*, v. 10, n. 35, p. 94-97, jan./jun. de 2018.

⁸⁶*Correio Paulistano*, 14 de novembro de 1881, p.1.

⁸⁷Esse tema foi tratado no tópico 1.4 do primeiro capítulo desta dissertação: A imprensa na ruptura política dos conservadores em São Paulo.

⁸⁸*Correio Paulistano*, 25 de abril de 1880, p.1.

⁸⁹ AGUIAR, Alexandra do Nascimento. *Op. cit.*, p. 94.

Em uma dessas sessões da Câmara de Deputados, o então orador da reunião, o deputado liberal Joaquim Nabuco, abolicionista, quem Martinho rebatia a sua propaganda pela abolição, era figurado pelo redator do *Correio Paulistano* em tom de ironia por se dizer “precursor da abolição no Brasil”. De acordo com o discurso de Martinho Campos, transcrito pelo *Correio*:

Os homens mais infelizes desta terra são os escravos, ampará-los é o primeiro dever do governo, mas não vale menos o direito das famílias e dos possuidores dos escravos.
Póde-se chegar ao maior benefício da escravidão sem em nada comprometter a vida e a propriedade dos habitantes do interior.⁹⁰

A identificação do jornal com o parlamentar do Partido Liberal de Minas não refletia a mesma situação na província paulista ou no Governo Imperial naquele momento. Tanto que, no ano seguinte, nos editoriais do *Correio Paulistano*, em meados de 1881, as referências acerca do abolicionismo se davam a combater grande parte dos ideais dos membros do Partido Liberal de São Paulo e seus projetos, levados pelo governo provincial do período, chefiado por José Antonio Saraiva. Saraiva, que era do grupo reformador do Partido Liberal, levou adiante umas das principais reformas do sistema eleitoral, que introduziria o voto direto.⁹¹ No entanto, a respeito da escravidão, nada movimentou, abrindo espaço para críticas do partido de oposição no tema que mais gerava conflito na arena pública. Esse caráter do novo Ministério favoreceu a presença no *Correio Paulistano* de artigos críticos ao Governo e, também, críticas à posição, apresentada como contraditória, da principal folha liberal na província paulista, a *Tribuna Liberal*:

A ‘Tribuna Liberal’ arvorando-se em defensora dos interesses da lavoura na questão do elemento servil, está compromettendo a causa pela qual quebra as suas melhores lanças.

[...]

Admira, mesmo, que os iniciadores do movimento abolicionista, aquelles que foram buscar nos applausos das sociedades abolicionistas européas títulos á celebridade, estejam hoje á provocar uma luta contra a torrente invasora, cujos diques foram elles os primeiros á abrir impudentes.⁹²

⁹⁰*Correio Paulistano*, 25 de abril de 1880, p.1.

⁹¹ ALONSO, Angela. *Op.cit.*, p. 158-159.

⁹²*Correio Paulistano*, 3 de maio de 1881, p. 1.

Enquanto o *Tribuna Liberal* lançava mão do discurso contrário ao movimento abolicionista que ocorria no Brasil, o *Correio* passou, neste período inicial da década de 1880, a não tratar o mesmo tema de maneira tão confrontante, numa espécie de oposição a postura tomada pela imprensa “rival”.⁹³ Ainda no ano de 1881, o jornal conservador reafirmava que, se, para a *Tribuna*, os avanços abolicionistas deviam ser interrompidos, “[...] o *Correio* pede a colaboração de todos nessa transformação social”. Além disso, passava a discursar que a transformação do trabalho não os amedrontava, se ocorresse de acordo com as necessidades e ideias dos lavouros e dos proprietários paulistas, indicando que as soluções para esse problema estariam voltadas pela importação de imigrantes.⁹⁴ Entendemos, porém, que essa abordagem menos incisiva no trato dos assuntos escravistas derivava muito mais de uma manifestação da folha conservadora em definir seu espaço político diante das opiniões do grupo de oposição (que chefiava o Gabinete), e não simplesmente por uma posição favorável ao abolicionismo.⁹⁵ Assim, dentro do espaço político, em que se busca a legitimação de posições perante a opinião pública, as nuances discursivas aparecem à medida que há transformação do momento e sujeitos políticos envolvidos.⁹⁶

Nesse caso, a estratégia discursiva girava em torno da consciência do fim inevitável da escravidão. Desse modo, a busca por conciliá-la de acordo com os interesses dos proprietários, ao mesmo tempo, definia claramente a via alternativa para substituição da mão de obra: a imigração.

A libertação dos escravos é questão de tempo; não há resistência capaz de desviar o golpe decisivo que se aproxima na razão inversa dos seus esforços [...]

Calmos e prudentes devem ser, portanto, os nossos agricultores, em frente dos perigos que ameaçam a lavoura. [...]

Na colonização e imigração, – na divisão da propriedade – e na instrução agrícola, os fazendeiros, possuidores de escravos, encontrarão elementos poderosos de resistência aos abalos da transformação.⁹⁷

⁹³ Exemplares do *Correio Paulistano* de 27 de maio de 1880, p. 1; 1º de dezembro de 1880, p.1; e 24 de julho de 1881, p.1.

⁹⁴ *Correio Paulistano*, 24 de julho de 1881, p.1.

⁹⁵ É importante deixar clara a separação entre qual era a real posição de um grupo e o que representava o jogo de interesses dentro da disputa política promovida no cenário da opinião pública. No caso do *Correio*, já como órgão oficial do Partido Conservador em São Paulo, essa disputa acarretava, algumas vezes, declarar apoio a grupos divergentes dos seus ideais para ir contra o governo de oposição; no caso, os liberais. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. cit.*, p. 69.

⁹⁶ BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René. *Op. cit.* Ver, especialmente, o tópico “A opinião pública ‘fabricada’?”, p. 192-194.

⁹⁷ *Correio Paulistano*, 24 de julho de 1881, p.1.

Com o decorrer da década, o *Correio* se tornou propriedade de Antônio Prado e sua posição escravista ficou mais homogênea e clara, sem tantas nuances na sua abordagem, como ocorrida nos momentos anteriores. Havia o levantamento da resolução da questão da mão de obra pela via das políticas imigrantistas (posição fortemente carregada por Prado na sua vida pública). Mas, as análises das fontes, como serão observadas adiante, permitem notar que o avanço do movimento abolicionista imediatista e os acontecimentos que abalavam tanto as províncias do Norte do País quanto as regiões cafeeiras de São Paulo (com fugas e insurreições escravas), além, é claro, da própria posição política de Prado, fizeram o jornal tratar com mais cautela os assuntos referentes aos interesses escravistas da lavoura e à libertação de escravizados. Somada a isso, a subida de gabinetes liberais mais simpáticos ao processo emancipador e ao movimento abolicionista entre os anos de 1882 e 1884 reverberou em uma posição cada vez mais dura e maiores enfrentamentos pela ala conservadora diante dos assuntos da abolição, que se estendeu pelos anos seguintes. Assim, podemos dizer que de 1882 até meados de 1887 o *Correio* se tornou ainda mais incisivo ao tratar da defesa pela propriedade escrava na província de São Paulo.⁹⁸

A partir de então, os artigos do *Correio Paulistano* a respeito do abolicionismo giravam em torno de conter alguns dos seus avanços imediatistas, dando voz àqueles políticos que defendiam os interesses da lavoura. Em 1882, a folha conservadora, já chefiada por Antônio Prado, chamava a atenção no seu editorial para o discurso do novo ministro da Marinha, Bento Francisco de Sousa, do Partido Liberal, mas que se ligava aos interesses escravocratas do Gabinete de Martinho Campos (o mesmo deputado de 1880, que já havia aparecido nas páginas do jornal em outro momento), e que, nesse ano, chefiava o Gabinete. O objetivo era apoiar as ações do ministro, que se comprometia em assegurar a “propriedade servil”, especialmente na província de São Paulo.⁹⁹ O medo e o argumento do colapso econômico da lavoura faziam com que os proprietários paulistas se agarrassem à ideia da permanência da escravidão até que o problema se resolvesse gradativamente, o que, também, gerava muitas discussões com a

⁹⁸O Gabinete Lafayette, em 1883, já representava, de certo modo, um governo com ideais emancipadores. Era esse o gabinete do momento da abolição do Ceará e do Amazonas. Em seguida, o de Dantas, em 1884, foi responsável por levar à discussão pública uma das mais importantes reformas referentes ao regime escravista no Império. Ver: ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 210-211.

⁹⁹ Bento de Paula Souza, do Gabinete Liberal de Martinho de Campos. *Correio Paulistano*, 24 de março de 1882, p.1.

classe de deputados afeitos aos ideais emancipacionistas. Assim, o novo ministro pedia apoio aos escravistas e eleitores de ambos os partidos:

Fallando com os eleitores, tanto liberaes como conservadores, explique-lhes isto: estou aqui para tranquilisar a província de S. Paulo com relação a propriedade servil: é lógico que liberaes e conservadores que entendem que devemos ficar na lei de 28 de Setembro me dêem força.

Do contrário, elles sofrerão mais do que eu. Disponha do amigo e criado, Bento Paula Souza – Rio, 12 de Fevereiro de 1882.¹⁰⁰

No artigo, o novo ministro, também, comenta sobre o momento de crise pelo qual o Gabinete passava e seu enfraquecimento “pela dificuldade de completar-se” e conseguir nomes importantes para a formação dos ministérios, o que, segundo ele, o motivou a aceitar o cargo.¹⁰¹

Esses artigos do *Correio Paulistano* em torno da preocupação da propriedade servil em São Paulo refletem o momento político da década de 1880. A questão do direito à propriedade já havia se tornado a retórica mais utilizada pelo escravismo. A maioria das denúncias acerca do movimento abolicionista carregava esse argumento, que foi largamente utilizado pelos estadistas. Foi esse argumento, inclusive, que permeou todo o embate em torno do tema da indenização de proprietários no momento de discussão do Projeto Dantas, como veremos adiante.¹⁰²

Durante o mês de junho de 1883, o *Correio* transcreveu (como era de costume da folha) as diversas sessões parlamentares ocorridas na Câmara de Deputados, que derivavam dos assuntos levantados pelo imperador na Fala do Trono daquele ano. Através das transcrições dessas reuniões políticas, é possível observar algumas das discussões promovidas, nesses espaços, em torno do encaminhamento para a resolução da questão do “elemento servil” bem como a pressão, cada vez maior, de alguns deputados para que o Governo seguisse com medidas mais eficazes para solucionar o problema.¹⁰³ Numa das sessões transcritas pelo jornal, o deputado Aristides de Souza Spinola, da ala dos conservadores reformistas, explicava que a justificativa pautada na situação econômica do País, feitas por parte de membros políticos escravistas para frear

¹⁰⁰ *Correio Paulistano*, 24 de março de 1882, p. 1.

¹⁰¹ *Idem*, p. 1.

¹⁰² MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre as mãos e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Ed. da Unicamp, 2008. p. 125-127.

¹⁰³ *Correio Paulistano*, 23 de junho de 1883, p.1; 24 de junho de 1883, p.1; 26 de junho de 1883, p.1; e 28 de junho de 1883, p.1.

os avanços emancipadores, não era plausível, tendo em vista o exemplo do que ocorrera após a promulgação das Leis de 4 de setembro de 1850 e de 28 de setembro de 1871. Segundo demonstrava o deputado, tais leis tiveram efeito positivo nas rendas da Nação ao serem implantadas.¹⁰⁴ Com sua fala, Spinola buscava desaprovar os argumentos de opositoristas que defendiam a manutenção do *statu quo* em detrimento de uma nova reforma para o regime de escravidão, pautada tanto na crise financeira pela qual passava o País quanto numa possível intensificação dessa crise com a realização de medidas políticas reformistas.¹⁰⁵

As transcrições dessas sessões e as falas do parlamentar em questão não refletem a posição do *Correio Paulistano*, porém permitem demonstrar as pautas que passavam a fomentar o cenário político durante o ano de 1883, sinalizando o contexto que viria a emergir o Governo Dantas no ano seguinte e, também, a reação do jornal frente a esses e outros eventos que ocorreram entre 1883 e 1884.

De fato, o momento era de preocupação com a transformação do trabalho, que mais se congregava a questão financeira e de interesses dos escravistas que propriamente do País. No entanto, a força e o poder econômicos desses proprietários, além do crescente desenvolvimento pelo qual passavam as lavouras paulistas com a produção do café (altamente dependente da mão de obra escrava para a geração de lucros), fizeram com que diversos chefes de gabinete não conseguissem levar adiante projetos de reforma no regime de trabalho que seguiam, sendo adiadas pelo imperador e pelo Governo.¹⁰⁶

Também, em 1883, o aumento e a intensificação de eventos no norte do País surtiram efeitos e preocupações para a elite e os proprietários das províncias do Sul com a onda emancipadora crescente promovida por ações do movimento abolicionista imediatista naquela região. Entre janeiro e maio, no Ceará, um grande e crescente número de abolições por toda a província foi promovido, com referências indicando que, em meados de 1883, já não havia mais escravos em Fortaleza.¹⁰⁷

¹⁰⁴ *Correio Paulistano*, 26 de junho de 1883, p.1.

¹⁰⁵ Provavelmente, a fala do deputado era em resposta ao discurso proferido por Paulino Soares (deputado conservador escravista) na reunião anterior. Em momento de discussão dos assuntos da Fala do Trono no que dizia respeito ao orçamento e à situação financeira da nação, Paulino acusava o Partido Liberal e o próprio Governo por suas “infantilidades” na gestão econômica do País, alegando ser papel do Partido Conservador ponderar “todos os excessos”, prezando e mantendo a organização política e os valores da coroa. *Correio Paulistano*, 23 de junho de 1883, p.1.

¹⁰⁶ ALONSO, Angela. *Op.cit.*, especialmente Cap. 7.

¹⁰⁷ MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, Abolição e Pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense*.2012. Dissertação

O caso do Ceará é, com efeito, uma das grandes representações da atuação do abolicionismo imediatista da década de 1880. Ali, essa atuação se deu por uma série de conturbados movimentos e levantes populares, que se acentuaram no decorrer da década. Ainda em 1881, a greve dos jangadeiros representou um dos mais importantes feitos dessa série de lutas abolicionistas no estado. Mas, foi a partir de 1883, com as intensas ações organizadas do movimento abolicionista, promovendo e auxiliando fugas de escravos, que essa província vivenciou as inúmeras e recorrentes abolições que só terminaram em março de 1884, quando esses acontecimentos confluíram no fim definitivo da escravidão e o presidente da província, Sátiro Dias, decretou a liberdade de todos os escravizados da província. O Ceará se tornou, então, a primeira província do Império a abolir a escravidão.¹⁰⁸

É relevante levar em conta que, assim como ocorreu no Ceará e posteriormente no Amazonas, que, em julho de 1884, também, teve sua abolição instituída, “a campanha de libertação de territórios foi bem-sucedida onde a ascensão de abolicionistas à presidência da província referendou o ativismo local.”¹⁰⁹ Ou seja, no caso dessas províncias, caracterizaram uma situação diversa do restante do País naquele momento: contou com o apoio mútuo entre ativistas abolicionistas e presidente da província favorável à causa. Sátiro Dias, no Ceará, e Teodoreto Souto, no Amazonas, firmaram suas alianças com o movimento, que, diante das circunstâncias, teve enormes desdobramentos no imaginário da elite política para o que seria o futuro da mão de obra a partir dali.

Em contrapartida ao que ocorria no Ceará e como forma de não chamar atenção nem gerar pânico aos proprietários do oeste paulista (que já começavam a sofrer com insurreições escravas), uma das reações do contramovimento escravista através do *Correio Paulistano* foi não divulgar os episódios anteriores à abolição na província do Norte. Assim, existiu, naquele momento, uma política editorial deliberada pelo jornal de silêncio sobre toda a situação e as revoltas que ocorreram no norte do País. No *Correio Paulistano*, as diversas revoltas e movimentos que praticamente incendiaram a província cearense naqueles meses não apareceram.¹¹⁰ Apenas no dia 25 de março, data

(Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. p. 36.

¹⁰⁸ *Idem*, p. 34.

¹⁰⁹ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 210.

¹¹⁰ Movimentação diferente ocorreu no jornal *Província de São Paulo*, o outro importante representante da imprensa paulista, órgão do Partido Republicano. Nessa folha, os eventos no Ceará foram largamente noticiados com descrição dos acontecimentos desde 1883. Algumas notas demonstravam o processo de

em que se oficializou a abolição naquela localidade, o *Correio*, no seu “Boletim do Dia” (sessão de notícias do jornal), trouxe uma nota parabenizando a província que se emancipara. Na nota, nada mencionava a respeito das circunstâncias anteriores à qual se deu a abolição. Trazia a emancipação de todos os escravizados da província como fato que agraciava os infortúnios da grande seca que ocorreu em 1877, sete anos antes do acontecimento da abolição. O texto não deixa despercebida a visão da elite escravista de que a emancipação no Ceará havia sido um fato precipitado além de demonstrar a preocupação para que outras províncias a fizesse no “tempo certo”, colocando a velha ideia de que o Ventre Livre bastava para a solução da escravidão no País:

A emancipação no Ceará

Celebra, hoje, a província do Ceará, a emancipação de todos os escravos da mesma província.

A província do Norte tem justo motivo para felicitar-se, por haver conseguido, sem maiores sacrifícios, a emancipação dos seus captivos. As circunstancias especiaes em que veio a achar-se o Ceará depois da horrorosa sêcca que tantos sacrificios custou as províncias do Sul, o facto de haver sido vendida a províncias, menos previdentes, a grande maioria dos escravos cearenses, tornou possível, a festa de hoje celebrada.

A extinção do elemento servil é forçosa por si mesma.

No meio dos males da sua desgraça, o Ceará tem uma compensação que é consoladora.

O excesso do mal pôde, de algum modo, trazêr bens inesperados.

Sem que estas tristes emergências venham a surgir deante de outras províncias, o espírito de sabedoria que deve animar um governo verdadeiramente livre, a esclarecida philantropia dos brasileiros e a acção salvadora da lei de 28 de setembro bastarão para o Ceará, quando for disso tempo, não ficar isolado no Imperio.¹¹¹

Outra nota, publicada dois dias depois, a respeito do mesmo tema, buscou desqualificar a abolição na província do Ceará, trazendo à tona o grande movimento de entrada de escravizados do norte para o sul do Império no fim dos anos 1870 e início de 1880, que, de acordo com o redator, ocorreu devido à não execução da Lei de 1878 votada na Assembleia Provincial de São Paulo e que previa o aumento do imposto sobre novos escravizados que chegassem à província paulista. O redator da notícia culpou o Partido Liberal por ter feito frente e bloqueado a medida. Quando, no ano seguinte, em 1879, a lei não sancionada retornou, por pressão da Assembleia, para que fosse

emancipação gradual que acontecia nos municípios da província enquanto duravam algumas das ações abolicionistas. Ver exemplares do jornal *Província de São Paulo* de 27 de maio de 1883, p.1; 26 de julho de 1883, p.2; 16 de junho de 1883, p.2; e 9 de fevereiro de 1884, p.2.

¹¹¹*Correio Paulistano*, 25 de março de 1884, p. 2.

executada, o então presidente da província na época, Aberlardo de Brito (o mesmo que esteve envolvido na ruptura do Partido Conservador em São Paulo em 1881), decidiu por suspendê-la. Segundo o redator do “Boletim do Dia” do *Correio Paulistano*:

Durante este lapso de tempo, em que os presidentes liberaes de S. Paulo persistiam em conservar descancaradas as portas da província á immigração negra, milhares de escravos vieram difficultar as nossas condições econômicas; o Ceará despejou para o sul a sua mercadoria, e hoje, emancipada dos seus escravos, a província do norte recebe ovações de todo o império.¹¹²

A redação e a presença de tais notas abrindo a sessão do noticiário do jornal deixavam sobressair opiniões bastante evidentes do redator como nesse trecho transcrito anteriormente. Deixava evidente, também, qual tipo de informação e opinião o *Correio Paulistano* queria passar ao seu público e qual pensamento buscava formar em seus seguidores acerca de temas como o da abolição. O “escravismo de circunstância” dava argumentos que sombreavam o real motivo da presença de críticas ao que ocorrera na província do Ceará: o medo de que o mesmo ocorresse nas províncias do Sul.¹¹³

Da mesma forma, na Fala do Trono do início daquele ano de 1884, o imperador Pedro II nada mencionou a respeito dos feitos no Ceará e a abolição naquela província. A Fala do Trono era a manifestação pública em que o imperador discursava anualmente na abertura da Assembleia Geral. Não citar os eventos no Ceará significou, ao mesmo tempo, não legitimar o que ocorreu e não colocar esse evento como fato político de grande importância para o País naquele momento, evitando que a escravidão se tornasse um assunto ainda mais debatido e questionado.¹¹⁴

No entanto, ainda diante do ignorar dos fatos pela elite, que levou os acontecimentos com negação, o Ceará havia chegado ao ponto final, àquilo que tanto gerava preocupações e embates no cenário político e social do Império: a abolição de todos os escravos da província. Depois da vitória abolicionista no Ceará, fazer frente a esse acontecimento, com notas e editoriais críticos e de desaprovação implícita como as colocadas nos trechos já descritos anteriormente, era o que restava à imprensa conservadora paulista naquele momento.

¹¹²*Correio Paulistano*, 27 de março de 1884, p.2.

¹¹³ “Escravidão de circunstância”, como já foi citado, é termo criado por Angela Alonso. ALONSO, Angela. *Op. cit.*, especialmente o Capítulo 2.

¹¹⁴ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 238.

Não era novidade que revoltas e sedições em massa de escravos já percorriam outras diversas regiões do País em meados dos anos 1880, incluindo as regiões cafeeiras do oeste paulista. Era, também, comum o fato de a elite política ocultar esses acontecimentos como medida de não criar pânico entre a população ou mesmo de não levantar discussões acerca da legitimidade do regime de escravidão no Brasil e suas ferramentas de controle social.¹¹⁵ Além disso, essas ações escravas foram tendo cada vez mais apoio do movimento abolicionista, que promoveram e organizaram diversas das revoltas e fugas escravas ocorridas no Império, especialmente após os anos 1880. Um exemplo, em São Paulo, foi o grupo dos Caifazes comandado pelo advogado abolicionista Antonio Bento, que atuou ativamente na província durante esta década.¹¹⁶

Contudo, pensando além do engajamento do movimento abolicionista e suas variadas frentes de atuação, no caso paulista, o aumento do número de fugas e insurreições escravas, naquele momento, segundo Maria Helena Machado, denota um reflexo do enrijecimento do arcabouço disciplinar e da jornada de trabalho referente à mão de obra escravizada no período compreendido entre as décadas de 1870 e 1880. Nas áreas a oeste da região de São Paulo, onde a produção do café se intensificava sobremaneira e que, conforme é indicado pelas análises da autora, ficou nessa época conhecida como uma das regiões mais violentas do País.¹¹⁷ Esse ponto iremos abordar com maior aprofundamento no próximo capítulo.

São indiscutíveis o alarme sobre a necessidade de novas pautas políticas para o regime de trabalho e o caminho que o Brasil tomaria a respeito da abolição de seus escravizados. Das nações americanas, somente Brasil e Cuba ainda não haviam decretado o fim da escravidão nos seus territórios. Por isso, as pressões, interna e externa, se fundiam e formavam uma frente cada vez mais difícil de a elite política e o Imperador se desviarem. Embora ainda fosse muito utilizada por escravistas como condição argumentativa para ir contra uma nova reforma no regime de escravidão no Brasil, a Lei do Ventre Livre, de 1871, já não dava mais conta de conter o avanço abolicionista e suas prerrogativas já eram insuficientes para o contexto político e social

¹¹⁵A política do silêncio adotada, sobretudo, pela política conservadora hegemônica no fim do Império e momento de intensificação do movimento abolicionista no Brasil foi abordada por: MACHADO, Maria Helena Toledo. *Op. cit.*

¹¹⁶No entanto, praticamente não há referências ou citações a respeito dos Caifazes e de Antônio Bento no *Correio Paulistano* durante o período indicado. Esses apontamentos são feitos pela historiografia, que trouxe outros tipos de levantamentos apontando a intensa ação dos Caifazes em São Paulo. Ver: AZEVEDO, Elciene. Antônio Bento, homem rude do sertão: um abolicionista nos meandros da justiça e da política. *Locus: Revista de História*, v. 13, n. 1, p. 123-143, 2007.

¹¹⁷MACHADO, Maria Helena Toledo. *Op. cit.*, p. 25-35.

da nova década. Novas discussões sobre trabalho e liberdade vindas, sobretudo, da Europa estavam sendo introduzidas na sociedade brasileira por uma elite intelectual politizada, que acreditava que a abolição era a única solução e deveria acontecer imediatamente, como é o caso de Joaquim Nabuco, membro abolicionista do Partido Liberal. Ele, em 1883, escreveu uma das mais significativas obras do século XIX e a principal de propaganda à campanha abolicionista no Brasil. *O Abolicionismo*, de Nabuco, promoveu reflexões sobre liberdade e propriedade privada, muito pautadas em influências dos abolicionistas britânicos, com os quais manteve contato durante esse período. É inegável a importância da figura de Nabuco no movimento abolicionista dos anos 1880. Foi ele um dos protagonistas do chamado abolicionismo parlamentar, fiel apoiador da abolição e seu propagandista nos espaços políticos enquanto deputado. De igual forma, foi grande aliado e defensor do Projeto Dantas desde seu início.¹¹⁸

Foi este, então, o cenário principal que levou a subida de Dantas ao Ministério, em junho de 1884: a frente abolicionista, no Parlamento e no cenário social brasileiro, a crise imperial e dos métodos de coerção ao escravizado diante do aumento da criminalidade e o aumento do fluxo de ideias abolicionistas adotadas por intelectuais internacionais.

O novo Ministério representaria a aliança entre o movimento abolicionista e o Governo como objetivo de aprovação de uma nova reforma no regime de trabalho em um momento de crise política. Desde a sua formação, o novo governo foi visto pelo *Correio Paulistano* como ato de negligência da Coroa, além de o jornal tentar profetizar, de certo modo, a breve decomposição do governo que se formava:

Desenganem-se todos. Diante da realidade não há illusões possíveis. Enquanto permanecer esta situação a crise continuará. O ministério organizado hoje, já trasendo em si o gérmen da geral decomposição, terá a mesma historia, e o mesmo destino, dos outros. No começar da vida já o princípio da agonia.¹¹⁹

A composição do Ministério Dantas contou com a presença de vários nomes conhecidos na política do País e de abolicionistas como João da Mata Machado e Cândido de Oliveira, ambos pertencentes ao Partido Liberal de Minas Gerais. Aos olhos dos escravistas, o novo Ministério era uma ameaça aos direitos que possuíam sobre

¹¹⁸BETHEL, Lelis; CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos. Correspondência, 1880-1905. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 207-229, 2009.

¹¹⁹*Correio Paulistano*, 8 de junho de 1884, p. 2.

escravizados, que configuravam, nesses termos, uma interferência direta no capital investido na respectiva compra desses trabalhadores e na riqueza produzida pelo seu trabalho. O objetivo de Dantas era encaminhar prontamente seu projeto de reforma a ser defendido no Parlamento. Esse projeto foi escrito por Ruy Barbosa, abolicionista e amigo de Dantas.¹²⁰

Já de início, na apresentação do projeto pelo Governo, que ocorreu poucos dias depois da posse de Dantas, o *Correio Paulistano* trouxe sua opinião no “Boletim do Dia” a respeito da nova proposta de lei:

Até aqui todos os estadistas liberaes haviam adoptado a lei de 28 de Setembro como programma de governo na questão do elemento servil. [...]
O novo ministério, porém, acaba de surpreender ao paiz com a apresentação de um programma contendo a promessa de uma reforma adiantadíssima no systema daquela lei.

O artigo do jornal segue falando sobre o novo programa de reforma e não deixou de citar sobre a questão da propriedade, criticando a infração pelo Governo por não tratar da indenização no projeto que se propunha:

Si o estado conseguir libertar sem indemnisação uma classe de escravos, a que ficará reduzido esse direito de propriedade cercado pela legislação anterior a lei de 28 de Setembro e ainda uma vez garantido nella?
Si o governo tem amplo direito de libertar os escravos velhos, sem indemnisar os proprietários, tem o direito também de libertar, do mesmo modo, toda a escravatura quando os sentimentos de humanidade ou as conveniências publicas assim o aconselharem.¹²¹

Para o *Correio*, mais que ser contra a libertação de escravos de 60 anos, era uma “questão de princípios” se colocar contra a reforma, que nada mais era, para o órgão conservador paulista, fruto da agitação abolicionista, que objetivava a desorganização do sistema de trabalho agrícola.

A publicação do Projeto Dantas revirou os ânimos do grupo político, o qual representava o *Correio Paulistano*, que, nos dias posteriores, seguiu dispensando grandes espaços das suas colunas a comentar e confrontar a proposta encaminhada pelo Governo. Além disso, ao indicar que o representante da imprensa carioca, o *Gazeta da*

¹²⁰ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 214.

¹²¹ *Correio Paulistano*, 14 de junho de 1884, p.2.

Tarde, folha abolicionista de José do Patrocínio,¹²² apoiava o Governo e seu projeto de reforma, o *Correio* buscava demonstrar o quão eram graves as violações aos direitos senhoriais contidas no projeto.

Assim, para o *Correio Paulistano*, o apoio dos abolicionistas, ou “philantropos”, como também eram chamados os representantes do movimento no fim do século XIX, já denotava, por si só, o lado negativo do plano de reforma no trabalho:

A *Gazeta da Tarde*, applaúdio o programma, porque nelle o governo prometteo desfechar pela primeira vez profundíssimo golpe no principio fundamental do sustema emancipador da lei de 28 de Setembro [de 1871]: respeito ao direito de propriedade.¹²³

A questão estava em como os abolicionistas celebravam o projeto de reforma no regime de trabalho: ‘Se elles [os abolicionistas] não descobrissem na libertação dos escravos maiores de sessenta annos a victoria de um grande principio para a causa da abolição, applaudiriam por ventura esse ridículo programma?’¹²⁴

Como aborda Joseli Mendonça, o momento da discussão política do Projeto Dantas, no ano de 1884, trouxe, para o cenário político, social e intelectual como um todo, discussões não só a respeito da liberdade para escravizados de 60 anos, como também evocou reflexões sobre o cenário da escravidão em toda a Nação, como iremos apresentar em seguida. Durante algum tempo, o decorrer do processo político, que finalizou na aprovação da Lei de 28 de setembro de 1885, não foi tratado como um momento de grande importância pela historiografia da escravidão no Brasil e que abordou o movimento abolicionista.¹²⁵ Todavia, é relevante observar outros aspectos carregados no texto inicial da lei proposta, que não derivavam pura e simplesmente de uma liberdade a escravizados de 60 anos ou mais. O projeto, formulado originalmente pelo Governo Dantas, embutia outros preceitos a respeito da vida em liberdade de antigos e novos libertos que se beneficiariam dela:

A reforma Dantas, que no se convencionou ex post chamar a dos sexagenários, apresentava para os cidadãos do século XIX feixe de medidas mais amplas e controversas que libertar idosos: cancelava

¹²² O jornal *Gazeta da Tarde* foi originalmente fundado por Ferreira de Menezes, que, após seu falecimento, José do Patrocínio se encarregou da direção, fazendo da folha uma das mais importantes fontes de notícias e de propaganda do abolicionismo no fim do Império. Ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Op. cit.*, especialmente o Capítulo 6.

¹²³ *Correio Paulistano*, 15 de junho de 1884, p.1, grifos meus.

¹²⁴ *Correio Paulistano*, 14 de junho de 1884, p.2, grifos meus.

¹²⁵ Sobre o geral desinteresse por parte historiografia da escravidão a respeito da Lei dos Sexagenários, ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Op. cit.*, p. 23.

títulos de propriedade de escravos de meia-idade registrados como mais velhos; intervinha no mercado, ao fixar preços, taxar a posse e proibir a venda de escravos entre províncias; instituía plano-piloto de pequenas propriedades e salário mínimo para libertos, além de pôr prazo final à escravidão, sem indenização, para dali a dezesseis anos.¹²⁶

Não havia dúvidas de que esse projeto enfrentaria dura oposição entre os escravistas na Câmara. Uma das manifestações claras dessa classe foi o surgimento de uma nova leva de Clubes da Lavoura, criados a partir de 1884 com o intuito de se oporem ao Projeto 48 de Dantas.¹²⁷ Aos deputados, não faltavam argumentos para irem contra o texto do projeto original. No mínimo, ele necessitaria passar por fortes modificações. O aumento da violência e da mortandade no âmbito social, a vadiagem e a indisciplina do liberto, a falta de mecanismos organizados de controle policial por parte da elite e a crença de que não havia como substituir o escravizado pelo liberto na lavoura eram os principais motivos levantados nas reuniões e pronunciamentos políticos no período de discussão do Projeto Dantas.¹²⁸

Entre os deputados da província de São Paulo, Antônio Prado seguiu firme em oposição a Dantas e seus aliados. Para o fazendeiro e presidente da União Conservadora em São Paulo, a maior preocupação, assim como para grande parte de lavradores que faziam parte dos Clubes da Lavoura do oeste paulista, estava em conseguir nova forma de mão de obra igualmente lucrativa e, sobretudo, disciplinada.¹²⁹ Da mesma maneira, o *Correio* declarou, ao comentar sobre as candidaturas para as eleições que ocorreriam em dezembro de 1884, que todos os representantes da União Conservadora paulista se colocariam contra qualquer reforma que ameaçasse a propriedade senhorial:

Filiados a um partido, cujas idéas, tendências e tradições para a resolução dos problemas políticos e sociaes não podem prescindir da collaboração do direito e do tempo, os candidatos da União Conservadora – absolutamente adversos ao projecto do governo – selo-ão igualmente a quaesquer reformas, que attentem contra a

¹²⁶ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 244.

¹²⁷ *Idem*, p. 252-253. Os Clubes da Lavoura eram associações de fazendeiros que tinham por objetivo discutir questões e soluções em torno da mão de obra e outros possíveis problemas que temiam os grandes fazendeiros. Em julho de 1884, segundo Alonso, um Congresso da Lavoura reuniu os diversos Clubes espalhados pelo Império, a fim de analisar a nova situação política e econômica das fazendas, que estava ameaçada pela ideia de libertação de escravizados, levantada no Ministério Dantas.

¹²⁸ Joseli Mendonça elenca os principais argumentos levantados pelos deputados e políticos nas assembleias legislativas. Cf.: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Op. cit.*, p.47-51.

¹²⁹ Os Clubes da Lavoura em São Paulo, notoriamente, se voltaram para soluções imigrantistas em relação ao problema da mão de obra, como aponta ALONSO, Angela, *Op. cit.*, p. 252.

propriedade ou envolvam elementos desorganizadores do trabalho agrícola, fonte principal de nossa prosperidade e engrandecimento.¹³⁰

Essas eleições, para as quais o *Correio* fez campanha aos correligionários da União Conservadora, representaram um momento determinante para o Ministério Dantas e será tratada no terceiro tópico deste capítulo. Com a frente de conservadores paulistas e sem conseguir candidaturas suficientes aliadas ao governo, Dantas já previa a sua breve saída do Ministério.¹³¹

Em 1885, mesmo após a saída de Dantas do Ministério, a posição e os argumentos utilizados pelo principal representante do grupo da União Conservadora paulista, Antônio Prado, estava em torno da ideia de que o escravizado, ao ter sua liberdade, se mostraria desinteressado e omissos a qualquer tipo de ofício, sendo praticamente impossível empregá-lo para o trabalho na lavoura; portanto, era necessária a substituição do liberto por colonos estrangeiros. Esse era o motivo principal que fez a ala pradista ir contra as reformas no regime de trabalho no momento em que ainda eram incertos os futuros dessa substituição de trabalhadores nas lavouras. Era a ideia de que a transformação do regime de trabalho escravo para o livre só lograria êxito a partir de uma política de colonização e imigração cada vez mais intensa, excluindo negros e libertos da nova ordem de trabalho que se implantava. Como bem destaca Mendonça a partir das falas de Antônio Prado: “mais do que transformar o sistema de trabalho, tratava-se, para o presidente da União Conservadora paulista, substituir o ‘elemento trabalhador’.¹³²

Outro ponto que permeou o pensamento político por quase todo o século XIX foi a busca pelo controle da forma como ex-escravizados viveriam em liberdade. O já citado argumento do caos social ocasionado por uma abolição imediata, tão temida por conservadores, liberais e republicanos escravistas, estava ligado, dentre outras coisas, ao aspecto da vida em liberdade desses egressos da escravidão. Sem a tutela do seu senhor, o liberto estaria propenso à vadiagem e poderia se mostrar indisciplinado e violento. Daí, o apelo e a defesa do uso da força policial como forma de controle, tão presente nos argumentos da elite, sobretudo a partir da década de 1870, após a aprovação da Lei

¹³⁰ *Correio Paulistano*, 19 de outubro de 1884, p. 1.

¹³¹ As eleições do final de 1884 estão mais detalhadas no tópico 3 deste capítulo. Entretanto, é essencial observar a ideia mais bem-acabada do *Correio Paulistano* e o grupo político ao seu entorno naquele momento da antirreforma e preservação dos interesses senhoriais a todo custo.

¹³² MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Op. cit.*, p. 51-52. As falas de Antônio Prado foram retiradas pela autora da sessão de 15 de junho de 1885 dos Anais do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Deputados. Ver nota 29, p. 105.

do *Ventre Livre*. Outro aspecto desse contexto era o fato de o Brasil ser o país com a maior porcentagem de negros e pardos vivendo em liberdade em uma sociedade em que o regime de escravidão ainda vigorava, gerando o que Sidney Chalhoub chamou de “precariedade estrutural”.¹³³

A precariedade estrutural no Brasil do século XIX nada mais era que uma precariedade da vida em liberdade de escravizados libertos ou homens e mulheres livres de cor, convivendo numa sociedade fortemente escravocrata e marcada pelas relações servis, que resultou numa paulatina marginalização econômica e social e repressão desses grupos. Não há como pensar o processo emancipacionista dissociado dessas reações promovidas pela elite no âmbito político e na sociedade brasileira oitocentista. A busca no sentido da substituição do liberto pelo trabalhador imigrante europeu representa, em grande medida, uma dessas reações.

No dia 11 de novembro de 1884, o chefe de polícia da província do Paraná escrevia um apelo na *Seção Livre do Correio Paulistano* ao mesmo tempo em que reforçava sua campanha política para se eleger deputado geral pela província paulista. Sérgio de Castro, natural de Iguapé, havia feito sua carreira militar no Paraná e dizia que gostaria de retornar à sua província natal para contribuir, na carreira política, fazendo frente ao projeto de lei que se encaminhava pelo Governo Imperial. Segundo ele:

Nas actuaes circumstancias financeiras do Brazil, quando a lavoura definha por motivos sérios e bastante conhecidos, creio que o projecto abolicionista do governo, se porventura fosse convertido em lei do Estado, viria desorganisa-la completamente, causando a ruína da fortuna publica e particular. Consequentemente, não podendo e nem devendo apoiá-lo, declaro-vos, que, se for eleito deputado por este districto do nosso nascimento, a minha palavra, o meu voto e todos os meus esforços serão, na camara temporária, energicamente empregados para derribar o gabinete do sr. Conselheiro Dantas, cujo programa de vida governamental é somente a ideia da abolição por amor da gloria.¹³⁴

Para os proprietários paulistas, o mais preocupante, além de toda a questão do caos social, era como substituir o braço escravo na lavoura, particularmente com a

¹³³Chalhoub mostra, através de dados coletados por outros historiadores e também do censo demográfico de 1872, que mais de 70% da população negra no Brasil eram livres nesse período, característica fundamental que o diferenciava das outras duas grandes nações escravistas da mesma época (Cuba e Estados Unidos). CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, 2010. p. 33-62. p. 36.

¹³⁴*Correio Paulistano*, 11 de novembro de 1884, p.2.

produção de café em alta no oeste paulista. O medo de uma crise financeira gerado pela nova lei proposta pelo Ministério Dantas levou políticos, correligionários e outros membros da elite econômica paulista, incluindo republicanos, a irem aos jornais e demonstrarem seu descontentamento, por meio de falas, notas e editoriais, procurando expor soluções que fossem consideradas convenientes para contornar esse problema nas fazendas de café e evitar maiores danos aos lucros que eram gerados pela escravaria.

No cenário parlamentar, a atividade exercida pelo político e intelectual Joaquim Nabuco de defesa à reforma Dantas acarretou sua frequente aparição nas páginas dos jornais da época, seja da própria imprensa abolicionista ou da de oposição. No *Correio Paulistano*, Nabuco era visto como o aliado dos abolicionistas mais radicais, principalmente quando estavam em pauta discussões de intervenção no regime de escravidão, como foi a do Projeto Dantas em 1884. Por outro lado, o disfarce da imprensa conservadora em tentar não expor explicitamente sua posição escravista, muitas vezes, levava a um jogo de argumentação contraditório. Em 26 de junho, o “Boletim do Dia” do *Correio Paulistano* trazia uma das falas de Nabuco retiradas de um discurso que foi realizado naquela semana sobre a questão da escravidão e a nova reforma proposta pelo Governo. O objetivo era mostrar, através das falas desses representantes políticos abolicionistas e dos jornais da mesma posição, que a reforma em curso significava nada menos que a extinção absoluta da escravidão em todo o Império. Isso criava um imaginário de insegurança e medo tanto para a elite escravista quanto para grande parte da opinião pública, que seguia e acreditava no discurso de que a abolição imediata traria completa desordem social e econômica ao País. Seguem as opiniões em que o redator do jornal fala a respeito da nova reforma em curso para o regime escravidão:

Os mais adiantados abolicionistas reconhecem que, uma vez adoptado pelo parlamento o programma do governo, ficará decretada de facto a extinção da escravatura.

A *Gazeta da Tarde*, órgão intransigente das opiniões mais extremadas nesta questão, applaude com entusiasmo as promessas e declarações do presidente do conselho, offerecendo-lhe franco apoio contra as prováveis resistências por parte dos escravocratas.

Em seguida, o jornal traz a fala de Nabuco, buscando corroborar a ideia inicial da emancipação indiscriminada, que, segundo o *Correio*, ocorreria com a nova reforma:

‘A questão abolicionista tem percorrido tresphases: a da acção, symbolisada na libertação do Ceará; a da reacção, symbolisada no sr. Souza Carvalho e seu jornal; a da transacção, symbolisada no ministério Dantas. [...]’.

‘Esta libertação é inefficiente, não contesta, mas ao mesmo tempo que aproveitará aos inválidos do trabalho aproveitará também aos míseros africanos importados depois da lei de 1831, a quem, para evitar dúvidas, os senhores augmentaram a idade. Demais, ninguém póde calcular qual o effeito de qualquer lei por menor que seja, e a escravidão creou raízes tão frágeis, que não se lhe póde tocar sem abalal-a e abatel-a.’

Note-se que o sr. Joaquim Nabuco referio-se somente a libertação dos escravos maiores de 60 annos, uma das ideas do programma do ministério.

Ou porque ainda não tivesse conhecimento do celebre questionário apresentado ao conselho de estado, ou porque não julgasse conveniente discutil-onaquella conferencia, a verdade é, que, na opinião delleaquella única idea bastaria para symbolisar a transacção entre o passado e o futuro no feliz advento do novo ministério. [...].¹³⁵

Logo após, o redator continua em seu texto trazendo argumentos sobre os motivos de se opor a tal medida levada a cabo pelo Governo Imperial. Porém, a partir do trecho colocado, já é possível observar algumas das particularidades mais imprescindíveis da nova reforma, que muito afetavam os escravocratas. Para além de referenciar os eventos que, nas palavras do próprio Nabuco, simbolizaram as fases da “ação, reação e transação” do movimento abolicionista, manifestadas nos espaços públicos e civis, e que, de algum modo, para ele, resultou na manifestação política do Projeto Dantas, o outro aspecto primordial, que é citado na fala de Nabuco, se refere à inspeção que propunha a nova reforma em relação à Lei de 1831 (que proibiu a entrada de novos escravizados africanos) e a consequente série de infrações cometidas pelos senhores que foram aumentando a idade dos seus escravos para que não se enquadrassem entre aqueles importados após esse ano.¹³⁶ A proposta do projeto era clara: estancar a escravidão no País e fiscalizar a interferência de proprietários ou a efetiva aplicação das leis anteriores do regime escravista. Essas medidas reavaliavam e interferiam diretamente nos já consolidados e fortes esquemas em que se estruturaram a

¹³⁵ *Correio Paulistano*, 26 de junho de 1884, p.2.

¹³⁶ A Lei de 7 de novembro de 1831, a Lei Feijó, também conhecida como “lei para inglês ver”, foi uma lei que instituiu a proibição da entrada de africanos no Brasil após pressão da Inglaterra para a restrição total do tráfico de pessoas escravizadas para o País. No entanto, teve pouca eficiência e aplicabilidade no período em que foi promulgada, com a entrada massiva de negros escravizados no Brasil nos anos subsequentes. Alguns estudos, por outro lado, buscam mostrar o efeito dessa Lei, justamente na década de 1880, como instrumento do movimento abolicionista para libertar escravos que foram traficados ilegalmente para o território brasileiro. Ver: COTA, Luiz Gustavo Santos. Não só “para inglês ver”: justiça, escravidão e abolicionismo em Minas Gerais. *História Social*, n. 21, p. 65-92, 2. sem. 2011.

relação servil e o trabalho escravo no Brasil, provocando reações adversas dos escravocratas.

2.2 O *Correio Paulistano* e a imigração como solução da questão da mão de obra

Paralelamente ao avanço do movimento abolicionista e à posterior discussão da reforma no regime de trabalho escravo encaminhada por Dantas na década de 1880, os escravistas de São Paulo não deixaram de pensar formas de soluções e planos políticos em torno da substituição da mão de obra. Como já apontamos, em São Paulo, esses esforços se concentraram, especialmente, em torno da importação de imigrantes europeus.

Ainda antes, em 1881, um plano mais organizado já havia sido criado para essa finalidade. Agricultores e membros da elite cafeicultora paulista se juntavam para formar a chamada “Associação Paulista de Agricultura, Comércio, Indústria e Colonização”, uma organização chefiada pelos principais representantes da economia paulista, que buscava formas de pensar a nova organização do trabalho na província. O *Correio*, com o surgimento da sociedade de lavradores, se mostrou grande apoiador do projeto. Isso se deve, principalmente, à ligação que o jornal já vinha estabelecendo com a ala de conservadores paulistas ligados à cafeicultura. A proposta, naquela época, era ser uma associação privada para juntar fundos para o desenvolvimento da lavoura, sobretudo no que tangia ao financiamento e importação de imigrantes para formação de colônias e substituição do trabalho escravo. Nas prerrogativas da Associação e seus apoiadores, demonstrava-se a preocupação em fazer esse processo de substituição gradualmente, utilizando-se dos meios promovidos pela Lei do Ventre Livre, mas indo além:

O título com que ella apparece se definindo indica claramente que seus intuitos não podiam ficar acanhados no ciculo estreito dos interesses da lavoura relacionada com o commercio. Não é, pois, a conservação do estado actual, a questão de manter a lei de 28 de Setembro nos seus restrictos termos, que domma o pensamento dos associados.¹³⁷

Ainda segundo o *Correio Paulistano*, eram enormes as expectativas em torno da sociedade que se firmava na província: “São vastos os horisontes que se abrem diante dos

¹³⁷*Correio Paulistano*, 21 de janeiro de 1881, p. 1.

emprendimentos da nova associação: a colonização, a imigração, ao commercio, assim como á todas as industrias.”¹³⁸

Dentre seus participantes e fundadores, estavam: Antônio Prado, Antônio Proost Rodvalho, Francisco de Souza Queiroz Filho, Fidelis Prates e o Visconde de Itu, todos da ala dos grandes fazendeiros paulistas e conservadores de São Paulo.¹³⁹

De algum modo, a Associação Paulista, como ficou conhecida posteriormente, caracterizou uma espécie de clube da lavoura, voltado para questões mais amplas, mas sem deixar de levar os valores carregados desses grupos normalmente conservadores e escravagistas. O intuito, nesse caso, era a manutenção da ordem escravista até que houvesse entrada massiva de imigrantes na província, freando os avanços do movimento abolicionista na província. Outro aspecto dessas associações era a busca da intensificação dos lucros das lavouras. Segundo o *Correio Paulistano*, o Governo brasileiro havia, até aquele momento, empregado poucos esforços para a imigração no País, o que demandava o empenho de fazendeiros e empresas privadas nesse empreendimento para a província paulista, onde se necessitava maior volume de braços para compor a mão de obra.¹⁴⁰

O *Correio*, representando os interesses da União Conservadora em São Paulo, buscou defender a iniciativa e dispensou várias páginas de seus editoriais durante os primeiros meses de 1881 para propagandear a Associação que se formava, demonstrando bastante contentamento ao novo projeto, sobretudo no que se referia à ideia de construção de núcleos coloniais de imigrantes na província paulista assim como já havia nas províncias do Sul:

Seja a idéa compreendida, aceita e auxiliada e podemos garantir que, dentro de pouco, não teremos de nos envergonhar de qualquer confrontação com as outras províncias do imperio.
Não é isto provincialismo: é apenas o fructo da emulação na obra do progresso.¹⁴¹

¹³⁸*Correio Paulistano*, 18 de janeiro de 1881, p.1.

¹³⁹*Correio Paulistano*, 30 de janeiro de 1881, p.3. A União Conservadora, originalmente fundada em 1867 em São Paulo, foi reformulada com a criação de novas bases no fim de 1881, mudando, também, sua composição com a inserção de novos membros, que dirigiam seus objetivos em prol da classe de proprietários paulistas, dentre eles Antônio Prado, que se tornou o novo diretor da citada União. Esse tema foi tratado no Capítulo 1, tópico “A imprensa na ruptura política dos conservadores em São Paulo”.

¹⁴⁰ Sobre a ideia da Associação como Clube da Lavoura, é perceptível pelos artigos do *Correio* que buscam tanto compará-la a esse tipo de organização como também a diferenciá-la deles. Ver: *Correio Paulistano*, 18 de fevereiro de 1881, p.2.

¹⁴¹*Correio Paulistano*, 22 de janeiro de 1881, p.1.

Outra característica foi a intensa valorização pelo jornal do caráter empreendedor e bem intencionado dos fazendeiros em carregarem essa iniciativa particular, o que, de certo modo, também estava ligado à ideia dos fazendeiros paulistas como aqueles capazes de suprir a escassez de recursos do Governo e alavancar a economia da província, unindo-se para essa finalidade.¹⁴² No caso da Associação Paulista, para o *Correio*, não havia alternativa que não incluísse esses interesses da classe de representantes da lavoura para pensar medidas de controle da mão de obra e de desenvolvimento da economia e da imigração em São Paulo por intermédio de organizações financiadas por eles próprios: “Em nosso modo de entender, a emigração deve ser organizada por meio de empresas tais como a Associação Paulista que acaba de fundar-se cujos estatutos dependem atualmente da aprovação do governo”.¹⁴³

Em 30 de janeiro de 1881, ocorreu a reunião dos associados para definir e aprovar os estatutos. Entretanto, não deixou de haver críticas de alguns membros sobre o projeto. Em uma delas, transcrita pelo *Correio*, o fazendeiro paulista, chamado pelo jornal de Santos Camargo, reclamava da falta de assistência direta à lavoura pela Associação. De acordo com o fazendeiro, os planos da sociedade foram pensados para terem frutos futuros com a criação em massa de colônias, e não uma inserção de trabalhadores em um curto espaço de tempo. Também, julgava a falta de referência ao capital que seria empregado no projeto, meios de transporte e outras necessidades da lavoura.¹⁴⁴ Antônio Prado, um dos relatores da comissão que formulou os estatutos, buscou, de acordo com o *Correio*, contra-argumentar o colega. Prado justificou que os sistemas até então implantados na província pelos fazendeiros eram ineficazes e impróprios para suprir a necessidade de braços e promover a transformação do trabalho na província, já que:

O colono estabelecido nas fazendas segundo o actual systema de colonisação, por melhores que sejam as suas condições de prosperidade, não satisfaz com a sua sorte, porque falta-lhe o principal incentivo para o trabalho agrícola – o amor á propriedade.

O que é preciso, portanto, é adoptar um systema de colonisação que possa conciliar os interesses da grande lavoura com a satisfação dessa

¹⁴² Galdino aborda sobre esta “mobilização de capitais coletiva” promovida pelos fazendeiros de café de São Paulo, que se iniciou nos anos 1870, mas se manteve e intensificou nos anos posteriores em torno dessas sociedades criadas entre lavradores. Ver: GALDINO, Antonio Carlos. *Op. cit.*, p. 209.

¹⁴³ *Correio Paulistano*, 5 de fevereiro de 1881, p.1.

¹⁴⁴ *Correio Paulistano*, 1º de fevereiro de 1881, p.2.

natural aspiração do pequeno agricultor, que quer ser dono da terra que rega com o suor do seu trabalho.¹⁴⁵

Esta característica de criação de colônias de imigrantes na província, difundida entre os associados, era o ponto de diferenciação da Associação Paulista em relação às políticas até então adotadas pelos fazendeiros e pelo Governo na contratação de trabalhadores para as fazendas. De algum modo, essa ideia pareceu surgir como forma de reparar os diversos casos de descontentamentos e até mesmo revoltas de imigrantes que vinham trabalhar nas lavouras de café em São Paulo.¹⁴⁶ No entanto, demandava plena assistência e grande empenho financeiro dos membros da Associação, uma vez que, nesse caso, os fazendeiros não teriam somente a função ou custo de contratação e pagamento do salário dos trabalhadores, mas também a construção e planejamento desses terrenos e propriedades que serviriam aos imigrantes.

Esses planos parecem não ter obtido grandes sucessos. No *Correio*, as empolgações em referências à Associação se concentraram somente nesses primeiros dois meses de 1881 com as apresentações das propostas e dos estatutos. Posteriormente, o que se viu foram notícias das reuniões promovidas por ela, mas sem qualquer menção à construção das citadas colônias agrícolas para imigrantes. Não houve notas diretas sobre a aplicação ou planos praticamente desenvolvidos pela organização. No que tange à imigração, a entrada de imigrantes e a política imigratória em São Paulo, conforme o jornal, seguiu na província com ritmo maior, mas não muito diferente do modelo anterior. Entre o fim de 1881 até 1883, o *Correio* não demonstrava apresentar tranquilidade necessária para a efetiva transformação da mão de obra nas fazendas, que, nesse período, combinavam os dois sistemas de trabalho: o escravo e o livre assalariado.¹⁴⁷

No ano de 1884, surgiu a seção de nome “Movimento de Imigrantes” no *Correio Paulistano*, trazendo algumas informações e dados sobre o movimento de entrada de imigrantes na província e o empenho da elite cafeicultora no processo de organização do trabalho.¹⁴⁸

¹⁴⁵ *Correio Paulistano*, 1º de fevereiro de 1881, p. 2.

¹⁴⁶ Sobre alguns desses conflitos e revoltas promovidos por imigrantes em São Paulo, ver: SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX: aspectos políticos. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 91-100, nov. 2005.

¹⁴⁷ Ver STOLCKE, Verena. HALL, Michael M. *Op. cit.*, p. 81-82 e PETRI, Kátia Cristina. Braços para a lavoura: a subvenção paulista para a imigração (1886-1896). *Revista Cordis*. n. 3-4, 2009/2010, p. 2-16.

¹⁴⁸ Ver *Correio Paulistano*, de 30 de maio de 1884, p.2; 10 de junho de 1884, p.2; e 24 de julho de 1884, p.1.

Tudo isso representou, também, o questionamento em torno da substituição da mão de obra e envolveu diversas discussões a níveis social, político e científico. É pertinente analisar esses projetos como as formas de soluções que foram, portanto, apresentadas pelo *Correio Paulistano* à medida que a discussão sobre o fim do escravismo e, posteriormente, com a discussão do Projeto 48 de Dantas que avançava, junto ao abolicionismo, na lavoura e no Parlamento.

No oeste paulista, o tema da imigração como política de mão de obra esteve ligado a diversas representações dos ideais de progresso e civilidade no momento de crise mais acentuada do regime de escravidão no País. Assim, as reflexões acerca da substituição não só do trabalho escravo como também do liberto indicam este complexo jogo de convicções tão fortemente arraigadas na cultura elitista imperial do século XIX. Tais ideias dialogam e estão intrinsecamente ligadas às teorias raciais, como a do determinismo racial e hierarquização das raças, além de teorias nacionalistas, como o projeto de nação pensado pela elite nos anos finais do Império.¹⁴⁹ Esse dilema em torno da questão étnica e racial se tornou central para redefinir o modelo de implantação do liberalismo e do trabalho livre assalariado. A imigração, para seus defensores, seria capaz, portanto, de promover um sistema econômico moderno, a fim de superar o atraso brasileiro marcado pelo grande contingente de pessoas negras, com homens e mulheres livres de cor. A contrapartida estava em propor uma estrutura política e social autoritária e de marginalização do liberto.¹⁵⁰

Para tais teorias raciais, majoritariamente importadas da Europa, no fim do século XIX, o conceito de raça civilizada se ligava aos povos europeus e seus aspectos culturais, sociais e políticos. Nesse sentido, compreende-se o outro lado importante da política imigrantista, que propunha a trazida de europeus para o Brasil como forma de mão de obra, principalmente nos últimos anos da escravidão quando crescia, também, o debate racial no País.¹⁵¹

¹⁴⁹Alguns trabalhos são fundamentais para a compreensão desse contexto e a influência das teorias raciais europeias no Brasil oitocentista. Cf.: SKIDMORE, Thomas E. Realidades raciais e pensamento racial depois da abolição. In: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco, Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; e TREECE, David. O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 65, p. 141-151, mar. 2003.

¹⁵⁰VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 58.

¹⁵¹Não quer dizer, porém, que tais teorias não foram contestadas por outros intelectuais da época. Ana Flávia Magalhães Pinto aborda esse momento da manifestação de intelectuais negros na imprensa e política do século XIX, alçados pelo movimento abolicionista, que trouxe a reflexão das teorias racistas europeias, como a do determinismo racial, a um espaço de combate discursivo acerca da sua legitimidade,

Foram essa formulação e busca pelo trabalhador livre ideal no Brasil que fizeram com que outras categorias de imigrantes tivessem representações controversas perante a opinião da imprensa no fim do século XIX. Foi o caso dos imigrantes chineses. Algumas tentativas de implantação desses grupos no Brasil foram feitas nesse período, a fim de contribuir para a mão de obra, pois eram trabalhadores de custo relativamente baixo perante o imigrante europeu. Porém, em diversas opiniões presentes nos jornais da época, havia certa insegurança ou até mesmo críticas bastante duras acerca das experiências de trabalho dos chamados “chins” ou “coolies” no País. Tais críticas derivavam, sobretudo, da cultura e hábitos desses povos, que criavam estranhamento na comunidade nacional brasileira. Assim, foram classificados como homens de “raça degenerada, sem religião, sem moral e costumes”, que traziam risco ao progresso do País. Uma série de colunas foi redigida nesses meses pelo *Correio* sobre a vinda de asiáticos para o Brasil. Na *Província de São Paulo*, em 1881, a introdução dos chamados “chins” para trabalho nas lavouras foi totalmente repudiada pelo redator. Embora o *Correio* trouxesse as representações desses imigrantes de outros países de maneira mais ponderada, as críticas aos chineses não estão ausentes nos exemplares. Na década de 1880, elas voltaram a aparecer com maior frequência pelas observações feitas aos editoriais e sessões parlamentares no jornal.¹⁵²

Segundo o *Correio Paulistano*:

Nosso ponto principal é outro, em que peze a teima ao articulista. É a questão social, que isso facto está unida á do trabalho; é a questão que um distincto e autorizado escriptor sobre matéria de colonisação condensa nesta phrase característica: ‘Não se deve querer somente braços, mas também cabeças.’¹⁵³

Na hierarquia racial, eram inegáveis a preponderância do trabalhador branco europeu e a sua preferência, por parte da elite, para que ele fosse incorporado no sistema de trabalho livre na lavoura, no caso paulista. Na segunda metade do século XIX, essa questão das iniciativas imigrantistas para mão de obra em São Paulo foi retratada na grande imprensa paulista de forma bastante positiva. O *Correio*, como folha dos interesses da lavoura, sempre se encarregou de abordar as políticas imigratórias para

desenvolvendo questões bastante incisivas em relação à hierarquia racial adotada no período. Ver: PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Op. cit.*

¹⁵²Ver: *Correio Paulistano*, 20 de fevereiro de 1870, p. 1; *Província de São Paulo*, 7 de junho de 1881, p.1. Sobre as colunas que retornam na década de 1880, ver: *Correio Paulistano* de: 30 de janeiro de 1880, p. 1; 17 de março de 1880, p.1 e 18 de março de 1880, p. 1.

¹⁵³*Correio Paulistano*, 20 de fevereiro de 1870, p.1.

mão de obra na província e, também, defendê-las perante a opinião pública.¹⁵⁴ Foi na década de 1870 o primeiro momento de notável crescimento do número de imigrantes que entraram na província. No entanto, com a subvenção da imigração europeia pelo Governo provincial, ocorrida em 1886, esse número teve um grande salto, sendo possível reparar isso pelas análises estatísticas do período.¹⁵⁵

A partir de 1880, as propostas de substituição da mão de obra foram se tornando mais frequentes. A ideia do caos social que seria provocado após a extinção da escravidão, foi abordada com grande preocupação, principalmente devido à posição que já tinha o *Correio* frente à abolição imediata. Nessa década, os estudos sobre superioridade das raças brancas e as teorias racistas ganharam foro de legitimidade científica e passaram a ser adotadas no Brasil de maneira praticamente uníssona pelos intelectuais.¹⁵⁶ Nesse contexto, difundia-se ainda mais forçosamente a ideia de que “só no estrangeiro é que serão encontrados os braços de que tanto se precisam” e de que a herança deixada aqui pelos trabalhadores europeus geraria os frutos do empenho e disciplina tão caros à construção de uma nação moderna e civilizada.¹⁵⁷

Antônio Prado foi um dos maiores e mais notáveis propagandistas desse tipo de imigração no fim do século XIX, principalmente na busca da substituição do braço escravo pelo imigrante europeu na produção do café, estando à frente de diversos empreendimentos imigrantistas enquanto deputado e, posteriormente, como ministro da Agricultura em 1885. Também, promoveu iniciativas privadas de imigração, financiando a vinda de imigrantes para suas fazendas de café após os anos 1870.¹⁵⁸ Nesse aspecto, sua posição política a favor da importação de imigrantes europeus se assemelhava bastante àquelas propagadas pelo *Correio Paulistano* durante os anos 1870 e 1880, que, também, buscou insistentemente valorizar tais empreendimentos.¹⁵⁹

¹⁵⁴ O *Província de São Paulo*, folha republicana da província, também caracterizava a imigração europeia de forma positiva e bastante interessada nesse período dos anos 1870 e 1880. Ver exemplares de 11 de novembro de 1878, p.2; e 17 de setembro de 1886, p.1.

¹⁵⁵ Ver: SÃO PAULO. Relatório de Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1892, 1894-1895; 1898-1908; 1910-1914; 1916-1930. *Arquivo Público do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/estatisticas.php>>. Acesso em: 27 maio 2021.

¹⁵⁶ VENTURA, Roberto. *Op. cit.*, p. 58.

¹⁵⁷ *Correio Paulistano*, 24 de fevereiro de 1880, p.2.

¹⁵⁸ Texto do arquivo do CPDOC sobre Antônio da Silva Prado. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2021.

¹⁵⁹ Segundo Petri: “Os paulistas assumiram uma política pública que visava ‘braços para a lavoura’ e que objetivava somente o trabalho agrícola nas fazendas de café; não existiam interesses em outras frentes de trabalho que não fosse a agricultura.” In: PETRI, Kátia Cristina. *Op. cit.*, p. 2-16.

A preocupação do *Correio* com a questão dos rumos da imigração no Brasil e o apoio que deveria ser dado à importação de europeus ao território esteve presente nas suas páginas de maneira evidente. No ano de 1880, o jornal tirou alguns exemplares para esclarecer à opinião pública a situação em que se encontravam alguns imigrantes que estavam chegando ao País, denunciando, também, a escassa assistência e o interesse do Governo nas medidas de imigração em massa e no assentamento de colonos no território.¹⁶⁰

A denúncia se dava por conta de uma decisão do Governo em revogar a medida que firmava auxílios aos imigrantes que viriam a trabalhar aqui, suspendendo-a e buscando formas de frear o embarque dessas pessoas para o Brasil. Dizia o correspondente do jornal:

Enquanto presenciemos o espectáculo contristador que nos estão dando algumas dezenas de Russos-Allemães, recolhidos a uma estação policial e ahí alimentadas pela caridade particular, a administração publica redobra esforços para fechar os portos do Brazil a toda immigração que obrigue o Estado ainda a despezas mínimas. As providencias succedem-se a curtos intervallos, parecendo revelar o plano resolutamente assentado de impedir que nos venha um só immigrante, que não disponha dos meios necessários á sua colocação, desde o transporte e o desembarque até o seu definitivo estabelecimento, onde por seus próprios esforços deparar trabalho.¹⁶¹

Em outras situações, quando estava sendo colocada em questão a forma como viviam os imigrantes na província paulista, o *Correio* buscava defender a classe de fazendeiros e a política provincial de críticas recebidas. Uma delas, em 1883, envolvia a denúncia de outro jornal sobre conflitos com italianos e a situação desses imigrantes em São Paulo. O jornal em questão que noticiava o ocorrido era o fluminense *Cruzeiro*. A folha da capital do Império afirmava que os imigrantes italianos que viviam em diversos municípios de São Paulo, especialmente aqueles marcados pelas lavouras cafeeiras, estavam sofrendo constantes ataques de vandalismo de outros grupos imigrantes da região.

Em defesa, o *Correio* respondeu que todo o “alarme” do *Cruzeiro* sobre qualquer tipo de violência ou conflito envolvendo imigrantes naquela província não tinha nenhum fundamento e que:

¹⁶⁰ Ver: *Correio Paulistano*, 28 de janeiro de 1880, p.1; e 30 de janeiro de 1880, p.1.

¹⁶¹ *Correio Paulistano*, 28 de janeiro de 1880, p.1.

Não declarou-se na província de S. Paulo um movimento anti-italiano, a semelhança do movimento anti-semiticoeuropêo, tendendo a impedir que os italianos exerçam entre nós, em matéria de mão-de-obra, a justa preponderância que adquiriram sobre outros trabalhadores livres. O que todos pedimos, o fim com que trabalhamos todos, é o aumento da imigração italiana, cujos bons resultados patenteam-se aos olhos de quem está ao facto do que se passa nesta província.

[...]

[...] em nosso entender, apenas tratou [o jornal *Cruzeiro*] inconscientemente, de alguma agencia estrangeira occulta ou ostensiva que procura desprestigiar a Província de S. Paulo na Itália em proveito de outros paízes, nossos concorrentes em matéria de imigração, que aqui as subvencionam.”¹⁶²

As relações envolvendo o Governo, fazendeiros, escravizados e imigrantes permearam intensamente as últimas três décadas do século XIX em São Paulo. A discussão sobre a distribuição terras para colonos, o orçamento destinado à imigração e, posteriormente, a criação da Sociedade Promotora da Imigração, em 1886, foram instrumentos utilizados e destinados à entrada de grande volume de trabalhadores estrangeiros na província paulista.¹⁶³ Todas essas ferramentas contribuíram para a construção do modelo de trabalho livre nas lavouras no momento de declínio do escravismo e não deixaram de estar incorporadas nos projetos de lei relativos ao regime de escravidão.

Não é nosso objetivo, por hora, levantar todos os desdobramentos que envolveram as políticas imigrantistas do final do século XIX, mas apontar as relações com o momento da discussão do Projeto Dantas em 1884, com seus aspectos de interesse e influência nas políticas de substituição do liberto pelo imigrante e, principalmente, sua representação por intermédio do nosso objeto de estudo, o *Correio Paulistano*. Dessa forma, refletir sobre os aparatos formulados para a criação da chamada sociedade livre no fim desse século, compreendendo que havia, portanto, reflexões baseadas na hierarquia racial e, também, nos interesses lucrativos dos grandes e influentes produtores de café, o que definiu as fronteiras claras entre a emancipação de escravizados e a garantia de direitos e exercício da cidadania por libertos.¹⁶⁴

2.3 O Gabinete do movimento e a última chamada para a luta abolicionista no Governo

¹⁶²*Correio Paulistano*, 15 de fevereiro de 1883, p.2, grifos meus.

¹⁶³PETRI, Kátia Cristina. *Op. cit.*, p. 9-10.

¹⁶⁴ VENTURA, Roberto. *Op. cit.*, p. 47.

É nesse último ponto, do direito dos libertos, que o Projeto de número 48 do Ministério Dantas se diferenciava dos aspectos esperados pela elite escravista. Ao trazer noções inclinadas à garantia de algum nível de cidadania aos beneficiários daquela lei, no exercício de sua liberdade, Dantas revirava as antigas bases do escravismo, trazendo o foco ao liberto, algo nunca antes observado pela elite política no período imperial nos projetos de leis relativos à escravidão. Essas noções de cidadania e assistência plena ao liberto, presentes no Projeto de número 48, foram justamente o que caracterizou o Ministério Dantas como um governo do movimento abolicionista à vista dos conservadores e da elite cafeicultura paulista.¹⁶⁵ Isso significava dizer que era esse um governo completamente à revelia da ordem e de identificação com os “philantropos”, como se referia o *Correio* ao comentar a respeito dos abolicionistas da década de 1880.¹⁶⁶ Um importante item do projeto de lei, que, de certo modo, ajudou a dar respaldo aos ataques do jornal conservador ao Governo, dizia respeito ao prezado tema da indenização, o qual o projeto originalmente não embutia.

Não incluir na lei cláusula que assegurasse a indenização de senhores que perderiam suas propriedades ao dar liberdade aos seus escravos foi o ponto chave de crítica do *Correio Paulistano* ao programa instrumentalizado por Dantas. Em julho de 1884, quando o projeto passava pela Câmara, o jornal protestou, na sua sessão de noticiários, sobre algumas das principais cláusulas que dividiram a opinião de deputados na província paulista, a principal delas por não tratar da indenização: “Com semelhante projecto o governo, não só faltou a promessa de que á sombra de seu programma poderia repousar tranquila a propriedade servil, como collocou-se desassombradamente ao lado da propaganda abolicionista.”¹⁶⁷

Acusavam de fazer a abolição e de atacar a propriedade senhorial agressivamente. Além do não tratamento sobre a questão da indenização de senhores, outros temas controversos, também, foram abordados pelo projeto, como citamos anteriormente. Demandava grande resguardo do Governo aos libertos a inserção de um plano de acesso à terra por aqueles que não tinham nenhuma propriedade para residir, além da criação de juntas locais, a fim de fiscalizar e fixar salários para “trabalhos rurais

¹⁶⁵ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 268, também, cita as alianças feitas entre Dantas e alguns parlamentares que faziam parte do movimento abolicionista. Sobre o Projeto nº 48 de Dantas, ver MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Op. cit.*, Anexo 1, p. 324-331.

¹⁶⁶ *Correio Paulistano*, 12 de julho de 1884, p.2.

¹⁶⁷ *Correio Paulistano*, 18 de julho de 1884, p.2.

e industriais realizados naquela comarca”.¹⁶⁸ Esses são aspectos, sem dúvida, de grande relevância no cenário da sociedade imperial escravocrata e refletiam a falta de apoio que Dantas sofreu durante seu curto ministério, marcado por uma política hegemonicamente formada de grupos conservadores e homens ligados à economia e interesses escravistas. A tentativa de incorporar demandas do movimento no projeto de lei deixou Dantas isolado e tornou o Ministério pouco conciliatório, visto que os membros do movimento abolicionista não estavam inseridos na estrutura política imperial, mas à margem dela. Poucos eram os agentes do movimento que estavam entre os membros da elite política, como o caso de Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Rodolfo Dantas, que também concorriam, com maiores chances, às eleições de dezembro de 1884.¹⁶⁹

Essas eleições representaram um momento imprescindível e conturbado no decorrer da discussão do Projeto Dantas. Os membros eleitos seriam aqueles que formariam a grande base de políticos definitivos para o sucesso ou não na votação da nova lei. Dantas buscou, então, engendrar algumas das candidaturas mais importantes nas províncias e nos distritos eleitorais, angariando uma rede de candidatos apoiadores e correligionários. Todavia, como bem aponta Alonso, construir candidaturas pró-Dantas não foi fácil em todas as províncias, principalmente aquelas marcadas pela economia cafeeira e mais ligadas à mão de obra escravizada, como o caso de São Paulo. Ainda com todo o esforço do ministro, o resultado final das eleições foi de derrota para o movimento no espaço político, o que fez com que estes recorressem às ruas e Dantas, posteriormente, ao Poder Moderador, solicitando a dissolução da Câmara, que, por sua vez, foi negada por D. Pedro II. O imperador decidiu por mudar o Ministério, chamando José Antônio Saraiva, nome já conhecido e apostando em um governo menos atribulado e sem tantos choques de interesses com a ala escravocrata.¹⁷⁰

Demonstramos, no primeiro tópico deste capítulo, a reação do *Correio Paulistano* com a subida de Dantas ao Ministério e a apresentação das propostas em seu projeto de lei. No decorrer desse processo, o *Correio* praticamente não apresentou nuances sobre sua posição inicial. Ainda que em conjunturas pouco diferentes, a busca pela permanência da ordem escravista, sob o argumento de desequilíbrio econômico e infração à propriedade de senhores, continuou cerceando o pensamento e o discurso

¹⁶⁸ Informações se encontram no texto do projeto nº 48 de Dantas. Disponível em: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Op. cit.*, Anexo 1, p. 329, 331.

¹⁶⁹ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 269.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 270.

veiculados no jornal até, pelo menos, 1886, quando novas medidas para a redução dos impactos econômicos nas lavouras reaparecem de maneira mais concreta e eficaz.¹⁷¹

Com a mudança de governo, em maio de 1885, para a nova tentativa de aprovação do projeto de Lei dos Sexagenários, José Antônio Saraiva foi, então, nomeado para o Conselho de Ministros. O *Correio Paulistano* traz nota, sob o título de “Crise Ministerial”, para informar a dissolução do Gabinete de Dantas no mesmo dia em que noticiou, também, a reunião entre o imperador e o conselheiro Saraiva para a formação do novo Ministério.¹⁷²

Saraiva, que também era do Partido Liberal, já havia presidido o Conselho em 1880, após a dissolução do Ministério de seu correligionário Sinimbu, e se tornou o verdadeiro “estadista de reserva”¹⁷³ de D. Pedro II nos anos finais do Império. Tinha caráter pacificador e conciliatório, alinhado com interesses de ambos os partidos, e propôs a reformulação do projeto original de Dantas dando a ele roupagem mais integrada à ala escravista, dominante no novo Ministério: “O intuito do ministério, quanto á reforma do elemento servil, é apresentar gradualmente a libertação geral dos escravos, deixando tempo á nossa grande industria agrícola para reorganisar o trabalho e proporcionando-lhe os meios necessários a este fim.”¹⁷⁴

Já se observa, nesse trecho, que o foco e a preocupação do Ministério Saraiva buscaram se voltar mais às questões da lavoura. Esse ponto foi reconhecido pelo *Correio Paulistano*. No novo projeto apresentado já em 12 de maio de 1885, as cláusulas que instituíam a distribuição de colônias de terras e salário mais justo para o regime de locação de serviços do liberto foram totalmente modificadas para um sistema de colônias agrícolas para onde seriam enviados os “libertos sem ocupação”. Já o sistema de trabalho seria sob contrato compulsório com “gratificação pecuniária por dia de serviço”. O polêmico ponto acerca da indenização, obviamente, também entrou e foi posto em forma de prestação de serviços, do liberto ao seu antigo senhor, durante o período de três anos. Fazendo isso, a lei reconhecia o direito de propriedade senhorial e fixava o liberto naquela localidade (aspecto visto com bons olhos pela elite escravista).¹⁷⁵ Em resumo, o Projeto Saraiva mantinha o encaminhamento da questão

¹⁷¹ Esta discussão é tema do Capítulo 3, no qual tratamos do momento de transformação no discurso do *Correio Paulistano* diante das mudanças de perspectivas em relação à mão de obra na província paulista.

¹⁷² *Correio Paulistano*, 6 de maio de 1885, p.2-3.

¹⁷³ O termo “estadista de reserva” foi utilizado por ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 281.

¹⁷⁴ *Correio Paulistano*, 13 de maio de 1885, p. 3, sobre a “Declaração do Ministério”.

¹⁷⁵ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, *Op. cit.*, p. 91-93 e Anexo 2: Projeto Saraiva, p. 337-338.

servil, que já não havia como voltar atrás, porém passava a resguardar amplamente os direitos da classe senhorial ao incluir a tutela do liberto para o trabalho indenizatório.¹⁷⁶

Se Dantas priorizou embutir no seu projeto preceitos caros ao movimento, Saraiva inverteu trazendo algumas das principais demandas da ala escravista sem negociação com o abolicionismo. Antônio Prado, por sua vez, demonstrou apoio ao projeto de lei ainda que resguardada sua emenda sobre o financiamento das passagens de imigrantes, bastante requisitada pelo então deputado paulista.¹⁷⁷ O foco de Saraiva era conseguir base de apoio, acatando as modificações necessárias para que a lei ressoasse entre a elite econômica. Assim, ele o fez, ganhando os votos de deputados conservadores e liberais dissidentes.

No *Correio*, a representação sobre as mudanças instituídas pelo Gabinete Saraiva foi encarada como a via necessária e mais sensata a ser adotada pelo Governo, principalmente no que dizia respeito à redução de prejuízos pela lavoura. Antônio Prado, que já havia demonstrado sua simpatia às alterações feitas pelo novo Gabinete liberal, discursou na Câmara de Deputados a favor do Projeto de 12 de Maio, de Saraiva, garantindo que toda a oposição conservadora, também, o fazia. Esse discurso e as considerações do jornal sobre ele foram o que estampou a primeira página do *Correio Paulistano* em 15 de agosto de 1885. Através da fala de Prado, o *Correio* validava sua posição sobre o novo projeto de lei sem deixar de expor o respeito que demonstrava pela fala do deputado paulista:

Despreocupado de certos atavios rethoricos, fallando sempre do modo o mais convencido de leal, esforçando-se por dar á enunciação dos seus pensamentos uma fôrma tão simples e clara quanto elevada e correcta, o sr. Antônio Prado, nas duas vezes que tem ocupado a tribuna, tem tido a satisfação de ver que os seus discursos são considerados verdadeiras solemnídades parlamentares.¹⁷⁸

¹⁷⁶ É interessante observar, assim como destaca Joseli Mendonça, a necessidade e a demanda senhorial pela tutela do liberto, atendendo à vontade dos senhores de manter os laços de dependência com seus escravizados. Esse é um ponto chave para se compreender a relação em que se construiu o regime de escravidão no Brasil, baseando-se, primordialmente, no vínculo paternalista da troca do trabalho pelo amparo e proteção que o liberto receberia. Esse padrão se baseava na ideia difundida pela elite de ingenuidade e incapacidade do escravizado sem, obviamente, esquecer o caráter de controle que esses vínculos proporcionavam. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Op. cit.*, p. 92-93.

¹⁷⁷ *Correio Paulistano*, 19 de junho de 1885, p. 1.

¹⁷⁸ *Correio Paulistano*, 15 de agosto de 1885, p. 1.

Quando, ao comentar sobre o que Prado falou do projeto, o *Correio* dizia que, ainda que houvesse pequenas ressalvas a respeito de pontos empregados pelo Gabinete liberal, Prado justificou:

[...] que o projecto tem para a tranquillidade da lavoura a seguinte grande vantagem: é estabelecer que daqui a 13 annos não haverá mais escravos no Brazil.

O orador não vê necessidade da criação de impostos para apressar a emancipação, mas diz: ‘si votássemos contra esses impostos a consequencia seria a derrota do gabinete, e nós que queremos em primeiro logar a adopção do projecto, o temos receio de que derrotado o gabinete, a solução da questão ficará entregue ás incertezas do futuro.’¹⁷⁹

Cinco dias após a discussão do projeto por Antônio Prado na Câmara, o Gabinete Saraiva era desfeito para dar lugar ao conservador Cotegipe.¹⁸⁰ Por um curto espaço de tempo, o Governo Saraiva (que durou de maio a agosto de 1885) conseguiu driblar algumas das principais objeções da ala escravista ao projeto anterior de libertação dos escravizados sexagenários, garantindo-lhe o apoio necessário:

Foi duro o acordo nas miudezas. Andrade Figueira, escravista tão longo quanto empedernido, ainda via no projeto a ruína da nação. É que Saraiva concedia alguma coisa, o fim do tráfico interprovincial, o que dividiu também os abolicionistas deputados. Nabuco e José Carneiro da Cunha ficaram contra, entretanto três membros do bloco abolicionista pensaram: ruim com ela, pior sem ela, e referendaram a reforma Saraiva. Os Republicanos se abstiveram. De todos os lados, emendas. Saraiva as ignorou e empurrou o projeto a voto. O dia 13 de agosto foi seu dia de sorte: a antiga coalizão minoria Conservadora-dissidência Liberal garantiu-lhe 73 votos contra dezessete dantistas remanescentes. Saraiva, então, deu sua missão por cumprida. Deixou o governo e confiou o resto da indigestão ao Senado.¹⁸¹

Em 20 de agosto de 1885, iniciava-se o novo Ministério comandado por Cotegipe, velho e ferrenho escravista e chefe do Partido Conservador, que deu fim ao longo período de Governo liberal no Império. Com Cotegipe, D. Pedro buscou seguir com a aprovação da Lei no Senado e frear os avanços abolicionistas que ameaçavam a ordem. A nomeação dos cargos contou com o nome de Antônio Prado para ministro da

¹⁷⁹ *Correio Paulistano*, 15 de agosto de 1885, p.1.

¹⁸⁰ Antes, porém, o cargo havia sido oferecido ao Visconde de Paranaguá (do Partido Liberal), que o recusou, dando lugar para que o chefe da oposição assumisse o Governo a convite do imperador D. Pedro II. Ver: *Correio Paulistano*, 20 de agosto de 1885, p.2.

¹⁸¹ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 285.

Agricultura e Obras Públicas, exaltando a franca aliança do Governo com o contramovimento escravista.¹⁸² A composição do Ministério e a nomeação dos cargos foram aplaudidas pelo *Correio Paulistano*. Como principal órgão do Partido Conservador em São Paulo, o *Correio* noticiou que, depois de afixado o despacho acerca da composição ministerial no seu escritório, uma marcha de pessoas seguiu em comemoração pelas ruas de São Paulo:

Durante o percurso continuaram as saudações a membros conspícuos do partido conservador da capital, vindo a multidão, cada vez mais numerosa, dissolver-se em frente ao escriptorio do *Correio Paulistano*.¹⁸³

Além das mudanças que já haviam sido feitas pelo Governo Saraiva, dessa aliança com Prado, nasceu, no projeto de 1885, a inclusão de receitas que determinavam parte do orçamento do Governo destinado ao financiamento da colonização. Esse orçamento era fruto da terceira parte da taxa adicional do Fundo de Emancipação, que, de acordo com a Lei, seriam “[...] destinadas a subvencionar a colonização por meio do pagamento de transporte de colonos que forem efetivamente colocados em estabelecimentos agrícolas de qualquer natureza.”¹⁸⁴ Como aponta Joseli Mendonça, essa, possivelmente, foi “uma concessão feita pelo Ministério a Antônio Prado, em troca do apoio em relação à alforria dos sexagenários.”¹⁸⁵ De fato, seria de grande efeito essa troca, visto que o apoio de Prado ao Projeto Saraiva-Cotegipe implicaria, também, conquistar amplo apoio da União Conservadora em São Paulo e de membros aliados para seguir definitivamente com a aprovação da Lei.

Com as negociações feitas, nesse momento, o *Correio* apenas acompanhava o Governo da situação, que se acreditava, para os conservadores paulistas, ser a melhor desde 1878 quando o último conservador havia terminado de presidir o Gabinete no Império. Nos dias posteriores, o jornal dispensou seus editoriais a comentar sobre os temas em torno do novo Ministério. Em um desses artigos, o *Correio* se propôs a comentar sobre todos os membros do Gabinete: composto, na sua totalidade, por

¹⁸²*Idem*, p. 286-287.

¹⁸³*Correio Paulistano*, 20 de agosto de 1885, p.2. De acordo com o jornal, no dia seguinte, também, “continuaram [...] as manifestações de regozijo pela nova organização ministerial” contando com os discursos dos ministros nomeados, incluindo Antônio Prado. *Correio Paulistano*, 21 de agosto de 1885, p.2.

¹⁸⁴Sobre essas medidas adicionadas à Lei dos Sexagenários, ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Op. cit.*, Anexo 3, p. 344.

¹⁸⁵*Idem*, p. 54.

senadores e deputados do Partido Conservador. Na parte em que comentava sobre o Ministro da Agricultura, o jornal diz:

Qualquer apreciação do Correio Paulistano sobre o actual ministro da agricultura seria uma oratiopro domo...

Com efeito, o conselheiro Antônio da Silva Prado tem sido a alma, a força, a vida desta folha nestes últimos annos.

O nome do honrado paulista está para sempre ligado a ultimaphase do Correio Paulistano.

Durante largos annos não houve, nem trabalho, nem sacrificios em pro de uma imprensa partidária, que o sr. Antônio Prado não envidasse em promover a prosperidade e a influencia política deste jornal.¹⁸⁶

Sobre os demais membros, incluindo Cotegipe, o *Correio*, também, não economizou nas congratulações, principalmente no que dizia respeito à defesa que o novo chefe havia de propagar relativa à manutenção da ordem e o retardamento da extinção da escravidão na província paulista. Em um editorial posterior, o redator do jornal escreveu, sob o título “Hontem e Hoje”, para rebater a crítica feita pelo outro órgão da imprensa de oposição, o *Diário Liberal*, acerca do processo que julgavam como evolução relativa aos projetos de lei do Ministério Dantas até chegar ao Gabinete Cotegipe após passar pelas profundas transformações do Governo Saraiva. Nele, o jornal conservador paulista dizia:

A resistência opposta pelo *Correio Paulistano* ao projecto Dantas jamais implicou, da parte dos redactores desta folha, doutrinas contrarias a extincção do estado servil.

A política do senador bahiano era uma política de decomposição, de compromissos com a ordem publica, de desrespeito as leis e de completa anarchia em todos os ramos do poder constituído [...]

O *Correio Paulistano*, em intima communhão de idéas com o *leader* conservador, o sr. conselheiro Antônio Prado, acceitou e aprovou a patriótica attitude assumida pelo deputado por S. Paulo – isto é – o *Correio Paulistano* não repudiou o principio da extincção do estado servil, assim como elle jamais o havia repudiado.¹⁸⁷

Concluía, ainda, o *Correio* que, em comparação com a história política da Inglaterra, a história do Brasil demonstrava que diversas reformas de carácter liberal haviam sido empreendidas por governos conservadores.¹⁸⁸ De fato, essa marca do Partido Conservador não havia sido ao acaso e nem o *Correio* julgado pelo acalorado

¹⁸⁶*Correio Paulistano*, 23 de agosto de 1885, p.1.

¹⁸⁷*Correio Paulistano*, 27 de agosto de 1885, p.1.

¹⁸⁸*Ibidem*.

momento de discussão. Assim, como buscamos demonstrar até aqui, foram os estadistas conservadores os principais a aprovarem reformas no âmbito dos direitos à liberdade, seja ela parcial ou massiva, de escravizados na antiga ordem do trabalho imperial. Mas o fizeram sempre limitando o máximo possível essa liberdade a duras penas reconhecida, adequando-a aos interesses dos setores proprietários, ao mesmo tempo que impediam reformas mais profundas. No entanto, esse é o ponto primordial para o entendimento da importância do estudo do Partido Conservador e seus respectivos grupos representantes para a compreensão do processo de emancipação nas últimas décadas do século XIX.

Do andamento para aprovação da lei que promoveria a liberdade de escravizados sexagenários, o restante do processo ocorreu com relativa tranquilidade. Cotegipe, que tinha liberdade e grande facilidade de negociação entre os conservadores e com o próprio imperador, recebeu os votos necessários para seguir com o projeto no Senado sem maiores problemas. Ainda que a posição do chefe de Estado tenha sido contrária à reforma desde o início, depois de feitas as emendas juntamente ao conselho anterior para apoio dos setores escravistas, em 28 de setembro de 1885, data que comemorava 14 anos da aprovação do *Ventre Livre*, a Lei dos Sexagenários foi aprovada por seu Gabinete conservador e um longo caminho de incertezas ainda separava os abolicionistas do que de fato tal lei representaria para o povo liberto.¹⁸⁹

¹⁸⁹Angela Alonso cita alguns dos pronunciamentos de abolicionistas como Patrocínio e o baiano Luis Anselmo Fonseca em reprovação à lei aprovada. ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 270.

CAPÍTULO 3:
MUDANDO O DISCURSO: A NOVA CONFIGURAÇÃO DA POSIÇÃO
POLÍTICA DO *CORREIO PAULISTANO* A PARTIR DE 1887

3.1 O *Correio Paulistano* e a criação da *Sociedade Promotora de Imigração* como solução da questão da mão de obra para a lavoura

A principal característica do Governo do Partido Conservador, que se iniciou em agosto de 1885, comandado por Cotegipe, era a forte identificação com o escravismo. E, ainda que diante da grande expansão abolicionista pelo País que ocorria nesse momento, a posição ultraconservadora de Cotegipe propunha uma resolução lenta e gradual da questão da mão de obra e da escravidão no Império sem conciliação alguma com o movimento abolicionista no Parlamento. Essa característica ficou clara, inclusive, na composição de seu Governo, onde ornou ao Gabinete Ministerial, entre outros conservadores escravistas, Francisco Belisário de Souza, como ministro da Fazenda, e Antônio Prado, que, enquanto ministro da Agricultura, fez da aplicação da Lei dos Sexagenários uma ferramenta de benefício aos próprios interesses dos proprietários de escravos, postergando medidas instituídas para retardar seu efeito no campo abolicionista.¹⁹⁰

Dentre as medidas tomadas pelo então ministro da Agricultura em 1885, relativas à Lei aprovada, estavam o alongamento da data limite para matrícula dos escravizados de sessenta anos ou mais para dali um ano e meio e o afrouxamento da cláusula sobre proibição do tráfico interprovincial, que, de acordo com o ministro, não passaria a ser aplicada à Corte por ser considerada “município neutro”.¹⁹¹ O Governo Cotegipe se sustentou, assim, pelo apoio mútuo de escravistas já conhecidos e que, juntos, procuraram fazer do fim inevitável da escravidão um processo com menor prejuízo possível para a lavoura.¹⁹²

Por outro lado, nesse cenário de embates e crises no regime de mão de obra, a nomeação de Antonio Prado como ministro da Agricultura em 1885 reforçou, ainda

¹⁹⁰ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 241.

¹⁹¹ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 286.

¹⁹²Outro importante elo de sustentação do Governo Cotegipe esteve com a ala dos ultraconservadores da província do Rio de Janeiro, dentre eles o então senador Paulino Soares de Souza Filho e o deputado Domingos Andrade Figueira. Ver: NASCIMENTO, Carla Silva. Uma escrita pessoal da crise: o barão de Cotegipe e a queda do império. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais...*São Paulo, jul. 2011. p.7.

mais, a importância da imigração europeia como forma de suprir a necessidade de trabalho na produção cafeeira paulista e, também, como estratégia de colonização para determinados territórios brasileiros. No ano seguinte, em 1886, junto com outros fazendeiros paulistas, Antonio Prado participava ativamente da então recém-criada Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo. De acordo com Santos, seu maior “idealizador, formador e porta-voz” foi Martinho Prado (irmão de Antônio Prado), que à época era membro do PRP e deputado provincial pelo mesmo partido, além de outros membros integrantes da classe de proprietários e políticos da província e do Império:

A Sociedade contava na sua data de fundação com o apoio e participação do presidente e vice-presidente da província de São Paulo, respectivamente o visconde do Parnaíba e Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, e o ministro da agricultura Antônio da Silva Prado, para citar somente os que ocupavam os cargos mais importantes na ocasião.¹⁹³

A Sociedade Promotora concentrou, assim, o interesse dos principais fazendeiros paulistas, que buscavam no exterior a solução para a lavoura. A entrada em larga escala de trabalhadores e suas famílias, vindos de diversas partes da Europa, era o objetivo principal da Sociedade. No entanto, ainda que a ideia propagada fosse o contrário, a iniciativa particular dos fazendeiros paulistas contou com o apoio direto do Estado, tendo em vista que os membros que dirigiam a Promotora ocupavam, como vimos, postos importantes nas políticas imperial e provincial, estabelecendo um elo direto entre o empreendimento do grupo e seus cargos políticos.

A ideia, inicialmente, era bastante semelhante àquela de 1881, da chamada “Associação Paulista de Agricultura, Comércio, Indústria e Colonização”, principalmente na busca de se colocar enquanto um projeto particular e desvinculado do Governo. Porém, de uma forma muito melhor acabada e com objetivos mais claros e consolidados, em 1886, a Promotora teve enormes resultados na inserção massiva de imigrantes na província. Isso se deveu, sobretudo, à relação estabelecida entre ela e a função que desempenhavam seus diretores na política imperial. Essa conjuntura caracterizou a principal diferença em relação ao projeto de 1881 e beneficiou, largamente, a Promotora em 1886.

¹⁹³Sobre a função de Martinho Prado na Sociedade Promotora, ver: SANTOS, Ivson Poletto dos. *O público e o privado nas sociedades de imigração...* p.61. A passagem transcrita é da p. 58.

Os planos da Promotora se concentraram única e exclusivamente em São Paulo, e todos seus membros pertenciam à província. Todavia, englobava tanto representantes conservadores como republicanos de São Paulo.¹⁹⁴

Assim como ocorrera em 1881, mais uma vez, a imigração e a iniciativa particular dos fazendeiros paulistas apareciam como a fonte de salvação da província e mesmo da Nação. Novamente, o ideal do empreendedorismo paulista e as iniciativas desses lavradores como responsáveis pelo desenvolvimento econômico da província eram pauta no cenário da opinião pública. Nesse sentido, Darrel Levi cita um dos discursos de Antônio Prado em sessão do Senado, que exemplifica a visão dos paulistas em relação ao caráter desenvolvimentista e produtor da classe de fazendeiros. Segundo ele:

Uma das razões, senão a razão principal da prosperidade da minha província é que o Paulista não política, em se tratando de melhoramentos materiais. Há ali estradas de ferro, empresas de navegação e outras organizadas por iniciativa e conservadores, liberais e republicanos, os quais esquecem dissentimentos quando o seu concurso é exigido a bem da província.¹⁹⁵

O autor, ao trazer esse discurso de Antônio Prado, quando este assumira o cargo de ministro da Agricultura no Império, propôs demonstrar certo ceticismo do então ministro em relação à política monárquica, que, em determinado momento, confluiu na sua aproximação com os federalistas da província. Entretanto, tal argumento não retirou de cena os conflitos envolvendo representantes de partidos diferentes na província, como já analisamos aqui. A diferença estaria em tais conflitos e divergências políticas, que eram vistos como menores pelos paulistas perante os interesses que tinham em comum no desenvolvimento econômico da província.¹⁹⁶

No *Correio Paulistano*, a posição imigrantista de Antônio Prado e seu grupo político foi instrumentalizada com o apoio dado à formação dessa Sociedade em São Paulo, além da recorrente notificação de suas atividades através do jornal, que buscou utilizar seu espaço, também, para promover e fazer propaganda sobre o financiamento e

¹⁹⁴Um dos principais fundadores da Promotora, Martinho Prado, pertencia ao Partido Republicano Paulista. Além do irmão, o cunhado de Antônio Prado, Elias Pacheco e Chaves, fazendeiro paulista do Partido Conservador, também, estava entre os sócios da Promotora em São Paulo. Ver: *Correio Paulistano*, de julho de 1886, p.2.

¹⁹⁵PRADO, Antônio da Silva. Senado, sessão de 02/09/1886 *apud* LEVI, Darrel E. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1974. p. 196.

¹⁹⁶Essa tese é levantada por Galdino ao citar o caráter empresarial e desenvolvimentista dos paulistas do século XIX. Ver: GALDINO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 210-211.

vinda de estrangeiros para a província paulista. Já em julho 1886, uma nota de título “Sociedade Promotora de Imigração” vinha na seção de anúncios do *Correio*, notificando a contratação de seis mil imigrantes de Gênova, Hamburgo e Antuérpia para vinda até a cidade de Santos, onde seriam destinados às respectivas propriedades daqueles fazendeiros que desejassem contratar esses trabalhadores. Em outubro do mesmo ano, o diretor da Promotora, Martinho Prado, vinha, pelo *Correio*, comunicar a entrada de mais novas 400 famílias suecas e alemãs para a mesma finalidade.¹⁹⁷

De acordo com o *Correio*, antes da construção da hospedaria que seria inaugurada em 1887, os imigrantes eram destinados ao alojamento provincial até serem contratados pelos fazendeiros. Em relação à subvenção das passagens, logo nos dias posteriores à notícia de fundação da Promotora, o *Correio* dava nota sobre a cooperação do Governo provincial aos membros associados. O presidente da província, Barão de Parnaíba, do Partido Conservador, fazia um contrato com a Promotora para que o Governo da província contribuísse com o financiamento da entrada de imigrantes. Entre esses pontos, estava a subvenção das passagens desses trabalhadores:

Trata-se do contrato celebrado entre o governo da província e a sociedade – ‘Promotora de Imigração’ – sociedade que, como noticiamos, fundou-se há dias, na capital. A importância da medida tomada pelo sr. barão do Parnahyba está na consciência de todos quantos estudam os negócios de imigração provincial e um simples resumo do contracto supreferido dispensará commentarios relevando o grande alarme de tal documento.¹⁹⁸

Tal medida do presidente da província de São Paulo indica a estreita ligação dos membros da Promotora com os governos provinciais e, também, nacionais, aspecto importante que analisaremos adiante e que caracterizou uma ligação de forte relevância para o sucesso da inserção em massa de trabalhadores estrangeiros na província.

De acordo com Santos, o trabalho da Promotora, enquanto iniciativa privada, envolveu estritamente a propaganda, no Brasil e no exterior, e a localização de potenciais imigrantes trabalhadores no exterior. Todavia, todo o aparato restante do financiamento, hospedagem e instalação para contrato de trabalho desses estrangeiros foi amparado pelo Governo e suas medidas adotadas para essa finalidade, como a utilização de fundos no aumento do orçamento imperial para imigração, a subvenção das passagens de imigrantes já determinada pelo Governo provincial e a utilização da

¹⁹⁷*Correio Paulistano*, de 10 de julho de 1886, p. 3; e 15 de outubro de 1886, p.1.

¹⁹⁸*Correio Paulistano*, 4 de julho de 1886, p.2.

própria hospedaria para os imigrantes que chegavam, construída pelo Estado e que foi inaugurada em 1887 em São Paulo.¹⁹⁹

Ainda assim, o *Correio Paulistano* buscou, em diversas ocasiões, desvincular os membros participantes da Sociedade dos cargos políticos que ocupavam, referindo-se a eles, de maneira geral, como membros ou associados ao então empreendimento dos cafeicultores paulistas. Desse modo, com título enunciando a Sociedade Promotora de Imigração, o *Correio* passava a divulgar uma série de notas iguais, dessa vez na “Secção Livre”, dirigindo-se, diretamente, aos estrangeiros que viviam na província, a fim de que chamassem “parentes e amigos” da Europa, para que viessem trabalhar em São Paulo. Assim, estava publicado:

A directoria da sociedade promotora de immigração convida a todos os estrangeiros residentes na província, que quizerem mandar vir da Europa seus parentes e amigos, a se dirigirem á directoria nesta capital, enviando lhe as listas das pessoas que quizerem mandar vir e logar de residência das mesmas...

As passagens são gratuitas, uma vez que constituam famílias no seguinte modo: marido e mulher com ou sem filhos, genros e noras; pae ou mãe com filhos ou enteados ou noras; avó ou avó com seus descendentes; tios ou tias com seus sobrinhos e irmãos casados com outros solteiros.²⁰⁰

Essas notas demonstram que, já nas primeiras experiências da Sociedade Promotora em São Paulo, a entrada de imigrantes foi bastante expressiva. Da mesma forma, a busca para que essa entrada fosse constante gerou uma intensa propaganda na imprensa, a fim de demonstrar todos os aspectos positivos oferecidos aos imigrantes.

É interessante observarmos, também, a presença dessas notas sobre a Promotora de Imigração aparecendo com frequência nas seções de acontecimentos mais externos da sociedade ou nos espaços que eram pagos por leitores e empresas, não vinculadas diretamente ao jornal, como o caso da parte de Anúncios e da chamada Secção Livre. Em realidade, toda a propaganda na imprensa da Promotora girou em torno desse objetivo e, ao que indica, teve bastante sucesso em promover sua imagem enquanto uma associação privada e autônoma. Por meio da sua atuação, milhares de imigrantes de diversas partes da Europa desembarcaram no Brasil com destino à província paulista:

¹⁹⁹SANTOS, Ivson Poletto dos. *Op. cit.*, p. 56-59.

²⁰⁰*Correio Paulistano* de 21 de julho de 1886, p.3; 22 de julho de 1886, p.3; 27 de julho de 1886, p.3; e 1º de agosto de 1886, p. 3.

A coalizão ágil e pronta também permitiu que o serviço de imigração, a propaganda e a imagem do Brasil no exterior fossem mudados de vez, pois cabia à Sociedade Promotora cuidar da propaganda do Brasil no exterior, daí sua intenção de desvincular dos governos de São Paulo e do Brasil.²⁰¹

No entanto, esse interesse na vinda em massa e constante dessas pessoas para a província (que é bem representada nessa última passagem retirada do *Correio Paulistano*) não estava ligado, exclusivamente, à necessidade de braços ou povoamento de territórios como afirmaram seus próprios dirigentes. A busca interessada por trabalhadores europeus se derivou da vontade mútua da elite cafeeicultora e política de São Paulo em criar uma sociedade com grande número de famílias europeias à medida que também aumentava a oferta de trabalhadores aos proprietários paulistas no limiar da transformação do trabalho nas fazendas de café, abaixando, então, o custo desses imigrantes e fazendo desse estilo de mão de obra algo lucrativo para os grandes fazendeiros.²⁰²

Pela análise das notas dos jornais, o sistema de cadastramento e instalação desses imigrantes se dava pela organização por intermédio do escritório da Promotora em São Paulo. A Diretoria divulgava sobre a vinda de imigrantes por meio de panfletos e na imprensa, indicando aos fazendeiros, que quisessem contratar esses trabalhadores ou suas famílias, que deveriam se dirigir à sede da Sociedade, a fim de fazerem o cadastro e seguirem com os protocolos de contratação.²⁰³

Antônio Prado, como ministro da Agricultura, não deixou de divulgar discursos em seu nome pelo *Correio Paulistano* acerca da importância e benefício da imigração naquele momento tanto para a sociedade brasileira como para os próprios imigrantes que chegavam. Em outubro de 1886, saía na primeira página do jornal uma notícia que Prado solicitava que as informações sobre imigração deveriam ser amplamente divulgadas para conhecimento de todos a respeito das vantagens oferecidas aos imigrantes que viessem para o País se instalarem tanto em colônias de terras ou nos trabalhos para fazendas:

FAVORES A EMIGRANTES

²⁰¹Santos destaca a importância da propaganda feita pela Promotora, visto que a imagem do Brasil no exterior se encontrava relativamente manchada devido às experiências anteriores com imigrantes para trabalhar nas lavouras de café. SANTOS, IvsonPoletto dos. *Op. cit.*, p. 60.

²⁰²SANTOS, IvsonPoletto dos. *Op. cit.*, p. 56-61.

²⁰³*Correio Paulistano* de 29 de julho de 1886, p.3; e 15 de outubro de 1886, p.1.

O sr. conselheiro Antonio da Silva Prado acaba de dirigir uma circular aos enviados extraordinários e ministros plenipotenciários brasileiros, recomendando-lhes que empreguem todos os meios ao alcance delles para darem a maior publicidade, no estrangeiro, aos favores que o governo concede a emigrantes.²⁰⁴

Os “favores” referiam-se às passagens pagas pelo Governo provincial, à quitação da dívida dos imigrantes quando chegassem ao País e à contratação em sistema de locação de serviços. Outros projetos políticos de Antônio Prado, que eram parte de suas medidas como ministro da Agricultura, também citados na notícia, envolviam a construção de colônias imigrantes no País. Os benefícios deste modelo, colocado na nota, era a distribuição de lotes de terras e a construção de pequenas vilas pelo Governo:

Construcção de caminhos, escolas e igreja, além da concessão II, aos emigrantes que preferirem fixar-se nos estabelecimentos actualmente existentes, bem como qualquer outro auxílio que for julgado necessário a prosperidade e desenvolvimentos que forem fundados.²⁰⁵

Esse era um modelo diferente da maioria dos casos de sistema de imigração implantado em São Paulo, que se baseou, nesse período, basicamente para o trabalho agrícola para as fazendas de café. As colônias de imigrantes europeus deram bons frutos na região sul do País, onde vigorou o sistema baseado na distribuição de terras, ao passo que, também, auxiliava no desenvolvimento de pequenas cidades nas regiões pouco habitadas e assistidas pelo Governo Imperial.²⁰⁶

A defesa da imigração por Antônio Prado, enquanto política a ser adotada para a transformação da mão de obra, já vinha desde a década anterior, em 1870, quando iniciara sua vida política enquanto deputado geral. Na década de 1880, havia, no entanto, uma simbiose entre essa posição: a participação na Promotora de Imigração em São Paulo e o cargo que desempenhava no Governo Imperial. Assim, durante os primeiros anos do Governo Cotegipe, em 1886 e 1887, essa articulação foi de extrema relevância para a condução da sua política imigratória. Prado e os outros integrantes da Sociedade Promotora em São Paulo, com o trabalho conjunto da propaganda imigratória, do financiamento de passagens pelo Governo e da instalação dos

²⁰⁴*Correio Paulistano*, 15 de outubro de 1886, p.1.

²⁰⁵*Ibidem*.

²⁰⁶Sobre a diferença das políticas imigratórias e São Paulo e no sul do País, ver: SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. “Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX: aspectos políticos”. *AlmanackBraziliense*, n. 2, p. 91-100, nov.2005; GERHARDT, Marcos. “Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul”. *Revista Esboços*, v. 18, n. 25, p. 73-95, ago. 2011.

trabalhadores imigrantes nas fazendas de café, encaminharam, de maneira efetiva, a questão da mão de obra para o oeste paulista e para os principais fazendeiros da província.²⁰⁷

3.2 O contexto da mudança no discurso do *Correio Paulistano*: fundação e representação da “Sociedade Libertadora” e do “Movimento Emancipador” em São Paulo

Como já foi observado, existiu, nas últimas décadas do Império, uma sequência de grandes e pequenas organizações montadas em torno da resolução da questão da mão de obra em São Paulo, a começar pelos Clubes da Lavoura, surgidos, inicialmente, na década de 1870 e que eram associações de lavradores, a fim de discutirem ações acerca dos interesses e planos para o trabalho e a mão de obra escrava nas fazendas. Esses clubes ficaram ainda mais ativos no momento de discussão das leis referentes à escravidão, com o objetivo de determinar ações, que freassem o avanço abolicionista e protegessem os interesses em torno da propriedade escrava para os lavradores (como foi citado anteriormente no Capítulo 2). Todavia, com a mudança e evolução das discussões sobre o trabalho e mão de obra no cenário imperial, além da intensificação da crise do sistema de escravidão, que evidenciavam seu fim cada vez mais próximo, essas associações, também, foram mudando com o surgimento de novas pautas a respeito das alternativas de mão de obra, em que a imigração foi observada como possibilidade mais vantajosa à classe de proprietários no cenário paulista.

A Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo se enquadra em uma dessas novas associações entre fazendeiros, reunida em torno das discussões sobre a imigração para a província e criada para a organização desse sistema de mão de obra livre e do aparato burocrático relativo à instalação de imigrantes. A eficaz política imigratória da Promotora fez com que a situação da mão de obra fosse controlada, dando indícios de que a resolução se daria por esse meio e acarretando relativa tranquilidade à ala dos grandes fazendeiros, que dependiam anteriormente do regime de escravidão para o desenvolvimento da agricultura e a produção do café.

²⁰⁷Santos demonstra uma série de transações financeiras feitas durante 1886 e 1887 entre o Ministério da Agricultura e Martinho Prado, principal diretor da Promotora, expondo a relação direta entre o Governo Imperial e os membros da Promotora em São Paulo; no caso, os irmãos Martinho e Antônio Prado. Ver: SANTOS, IvsonPoletodos. *Op. cit.*, p. 64-65.

No entanto, se o modelo de sustentação do sistema escravista estava ameaçado no fim do século XIX, ele, também, representava uma ameaça aos lucros da produção cafeeira, pois, onde ainda estava presente, mesmo que em volume menor, passava a promover intensas crises no âmbito social com as fugas em massa e revoltas escravas nas propriedades.²⁰⁸ O aumento do que viam como “criminalidade” nessa região do oeste paulista nos anos finais da escravidão foi, nesse período, um dos maiores alvos de preocupação dos dirigentes. Isso pode ser observado nas próprias notas do *Correio Paulistano* entre 1885 e 1887, em que os levantes, fugas e revoltas escravas apareceram nas páginas do jornal não só como notícias alarmantes, mas também como forma de justificar e apoiar medidas tomadas no âmbito político para sanar o problema da escravidão na província:

Ante-hontem, o sr. dr. chefe de policia recebeo despacho telegraphico do delegado de policia do Amparo requisitando força para dominar uma insurreição de escravos na fazenda do sr. João Ribeiro de Camargo, situada naquelle município. Os revoltosos aggreDIRAM o feitor, que escapou fugindo e ocultando-se. Não consta que houvesse maior desgraça a lamentar-se.²⁰⁹

Outra notícia comentava sobre o assassinato de um feitor em uma fazenda no interior da província:

O feitor da fazenda de nome Antonio Joaquim de Macedo não se poute escapar e foi morto no dia 4 a golpes de enxada, pelo escravo Nicacio. Este, depois de commetter o crime, apoderou-se de uma faca que o assassinado tinha á cinta e foi entregar-se á prisão no Amparo.²¹⁰

Essas notas demonstram, entre outras coisas, que, no período citado de 1885 a 1887, o *Correio Paulistano* tinha como foco propagar sobre aspectos da criminalidade envolvendo escravizados nas regiões onde ainda havia presença desse sistema de trabalho, demonstrando, da mesma maneira, alguns pontos ineficientes do sistema de controle nas fazendas e nos municípios onde ocorriam esses crimes. Tais notas do jornal permitem comprovar o contrário do que Maria Helena Machado argumenta em outro momento da sua análise. Segundo a autora, houve uma “estratégia de desinformação no

²⁰⁸MACHADO, Maria Helena. *Op. cit.*, p. 30-35.

²⁰⁹*Correio Paulistano*, 6 de maio de 1885, p.2.

²¹⁰*Correio Paulistano*, 9 de maio de 1885, p.2.

trato público da criminalidade”, quando se evitou discutir acerca dos eventos de crimes envolvendo escravizados na província paulista como forma de evitar discussões sobre o tema ou mesmo o sistema de fiscalização e segurança do Governo provincial.²¹¹ No entanto, a partir da observação do *Correio Paulistano* nos anos de 1885 a 1887, percebemos que isso não se confirma. Nesses últimos anos da escravidão, as notícias e informações sobre criminalidade na província paulista apareciam no *Correio Paulistano*, demonstrando a intensificação da crise do escravismo em São Paulo e a trazendo para o centro das discussões públicas no que se referia aos projetos em torno da substituição do modelo de trabalho e mão de obra, justificando, então, o motivo dessa substituição, à medida que reportava os mecanismos de controle da escravidão.

Um dos argumentos que foi frequentemente utilizado pela historiografia para a questão da criminalidade nas regiões cafeeiras do Império nesses anos finais da escravidão, segundo Machado, girou em torno do grande número de escravos, frutos do tráfico interprovincial, que foram levados, compulsoriamente, a trabalhar nessas áreas no momento de ascensão do café no oeste paulista. Ainda segundo a autora, ao contrário do que afirmaram alguns desses importantes estudos demográficos da historiografia tradicional, o aumento da incidência de revoltas não pode somente ser observado pelo crescimento do número e fluxo de escravizados para essas regiões, mas sim pensados através das relações e condições de trabalho, que ali se firmaram com a aplicação de mecanismos e sistemas de disciplina e fiscalização, que se enrijeceram nesse período nas regiões cafeeiras do oeste paulista. A problemática em torno da criminalidade estaria, portanto, ligada à complexa questão da fiscalização do trabalho no momento da transição da mão de obra.²¹²

Esse fato evidencia que o arcabouço disciplinar era o único sustentáculo, que ainda mantinha o regime de escravidão em meados da década de 1880. Ou seja, a principal diferença do escravizado para o trabalhador livre se concentrava no sistema de trabalho fiscalizado ao qual o primeiro estava submetido com todos os seus aparatos punitivos subjacentes. Assim, à medida que a instalação da mão de obra livre e imigrante se desenvolvia nas regiões cafeeiras paulistas, este cenário de recrudescimento do regime de escravidão nas mesmas áreas gerou uma

²¹¹Ver: MACHADO, Maria Helena. *Op. cit.*, p. 25-26.

²¹²Segundo a autora, esse argumento da historiografia tradicional, que justifica o índice de criminalidade envolvendo escravizados nessas regiões com base no aumento do número destes, se fundamenta nos próprios discursos parlamentares da década de 1870. Ver: MACHADO, Maria Helena. *Op. cit.*, p. 35, nota n. 15.

incompatibilidade do sistema com a realidade, que se estava buscando, aprofundando a crise do regime com os fortes índices de criminalidade e maior abertura para atuação do abolicionismo nos espaços políticos e sociais.²¹³ Pensando nessa mesma perspectiva, as políticas imigrantistas implantadas pelos fazendeiros e deputados do oeste paulista, de certo modo, também abriram espaço para a atuação do abolicionismo nessas localidades.²¹⁴

Em 1886, porém, esses mecanismos disciplinares, aos quais se fundamentavam o escravismo, sofreram grande enfraquecimento com a revogação da lei da pena de açoites no cenário político. Essa medida reforçou a falta de sustentação que o escravismo passava a ter no fim do Império, ao passo que demandava das elites novas medidas de controle social para os libertos.

Na prática isso significava que os escravos só poderiam ser condenados, a partir de então, às penas de prisão, prisão com trabalho, galés e de morte. Tratava-se, assim, de uma medida que diminuía as distâncias entre as normas criminais voltadas para os escravos e aquelas destinadas aos livres no contexto de dismantelamento do escravismo.²¹⁵

A pressão para a tomada dessa providência pelo Governo já vinha sendo exigida tempos atrás por deputados, senadores e outros membros da sociedade civil, que acreditavam que o sistema de castigo por açoites representava uma medida controversa, ainda que presente no Código Penal do Império.²¹⁶ Em 1886, todavia, com a crescente de denúncias de feitores, que praticavam os castigos físicos, muitas vezes julgados como desproporcionais, acabaram mobilizando maior ação no sentido da retirada da pena. Poucos meses antes da revogação, na “Chronica Parlamentar”, vinha a nota de que Dantas solicitava as ações necessárias para punir os culpados de um caso de assassinato de dois escravos por decorrência da pena de açoites na Paraíba do Sul. Casos como esse,

²¹³*Idem*, p. 40.

²¹⁴Esse argumento é desenvolvido por Paula Beiguelman e pode ser compreendido como pano de fundo da tese levantada por Maria Helena Machado se pensarmos que a escravidão estava ameaçada e que as ferramentas disciplinares implantadas nos espaços de produção cafeeira passaram a gerar ainda mais conflitos entre senhores e escravizados no momento em que havia maior presença de trabalhadores livres nessas localidades. A adoção de uma postura imigrantista, feita com rigidez no oeste paulista a partir de 1880, seria, portanto, uma das causas da crise do escravismo, com abertura ao movimento de revolta de escravos e atuação do abolicionismo nessas áreas, onde os dois sistemas de trabalho atuaram concomitantemente. BEIGUELMAN, Paula. 1981, p. 18-19 *apud* AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Op. cit.*, p. 107-108.

²¹⁵PIROLA, Ricardo F. “O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil: justiça, imprensa e política no século XIX”. *Revista de História*, São Paulo, n.176, a08616, 2017. p. 3.

²¹⁶*Correio Paulistano*, 23 de outubro de 1883, p.3.

que ficavam mais recorrentes, fomentaram discussões do sistema de castigo implantado, que de fato não condizia com o momento no qual se encontrava a evolução da solução do regime de mão de obra escrava tanto no cenário nacional quanto no internacional. Até que, em 15 de outubro de 1886, o Gabinete decidiu por ceder à ação, assinando a decisão de revogar a pena. A nova medida de revogação sobre os castigos a escravizados representou um dos últimos golpes ao sistema de fiscalização e feitorias do trabalho nas fazendas cafeeiras.²¹⁷

No Governo, ainda que diante de todos os fatos da crise, foi difícil algum novo avanço ou negociação para a resolução da escravidão. A tentativa de proposta pelo presidente da província de São Paulo para que houvesse uma emancipação gradual partindo de província para província não foi aceita pelo chefe do Gabinete. Enquanto isso, os proprietários paulistas, incluindo Antonio Prado, sofriam impacientes observando as fazendas serem tomadas pela “desordem” das ações escravas e dos abolicionistas.²¹⁸

O contraponto nesse cenário, em São Paulo, foi a eficaz condução da imigração europeia para as fazendas paulistas, além de meios que buscaram, de algum modo, manter o liberto em regime de trabalho semelhante ao do imigrante, como veremos a seguir. Esses fatos impulsionaram a partir do ano seguinte, em 1887, uma articulação mais incisiva de alguns importantes proprietários paulistas, entre eles Antonio Prado e o seu jornal, o *Correio Paulistano*, no comando da abolição definitiva da escravidão. Esse comando e a posição que passou a ser tomada por Prado e divulgada pelo *Correio Paulistano*, entretanto, representaram uma forte ruptura com a posição anterior da ala pradista em São Paulo. Ou seja, de escravistas e defensores da manutenção da oligarquia senhorial, eles se tornaram um grupo apoiador da abolição do cativo, incentivando fazendeiros a conduzirem o processo de libertação em suas propriedades.

Assim, no contexto de um sistema já ineficaz para a manutenção do trabalho escravo, a categórica falência do regime nas fazendas gerada pelo grande número de revoltas, crimes e fugas em massa fez com que, em 1887, a chamada Sociedade ou Associação Libertadora fosse pensada e construída, a fim de controlar esse principal problema, que se formava na província paulista. Essa Associação, criada inicialmente

²¹⁷Sobre o pedido de Dantas para a tomada de providências sobre o caso citado, ver: *Correio Paulistano*, 18 de agosto de 1886, p.2. A notícia da decisão do Governo na abolição da pena de açoites chegou a ser ovacionada no editorial do *Correio Paulistano* como um dos grandes feitos do Partido Conservador no sentido de se mobilizar a favor da ordem social. Ver: *Correio Paulistano*, 16 de outubro de 1886, p.1.

²¹⁸ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 231.

em torno do grupo de apoiadores de Antônio Prado e por meio do *Correio Paulistano* (então órgão oficial do Partido Conservador em São Paulo), foi uma sociedade, que se organizou nesse sentido, com o objetivo principal de se dirigir aos fazendeiros da província, independentemente da filiação partidária, para que conduzissem mútua e rapidamente o fim da escravidão naquela localidade. Foi dessa forma que seus sócios começaram a projetá-la em meados do ano de 1887, procurando angariar um número cada vez maior desses lavradores e donos de escravizados, para apoiar a medida levada a cabo pelos dirigentes da Associação.²¹⁹

Para isso, Prado teve de abrir mão da cadeira de ministro e seguir com sua empreitada da abolição juntando-se a outros fazendeiros de São Paulo. Esse momento já iniciou maior aproximação entre Prado e alguns representantes do Partido Republicano Paulista, que, na grande maioria, estavam inseridos nos setores da cafeicultura. Esse momento, também, marcou, de fato, o rompimento de Antônio Prado na luta escravista com Cotegipe e foi o ponto inicial para que o ex-ministro implantasse sua ideia de abolição em toda a província, que passou a estar muito bem representada no planejamento com fazendeiros em torno da Sociedade Libertadora em São Paulo.²²⁰

Como foi dito, a ideia primordial dessa Sociedade formada por lavradores e comandada por Prado, estava concentrada, primordialmente, na ação de liberdade de todos os escravizados da província paulista. Ainda em novembro de 1887, saía no Boletim do *Correio Paulistano* um artigo sobre um fazendeiro paulista, que propunha, pela iniciativa particular, acabar com o sistema de trabalho escravo nas suas fazendas, dizendo que, dessa forma, nenhum lavrador deveria apenas aguardar as ações de ordem pública para agir a favor da abolição imediata em São Paulo. Em resposta, o *Correio Paulistano* dizia que a ação do fazendeiro era de grande importância, já sinalizando a criação da Sociedade Libertadora, que teria por objetivo a mesma iniciativa na província:

A libertação na província

O sr. dr. Nicoláo Queiroz faz parte de uma das mais importantes famílias de agricultores da província, e que foi também uma das primeiras a iniciar na província de S. Paulo o emprego de colonos estrangeiros no trabalho das fazendas de café.

A sua declaração, portanto, no sentido de mostrar-se convencido da efficacia da iniciativa particular para resolver a questão servil na província, realizando a emancipação total dos escravos, veio dar-nos a

²¹⁹ *Correio Paulistano*, novembro de 1887.

²²⁰ ALONSO, Angela. *Op. cit.*, p. 232.

certeza do valioso apoio da sua respeitável família á ideia que a projectada Sociedade Emancipadora se propõe realizar.²²¹

Foram grandes e numerosas as referências no jornal ao movimento, que se iniciara de incentivo e de libertação de escravizados em São Paulo, numa espécie de louvor abolicionista, partindo de antigos escravocratas, que, até então, sequer pensavam em desfazer-se da sua propriedade de maneira tão súbita. Seguindo essa onda, houve, por parte de Antônio Prado, a convocação dos fazendeiros para uma reunião na capital São Paulo, onde se discutiria o melhor caminho a ser tomado a partir dali a respeito dos senhores, que ainda tinham escravizados sob sua posse. No *Correio Paulistano*, essa reunião foi bastante esperada e lembrada para o comparecimento dos fazendeiros. Além disso, o projeto emancipador, que se operava na província, foi diretamente ligado ao sucesso que ocorria com a Promotora de Imigração, que já dispensava enormes frações de imigrantes inseridos em São Paulo:

É notório o movimento emancipador que se opera na província de S. Paulo e da reunião de lavradores convocada para dezembro resultará, quando menos, accôrdo de numerosos fazendeiros para a alforria dos seus escravos com ônus de serviço por tempo razoável, que permita aguardos sem sobresalto o advento definitivo do regimen do trabalho livre. [...]
[...] as esperanças fundadas ao projecto da Sociedade Promotora da Imigração que vai disponndo as cousas para a Introducção de immigrantes, alentam e propulsionam o movimento emancipador.²²²

No mês seguinte, em dezembro, o *Correio Paulistano* publicava o convite aos fazendeiros da província para a reunião, que aconteceria no dia 15. As falas e a documentação sobre a reunião foram transcritas pelo jornal no dia posterior e, em seguida, a publicação dos estatutos da “Associação Libertadora e Organizadora do Trabalho”.²²³ Entre os diretores, estavam os fazendeiros paulistas Antônio Prado, Rafael Paes de Barros, Leôncio de Carvalho, Joaquim de Souza Aranha e Albuquerque Lins.²²⁴

O documento do discurso de Antônio Prado aos lavradores, feito na reunião, refletiu a preocupação com o futuro da sociedade paulista e procurou apelar pelo desgaste do regime e o prejuízo que teriam os proprietários em manter seus escravizados sem mudanças no contrato de trabalho.

²²¹*Correio Paulistano*, 16 de novembro de 1887, p. 1.

²²²*Correio Paulistano*, 23 de novembro de 1887, p. 1.

²²³*Correio Paulistano*, 16 de dezembro de 1887. Sobre os estatutos da Libertadora, ver: BLAKE, Sacramento. *Op. cit.*, p. 621-636.

²²⁴*Correio Paulistano*, 8 de dezembro de 1887, p.3.

[...] A associação, porém, não se propõe somente a promover a libertação total dos escravos existentes na província, é também seu objetivo – aconselhar e promover a constituição de um regimen de trabalho apropriado para manter o liberto nas fazendas, evitando a desorganização do trabalho.

A desorganização do trabalho, como consequencia do abandono das fazendas pelos escravos, ou da perturbação geral da ordem publica, é aquilo de que mais se preocupa o fazendeiro paulista.²²⁵

O posicionamento de Prado esclarece os motivos da real inquietação, que impulsionou ele e o seu grupo a tomarem o controle da questão da abolição em São Paulo com base, sobretudo, na alta do que apresentavam como a “desorganização do trabalho” na província. Desse modo, a mudança de postura no trato da abolição foi uma estratégia encontrada de adiantamento, para que a situação fosse, assim, melhor conduzida pelos proprietários rurais.

Tendo esse e todos os fatos anteriores relativos à imigração e à nova organização do trabalho em vista, no momento da virada de 1887, todo o ciclo estava garantido: a libertação voluntária dos fazendeiros com assistência e fiscalização dos libertos a serem temporariamente mantidos nas fazendas sob novo sistema de trabalho; o fim iminente da escravidão, que passava a ser conduzido pelos fazendeiros e o ideal dessa elite na constituição de uma sociedade livre pautada na valorização do trabalhador europeu. Foi assim que o *Correio Paulistano*, a partir de discursos sobre a questão da abolição proferida por Antônio Prado e outros representantes do Partido Conservador, trouxe, também, sua posição de apoiador da abolição do cativo. Na mesma época, foi inaugurada a sessão “Movimento Emancipador” no jornal, “relacionando sempre em tom emotivo e paternal, listas de proprietários paulistas que libertavam ‘desinteressadamente’, e com salários fixos, seus cativos”²²⁶. Tal movimento começou, então, a aparecer de forma frequente entre o final de 1887 até o início de 1888:

Movimento emancipador

Em Jacarehy, sr. José de Paula Bittencourt deu liberdade a seus dous escravos, Benedicto e Angela, mediante prestação de serviços até 19 de Outubro de 1888.

Ambos manumittidos tem 27 annos de idade. Na mesma cidade, o sr. Francisco Salles Oliveira deu completa liberdade á sua

²²⁵BLAKE, Sacramento, *op. cit.* p. 623-624. Também, há o texto da reunião no exemplar do *Correio Paulistano*, de 16 de dezembro de 1887, p. 2.

²²⁶SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit.*, p. 69.

escrava Christina, de 22 anos de idade, e d. Carolina Eduwige Malta também libertou incondicionalmente a sua escrava Benedicta, fazendo ainda cedencia de serviços á sua escrava Justina.²²⁷

Ainda em fevereiro do ano de 1888, dias antes da abolição na cidade de São Paulo, o artigo sobre os últimos números de escravos libertados pelo movimento emancipador em outras localidades da província era noticiado pelo jornal:

Movimento emancipador

A Villa da Redenção, desde sexta feira, 10 de Fevereiro, está completamente livre.

Os fazendeiros reuniram-se na Villa e em poucas horas tinham libertados todos os escravos que ainda restavam, em numero de cento e tantos, incondicionalmente.

Consta que o município de Taubaté estará dentro de poucos dias completamente livre, restanto matriculados na collectoria desta cidade somente os escravos dos bancos e dos orphãos. [...].²²⁸

Nos dias seguintes, o acordo entre escravistas e abolicionistas em São Paulo levou, em 25 de fevereiro de 1888, data em que se comemorava o aniversário do Conselheiro Antônio Prado, a capital a declarar livre todos seus escravizados, apresentando mais uma importante cidade no grupo da abolição da escravatura. A escolha da data para a dupla comemoração em São Paulo e pelos correligionários do Partido Conservador na província criou uma série de homenagens a Prado e seus feitos políticos, elencando o da libertação de escravizados como o cerne de tais ovações. O *Correio Paulistano*, no dia 25, abriu sua capa com o título maior destacando a “Homenagem ao Conselheiro Antônio da Silva Prado”.²²⁹ Na data, não houve editorial e notas políticas na primeira página. Todo o espaço foi dispensado aos cumprimentos de importantes e grandes políticos e fazendeiros ao então senador do Império, Antônio Prado. Em uma dessas homenagens, o deputado conservador e notório expoente do movimento abolicionista na província, Jaguaribe Filho, fala da caminhada política de Prado em prol da liberdade de escravizados:

O Conselheiro Antonio Prado

²²⁷*Correio Paulistano*, 8 de novembro de 1887, p.2.

²²⁸*Correio Paulistano*, 16 de fevereiro de 1888, p.2.

²²⁹*Correio Paulistano*, 25 de fevereiro de 1888, p.1.

Assim como a maior infelicidade a que póde chegar a creatura racional, neste mundo, é a escravidão, também o maior benefício que póde, o homem influente prestar aos oprimidos, é o esforço sincero para os libertar do captiveiro.

Eis a razão porque o conselheiro Prado tem nos abolicionistas auxiliares sinceros e admiradores. [...]

A virtude da força de vontade, mostra-se por diversos modos, nunca porém tão claramente, como quando o estadista junta a palavra áacção.²³⁰

Com efeito, esse fato referendou a imagem de Prado na corrida para a libertação de escravizados não só na província de São Paulo, mas estendida a todo o Império, dando ao Senador uma roupagem mais liberal e abolicionista às vésperas da abolição nacional, consolidando a sua figura de homem de “espírito adiantado” nos momentos finais do Império.²³¹

Esse discurso, promovido inicialmente por meio do *Correio Paulistano*, foi, assim como será analisado adiante, eficaz na criação de Antônio Prado como abolicionista, no momento da República, quando o ex-conservador paulista assumiu cargos importantes e angariou novos apoiadores na nova ordem política instaurada no País em 1889.

Por ventura, dizia eu, o partido conservador é um marco miliário? A conservação é o immobilismo? É não progredir?

Não; o partido conservador, quando as paixões se desencadeiam, quando as idéas avançadas ameaçam instituições fundamentaes e a subversão mesmo do paiz, o partido conservador toma a posição de resistência, não auxilia, reage; põe a *junta do couce* (*Hilaridade*). Quando, porém, correm os dias serenos, o partido conservador, inspirando-se nas idéas do progresso reflectido, gradual, realiza os melhoramentos que a experiencia tem demonstrado serem opportunos e põe-se á frente da propaganda sensata (*Apoiados*).

Está é que é a sua missão.²³²

²³⁰*Correio Paulistano*, 25 de fevereiro de 1888, p.1.

²³¹LEVI, Darrell E. *Op. cit.*,p.113.

²³² A passagem se refere ao discurso proferido pelo então Chefe do Gabinete, o Barão de Cotegipe em uma sessão na câmara de deputados do dia 26 de julho de 1887, transcrita pelo *Correio Paulistano*, 31 de julho de 1887, p.2.

CONCLUSÃO

Como abordamos, o movimento que ocorreu no discurso de estratégia política de Antonio Prado, em 1887, a respeito da abolição de escravizados, sobretudo, na província de São Paulo, refletiu no posicionamento do órgão de imprensa e porta-voz da União Conservadora paulista: o *Correio Paulistano*, que, também, passou a defender a abolição e abriu espaço para divulgar textos e notas sobre o movimento de libertação de escravizados na província. No momento seguinte a esses acontecimentos, os republicanos paulistas, também, se manifestam sobre o tema, adotando postura semelhante à de Prado em relação à liberdade de escravizados e representando maior aliança de interesses entre o então deputado e os republicanos da sua província.

No entanto, a maior aproximação de Antônio Prado com os republicanos paulistas não significou, de início, uma mudança partidária por parte do primeiro. Ainda pelo Partido Conservador Paulista e consciente da inevitabilidade da abolição, Prado se articulou junto com outros antigos escravistas e conservadores da sua ala com abolicionistas e republicanos da província, para a resolução definitiva da questão da mão de obra escrava em São Paulo entre o final de 1887 e o início de 1888.²³³

Essa mudança de posição acerca da abolição do cativeiro pela ala pradista sinalizou, então, o início do tratamento desse tema pelo Partido Republicano Paulista (PRP), após um longo período de distanciamento das discussões sobre o tema por seus partidários, sob justificativa de ser a escravidão um problema instaurado pela monarquia, portanto uma função dos partidos imperiais solucioná-lo. Ainda assim, o apoio ao abolicionismo na lavoura por Prado e o início da defesa e tomada do tema da abolição pelo PRP representaram o enfraquecimento ainda maior do Governo Cotegipe ao passo do ganho de força política do republicanismo em outras partes do Império, que, até então, havia sido encoberto pelo grande avanço do movimento abolicionista no cenário social nesses últimos anos da década de 1880.²³⁴

Antonio Carlos Galdino demonstra que essa campanha pela abolição na imprensa de São Paulo não foi característica apenas do *Correio Paulistano*, jornal da capital da província. Em Campinas, onde se concentrava grande número de políticos

²³³ ALONSO, Angela, *Op. cit.*, p. 232.

²³⁴ Sobre a convergência do posicionamento do PRP com o de Antônio Prado acerca da abolição no fim dos anos 1880 e a busca do Partido Republicano Paulista pelo seu fortalecimento no cenário imperial com essa medida, ver: AMBROSINI, Diego Rafael; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. *Op. cit.*, p. 208, 211.

republicanos e fazendeiros de café, praticamente todos os principais órgãos de imprensa, também, adotaram posição semelhante em finais de 1887. Ao iniciar o ano de 1888, o que se esperava, pois, era a resolução definitiva da escravidão em São Paulo e em todo o Império.²³⁵

A abolição na cidade de São Paulo ocorreu em março de 1888, após a Assembleia Legislativa votar majoritariamente pelo seu fim e aprovar imposto de 400\$000 por escravo na província. Antônio Prado com outros conservadores e liberais concordaram com a medida.²³⁶ Dali em diante, pouco tempo separou o feito em São Paulo do fim da instituição escravista em toda a Nação. A arrancada final para essa função ficou para o Gabinete de João Alfredo de Oliveira, o último conservador a assumir o cargo.

João Alfredo de Oliveira, também, pertencia ao Partido Conservador e junto com Antônio Prado acabaram por adotar posição diferente de Cotegipe no cenário político, passando a ter ideais mais moderados em relação aos assuntos da liberdade de escravizados no Brasil. A falta de acordo entre Cotegipe e setores econômicos influentes da província paulista motivou a convocação de João Alfredo para chefiar o Gabinete Ministerial por parte da Princesa Isabel, que, em 1888, assumiu a regência do Império por causa do afastamento de seu pai. Assim, o novo Gabinete já iniciava com o objetivo de encaminhar para votação lei que finalizasse a escravidão em todo o Império.²³⁷

Na “Fala do Trono”, que anunciava a abertura da Assembleia Geral daquele ano, ocorrida no dia 3 de maio de 1888, a princesa regente já anunciava a intenção de dar fim à escravidão, sendo este o objetivo não só da monarquia, como também da classe de proprietários rurais, que havia, até então, se utilizado da mão de obra escrava pelas “necessidades da lavoura”:

A extinção do elemento servil, pelo influxo sentimento nacional, e das liberalidades particulares, honra do Brazil, adeantou-se pacificamente e de tal modo, que é hoje uma aspiração acclamada por todas as classes, com admiráveis exemplos de abnegação da parte dos proprietários.²³⁸

²³⁵ GALDINO, Antônio Carlos. *Op. cit.*, p. 88.

²³⁶ *Idem*, p. 88-89.

²³⁷ NASCIMENTO, Carla Silva. *Op. cit.*, p. 62-63.

²³⁸ *Correio Paulistano*, 4 de maio de 1888, p.2.

O quase unânime apoio à causa da abolição no início de 1888 fomentou uma votação rápida do projeto da Lei Áurea. A partir da abertura da Assembleia Geral, o chamado “Gabinete 10 de março”, de 1888, data em que João Alfredo foi nomeado chefe do Conselho de Ministros, recebeu as propostas de libertação de escravizados no Brasil. Um dos projetos de lei vinha de Antônio Prado, que propunha a abolição com indenização dos proprietários e prestação de serviços por três meses. Todavia, a Princesa Isabel e a maioria dos membros do Partido Liberal recusaram a cláusula do projeto, que obrigava a prestar serviços, aprovando, no dia 13, lei que garantia a liberdade incondicional aos escravizados, denominada de Lei Áurea.²³⁹

Após o acontecimento, que representou momento histórico no Império, o *Correio Paulistano* comentou a rapidez com que a Lei havia sido aprovada pelo Governo: “O projecto, consignado na Falla do Throno, passou em ambas as casas do Parlamento, em menos de uma semana, no meio de ovações e debaixo de uma chuva de flores”.²⁴⁰

Esse momento foi exposto pelo jornal como um grande feito do Partido Conservador, que, segundo o *Correio Paulistano*, havia iniciado um processo de emancipação de escravizados na Nação desde a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850:

13 de Maio é o complemento lógico, necessário, fatal de 28 de Setembro de 1871 e de 28 de Setembro de 1885.
O partido conservador iniciou a grande obra.
O partido conservador completou-a.
Honra e gloria aos partidos constitucionaes e á Monarchia no Brazil.²⁴¹

Em comemoração à data de libertação de escravizados em toda a Nação, uma grande festa se instaurou pela província paulista não só no 13 de maio, mas também nos dias posteriores. Alguns historiadores consideraram as comemorações do 13 de maio como “o primeiro carnaval fora época” ocorrido no País.²⁴²

No *Correio Paulistano*, foram narrados alguns desses atos populares ocorridos no dia 13 daquele mês:

²³⁹NASCIMENTO, Carla Silva. *Op. cit.*, p. 115.

²⁴⁰*Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888, p.1

²⁴¹*Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888, p.1.

²⁴² Ver: PEREIRA, Mateus Serva. O Primeiro Carnaval Fora de Época: as festas na província de São Paulo pelo 13 de maio de 1888. In: *Revista OQ – Dossiê Abolição e Pós-abolição*, n. 1, p. 1-15, nov. 2012.

Diversos grupos de pessoas estacionavam dentro e em frente das redações dos jornais, esperando ansiosamente, desde 11 horas da manhã, a grata notícia. [...]

As 5 horas da tarde já inúmeras pessoas transitavam pelas ruas centrais, erguendo vivas e saudações aos promotores da concretização de ideia tão humanitária.²⁴³

Em exemplares dos dias posteriores, o jornal anunciava inúmeras manifestações de comemoração, que continuavam a acontecer na província paulista. Em uma dessas “procissões cívicas”, o *Correio Paulistano* comentava a presença de um grupo de crianças, que saudavam “[...] pelas ruas, a Princesa Regente, o Gabinete 10 de Março, o sr. Conselheiro Antônio Prado etc.”²⁴⁴

Da mesma forma que a Lei Áurea era ovacionada na província paulista, também não deixou de aparecer agradecimentos a Antônio Prado. O conselheiro era apontado, pelo *Correio Paulistano* e por outros jornais conservadores, como o grande incentivador do movimento pela abolição na província e no Império. Foi neste tom, de verdadeiro herói que lutou pela causa da liberdade de escravos, que o *Jornal do Commercio* falou de Antônio Prado na semana da abolição no Brasil. O jornal conservador do Rio de Janeiro dizia que Prado

Arriscou o seu prestígio de chefe de partido, pôz em alarme os interesses de amigos e correligionários, affrontou o despeito e a inveja de seus inimigos, abalou os alicerces da fortaleza da escravidão; teve coragem para tudo isto, porque era preciso prosseguir e a escravidão era estorvo para tudo.²⁴⁵

No exemplar de 15 de maio do *Correio Paulistano*, um espaço foi dispensado especialmente para que o jornal expusesse duas das correspondências recebidas por Prado, cumprimentando-o pela abolição. Uma delas vinha do Barão de Cotegipe. O ex-chefe de Gabinete dizia:

A v. exc. que deu novo impulso a causa da abolição, e que com o seu exemplo e a autoridade do seu nome venceu todas as resistências, envio sinceras felicitações.
Côrte, 13 de Maio de 1888.
Barão de Cotegipe.²⁴⁶

²⁴³*Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888, p.1.

²⁴⁴*Correio Paulistano*, 17 de março de 1888, p.2.

²⁴⁵*Jornal do Commercio*, 16 de maio de 1888, p.1.

²⁴⁶*Correio Paulistano*, 15 de maio de 1888, p.1.

Como pode observado, ainda em 1887, quando o *Correio Paulistano* passou a propagandear a libertação de escravizados na província paulista e a anunciar a criação da “Sociedade Libertadora”, começou-se a forjar o discurso de caráter emancipacionista não só do jornal, mas também de seu financiador e proprietário, o conselheiro Antônio Prado. Essa imagem foi coroada com a aprovação da Lei Áurea, que consagrou a ação dos cafeicultores paulistas de diversos partidos, mas, sobretudo, de Prado, que esteve à frente das principais medidas em prol da imigração europeia para a província de São Paulo. Essas medidas facilitaram, pela ala cafeicultora, a aceitação do fim da escravidão.²⁴⁷

No Gabinete do conservador João Alfredo de Oliveira, Antônio Prado entrou como ministro dos Estrangeiros e, em junho, foi nomeado como ministro da Agricultura novamente, cargo no qual permaneceu até o início de 1889, quando pediu demissão do cargo. Na carta de demissão, que escreveu ao Governo, Prado já demonstrava sua descrença na eficácia e possibilidade de perduração do regime monárquico diante das circunstâncias:

No dia 14 sigo para Caxambu com a família [...] nestas circunstâncias julgo conveniente e necessário reiterar o meu pedido de demissão.

[...]

Noto uma tendência irresistível para o republicanismo, que vai ganhando toda a mocidade. Parece-me certo que o partido monárquico terminará com a atual geração.

[...]

Estou convencido de que nenhum mal causei a política do ministério. Trato deste assunto somente para justificar o aborrecimento que a política está me causando e a necessidade de descanso.²⁴⁸

Diante da promulgação rápida da abolição em todo o Império, a onda republicana se beneficiou do momento, levando consigo novos partidários, quando a instalação do golpe republicano passou a ser apenas uma questão de tempo.²⁴⁹

A mudança de partido e aliança ao republicanismo por Antônio Prado se deu em um momento posterior. Como remeteu na sua carta de demissão em 1889, após a saída

²⁴⁷ Após o pioneirismo das províncias do Norte na abolição, em 1884, nesse segundo momento, as elites da província de São Paulo aumentaram seu papel no processo de emancipação de escravizados. Tal movimento, vindo de cafeicultores e políticos paulistas, reforçou o movimento dos grupos abolicionistas e a resistência dos escravizados para a aprovação da Lei Áurea em um curto espaço de tempo. Ver: NASCIMENTO, Carla Silva do. *Op. cit.*, p. 62-63.

²⁴⁸ OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Correspondências recebidas*. Carta enviada por Antônio da Silva Prado ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, 10/03/1889. Disponível em: <repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16813>. Acesso em: 20 jul. 2021.

²⁴⁹ AMBROSINI; FERNANDES. *Op. cit.*, p.111.

do Governo e, conseqüentemente, da política imperial, Antônio Prado se manteve alguns anos afastado dos cargos públicos. Do comando do *Correio Paulistano*, em 1890, Prado se juntou a um grupo de oligarcas da província, que passaram a assumir a direção conjunta do jornal. Entre os principais, estavam: Manuel Ferraz de Campos Sales, Prudente de Moraes, Antônio Prado e Francisco de Paula Rodrigues Alves, todos republicanos.²⁵⁰ Mas, a oficial filiação de Prado ao Partido Republicano Paulista se deu dez anos depois, em 1899, com sua aceitação ao cargo da Prefeitura de São Paulo, tornando-se o primeiro prefeito da cidade e o que o exerceu por 12 anos.²⁵¹

Ao fazer esta pesquisa, não encontramos nenhum exemplar disponível do *Correio Paulistano* no ano de 1889. Ainda que não haja referências sobre o momento de paralisação das atividades do jornal no final de 1888, é provável que a folha não tenha circulado naquele ano. Contudo, em 1890, o *Correio Paulistano* retornou ao público e fez menção aos acontecimentos do ano anterior no editorial do seu primeiro exemplar:

O anno que expira trouxe-nos dactas como o 7 de junho, ou a situação liberal, e com ella a dissolução da camara dos deputados, uma infrene e formidável partidária; o 31 de Agosto ou as eleições com desabusada intervenção do governo; e effervescencia bancara, a febre financeira do paiz, incidindo com ella e alimentando-a accentuada immigração de capitais estrangeiros. Trouxe-nos principalmente o 15 de Novembro e, com elle, succedendo-se precipitadamente o advento da republica.²⁵²

Diferentemente da República, vemos que os acontecimentos, que caracterizaram o fim da escravidão no Brasil, representaram um longo processo, que foi construído de diversas partes da Nação e por representantes históricos diferentes. A ruptura com essa instituição e o desvínculo dos senhores da propriedade escrava não ocorreram de maneira abrupta ou repentina assim como não foi repentina e homogênea a formação da posição de órgãos da imprensa representativos das facções políticas mais importantes do Império.

Ainda que haja diversas referências mais atuais de Antônio Prado e do próprio *Correio Paulistano* como abolicionistas, construindo uma memória baseada nos últimos dois anos antes da abolição, em que o político e o jornal o qual dirigia passaram a

²⁵⁰ CPDOC sobre *Correio Paulistano*. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-paulistano>>.

²⁵¹NASCIMENTO, Débora Fernandes. O Prefeito Antônio Prado e a população negra na cidade de São Paulo (1899-1911). Anais XVIII ENAPUR, Natal, 2019. p. 1-24, p. 1

²⁵²*Correio Paulistano*, 15 de janeiro de 1890, p.1.

defender a liberdade de escravizados, podemos considerar o *Correio Paulistano*, de Antônio Prado, como “abolicionista de última hora”, que adotou postura favorável ao movimento emancipador após longo processo de defesa da manutenção da escravidão e negociação com os interesses da sua classe econômica e política.²⁵³

Não há, portanto, como fazer uma leitura somente do ano anterior à abolição no Brasil, onde o *Correio* e Antônio Prado impulsionam a liberdade de escravizados. Essa análise elencaria categorias ou posições a personagens históricos de maneira equivocada. Por isso, nossa proposta foi mapear circunstâncias e conjunturas políticas e sociais anteriores, a fim de compreender e analisar aspectos ainda pouco estudados na historiografia acerca do período que precedeu a abolição no Brasil. Mais ainda, por meio deste estudo, elucidamos a relação entre discursos políticos locais e nacionais, percebendo como o órgão oficial de notícias da maior facção do Partido Conservador em São Paulo se posicionou diante das políticas de mão de obra encaminhadas no Brasil no período proposto.

²⁵³Disponível em: <<https://saopauloantiga.com.br/13-de-maio-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Alexandra do Nascimento. “O ‘Penacho’: os presidentes do conselho de estado e a primeira câmara dos deputados por eleição direta (1881-1884)”. *Fronteiras: Revista de História*, v. 10, n. 35, p. 92-116, jan./jun. 2018.
- ALMEIDA, João Mendes de. *Manifesto ao Partido Conservador de São Paulo*. São Paulo: Typographia Seckler, 1882.
- ALONSO, Angela. “Crítica e *Contestação*: o movimento reformista da geração 1870”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 35-55, out. 2000.
- ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AMBROSINI, Diego Rafael; FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. “Elite política, abolicionismo e Republicanismo – 1850-1889”. In: MOTA, Carlos Guilherme (Coord.). *Os juristas na formação do Estado-nação brasileiro (de 1850 a 1930)*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 199-217.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites – Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “Quem Precisa de São Nabuco?” *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 23, n. 1, p. 85-97, 2001.
- AZEVEDO, Elciene. “Antônio Bento, homem rude do sertão: um abolicionista nos meandros da justiça e da política”. *Locus: Revista de História*, v. 13, n. 1, p. 123-143.
- BANDECCHI, Pedro Brasil. “Bases da União Conservadora e os Estatutos do Grêmio Paulistano e os Primórdios do Movimento Republicano em São Paulo”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 14, p. 149-158, 1973.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.
- BETHEL, Lelis; CARVALHO, José Murilo de. “Joaquim Nabuco e os Abolicionistas Britânicos. Correspondência, 1880-1905”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 207-229, 2009.
- BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902. v. 4, p. 1-646.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. “Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)”. *História Social*, Campinas, n. 19, p. 33-62, 2010.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. O Escravo na Grande Lavoura. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1969. p. 135-188.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. Brasil: A Era da Reforma, 1870-1889. In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina: de 1870 a 1930*. 1. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2013. v.5, p. 705-760.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites Regionais e a Construção do Estado Nacional. In: JANCÓS, István (Org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ijuí, RS: Ed. da Unijuí, 2003. p. 431-468.

ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os Republicanos e a Abolição. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 27, p. 181-195, nov. 2006.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós, 1983.

FREITAS, Affonso Antonio de. *A imprensa periódica de São Paulo desde os seus primórdios em 1823 até 1914*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1915.

GALDINO, Antônio Carlos. *Campinas, Uma Cidade Republicana: política e eleições no oeste paulista (1870-1889)*. 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GERHARDT, Marcos. “Colonos ervateiros: história ambiental e imigração no Rio Grande do Sul”. *Revista Esboços*, v. 18, n. 25, p. 73-95, ago. 2011.

- HALL, Michael M.; STOLCKE, Verena. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 6, p. 80-120, set. 1983.
- LEVI, Darrell E. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1977.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-119.
- MACHADO, Maria Helena Toledo. *O Plano e o Pânico*. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2010.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARTINS, Paulo Henrique de Souza. *Escravidão, Abolição e Pós-abolição no Ceará: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Do Império à República”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 163-171, 1989.
- MELENDÉZ, José Juan Pérez. Reconsiderando a política de colonização no Brasil Imperial: os anos da Regência e o mundo externo. Tradução Luiz M. Sader. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 35-60, 2014.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899. v. 2.
- NASCIMENTO, Débora Fernandes do. O Prefeito Antônio Prado e a população negra na cidade de São Paulo (1899-1911). In: ENAPUR, 18., 2019, Natal. *Anais XVIII ENAPUR*. Natal, p. 1-24, 2019.
- NASCIMENTO, Carla Silva. Uma escrita pessoal da crise: o barão de Cotegipe e a queda do império. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA– ANPUH, 26., 2011, São Paulo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, p. 1-15, jul. 2011.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1986
- OLIVEIRA, João Alfredo Correia de. *Correspondências recebidas*. Carta enviada por Antônio da Silva Prado ao conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, 10/03/1889. Disponível em: <repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16813>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEREIRA, Mateus Serva. O Primeiro Carnaval Fora de Época: as festas na província de São Paulo pelo 13 de maio de 1888. In: Revista OQ – Dossiê Abolição e Pós-abolição, n. 1, p 1-15, novembro de 2012.

PETRI, Kátia Cristina. “‘Braços para a lavoura’: a subvenção paulista para a imigração (1886-1896)”. *Revista Cordis*, n. 3-4, p. 2-16, 2009/2010.

PIROLA, Ricardo F. “O castigo senhorial e a abolição da pena de açoites no Brasil: justiça, imprensa e política no século XIX”. *Revista de história*, São Paulo, n.176, a 08616, 2017.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *De Pele Escura e Tinta Preta: a imprensa negra do século XIX (1833-1889)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes Laços em Linhas Rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. 2014. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

REMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da FGV, 2003.

SANTOS, Ivson Poletto dos. “O público e o privado nas sociedades de imigração: o caso da Sociedade Promotora de Imigração (1886 a 1895)”. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v.2, n. 14, p.55-69, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. Os descaminhos da imigração alemã para São Paulo no século XIX: aspectos políticos. *Almanack Braziliense*, n. 2, p. 91-100, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. “Realidades raciais e pensamento racial depois da abolição”. In: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco, Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

THALASSA, Angela. *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna – o jornal que não ladra, não cacareja e não morde*. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

TREECE, David. “O indianismo romântico, a questão indígena e a escravidão negra”. *Novos Estudos, CEBRAP*, n. 65, p. 141-151, mar. 2003.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WALDMAN, Thaís Chang. “A São Paulo dos Prados”. *Ponto Urbe, Revista do Núcleo Antropologia Urbana da USP*, v. 13, p. 1-20, dez. 2013.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.